



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO SUDOESTE DA BAHIA  
CENTRO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO  
SOCIOAMBIENTAL  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS AMBIENTAIS**

**OS SIGNIFICADOS PEDAGÓGICOS DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL  
NO CONTEXTO DO PROGRAMA DESPERTAR**

Joselita Pereira de Almeida Borges

ITAPETINGA

2014

# **OS SIGNIFICADOS PEDAGÓGICOS DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL NO CONTEXTO DO PROGRAMA DESPERTAR**

Joselita Pereira de Almeida Borges

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Ciências Ambientais do Programa de Pós-Graduação em Ciências Ambientais da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Campus de Itapetinga, BA. Área de Concentração em Meio Ambiente e Desenvolvimento.

Orientador: Prof. Dr. Luiz Artur dos Santos Cestari.

ITAPETINGA

2014

372.357 Borges, Joselita Pereira de Almeida.  
B732s

Os significados pedagógicos da educação ambiental no contexto do programa despertar. / Joselita Pereira de Almeida Borges. - Itapetinga: UESB, 2014.  
126f.

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Ciências Ambientais do Programa de Pós-Graduação em Ciências Ambientais da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – UESB – Campus de Itapetinga. Sob a orientação do Prof. D.Sc. Luiz Artur dos Santos Cestari.

1. Educação – Meio ambiente. 2. Práticas pedagógicas - Apropriação. 3. Programa Despertar - Educação ambiental. I. Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia. Programa de Pós-Graduação em Ciências Ambientais. II. Cestari, Luiz Artur dos Santos. III. Título.

CDD (21): 372.357

Catálogo na fonte:  
Adalice Gustavo da Silva – CRB/5-535  
Bibliotecária – UESB – Campus de Itapetinga-BA

Índice Sistemático para Desdobramento por Assunto:

1. Educação – Meio ambiente
2. Práticas pedagógicas - Apropriação
3. Programa Despertar - Educação ambiental

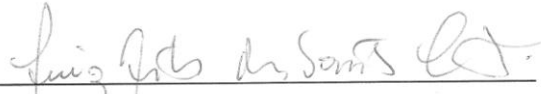
JOSELITA PEREIRA BORGES

**OS SIGNIFICADOS PEDAGÓGICOS DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL NO  
CONTEXTO DO PROGRAMA DESPERTAR**

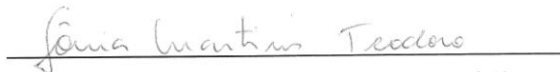
Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Ambientais da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Campus de Itapetinga, BA. Área de Concentração: Meio Ambiente e Desenvolvimento.

Aprovada em: 28/02/2014


**BANCA EXAMINADORA**



**Prof. Dr. Luiz Artur dos Santos Cestari (Orientador/UESB)**



**Profª. Drª. Sônia Martins Teodoro (UESB)**



**Prof. Dr. Anderson de Carvalho Pereira (UESB)**

À minha família, que amo incondicionalmente. Meus pais Jesulindo (*in memoriam*) e Joana, meu esposo Arnon Borges pelo apoio constante, aos filhos Isaac, Ana Raquel e Ayrton

## **AGRADECIMENTOS**

A Deus, por ser minha força e motivação em todos os momentos.

À Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB), pela contribuição na minha formação acadêmica: graduação, e pós graduação *stricto sensu*.

Ao Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR), na pessoa do Presidente João Martins da Silva Junior, por permitir a realização da pesquisa com o Programa Despertar nosso objeto de estudo, em especial a coordenadora do curso Jaqueline Érrico Batista, que forneceu informações sobre a instituição e o Programa, ao coordenador municipal Rafael Freitas Brito, diretores, professores, alunos e comunidade pela contribuição na coleta dos dados e durante a realização da pesquisa no município de Poções.

Ao Professor Luiz Artur dos Santos Cestari, pelas orientações e acompanhamento prestados desde o início da caminhada. Um mestre e amigo, presente em todos os momentos que necessitei de apoio. Com o mesmo cresci como pessoa e como profissional.

Aos professores do Mestrado em Ciências Ambientais da UESB, em especial os que contribuíram com a minha formação: Luiz Artur Cestari, Maria de Fátima Andrade Ferreira, Pedro Kunhavalik, Paulo Savio, Marcondes Viana, Sandra Cunha, Marília Flores, Daniela Deitos.

Aos componentes da banca de qualificação prof<sup>a</sup>. Maria de Fátima de Andrade Ferreira, prof<sup>a</sup>. Sônia Martins Teodoro e Prof. Luiz Artur dos Santos Cestari, que ofereceram contribuições importantes para a conclusão deste estudo.

Aos colegas, pelo convívio, momentos de descontração, harmonia, estudos e até mesmo os conflitos vivenciados que permitiram nosso crescimento.

À minha família pelo apoio e compreensão, em especial meu esposo Arnon Borges, companheiro durante as viagens, em casa compensando a minha ausência.

A todos que direta ou indiretamente contribuíram para o meu desempenho no curso e na execução deste trabalho.

Hoje nos encontramos numa fase nova na humanidade. Todos estamos regressando à Casa Comum, à Terra: os povos, as sociedades, as culturas e as religiões. Todos trocamos experiências e valores. Todos nos enriquecemos e nos completamos mutuamente. [...]

[...] Vamos rir, chorar e aprender. Aprender especialmente como casar Céu e Terra, vale dizer, como combinar o cotidiano com o surpreendente, a imanência opaca dos dias com a transcendência radiosa do espírito, a vida na plena liberdade com a morte simbolizada como um unir-se com os ancestrais, a felicidade discreta nesse mundo com a grande promessa na eternidade. “E, ao final, teremos descoberto mil razões para viver mais e melhor, todos juntos, como uma grande família, na mesma Aldeia Comum, generosa e bela, o planeta Terra.”

(Leonardo Boff, Casamento entre o céu e a terra. Salamandra, Rio de Janeiro, 2001, p. 09)

BORGES, J. P. de A. **Os significados pedagógicos da educação ambiental no contexto do programa despertar**. Itapetinga-BA: UESB, 2014. 126 p. (Dissertação – Mestrado em Ciências Ambientais, Área de Concentração em Meio Ambiente e Desenvolvimento).\*

## RESUMO

Diante da necessidade de conhecer propostas pedagógicas em Educação Ambiental na Educação Básica, o presente projeto de pesquisa se propõe a analisar o Programa Despertar criado pelo Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR/FAEB). Tomando como referência os PCNs, o Programa Despertar adota o tema transversal “MEIO AMBIENTE” como eixo norteador do programa e para inserir o tema no currículo escolar das escolas rurais utilizou a metodologia Pedagogia de Projetos, por sua práxis proporcionar uma aprendizagem significativa e contextualizada. O principal objetivo desse projeto é analisar os significados pedagógicos da proposta de EA no Programa Despertar, bem como os significados apropriados pelos sujeitos envolvidos no processo educativo. Será realizado um estudo de campo nas escolas rurais do município de Poções que aderiram ao programa, analisando os documentos referenciais do programa, entrevistas e observações sobre a experiência de formação e atuação nas escolas rurais orientadas pelo Programa Despertar. Num primeiro momento, pretende-se estudar os fundamentos educacionais da proposta Pedagogia de Projetos com a finalidade de apontar o contexto de significados desta proposição no campo educacional. Intenta-se identificar autores que tem apresentado a Pedagogia de Projetos como uma proposta formativa e como ele pretende organizar experiências educativas. Num segundo momento, analisar-se-á os significados pedagógicos desta proposta no contexto do Programa Despertar com a finalidade de apresentar as significações pedagógicas contidas na proposta de EA no programa. Para isso, buscar-se-á identificar a aproximação entre os conceitos de educação e ambiente nos documentos relacionados à criação do referido programa. Por fim, o trabalho de pesquisa tem por intenção estudar as formas de apropriação destes significados na percepção dos sujeitos envolvidos com os processos educativos no âmbito do programa. Pretende-se com esse projeto auxiliar a Educação Básica com práticas pedagógicas em Educação Ambiental.

**Palavras-chave:** Educação. Meio Ambiente. Apropriação. Práticas pedagógicas.

---

\* Orientador: Luiz Artur dos Santos Cestari, DSc, UESB



BORGES, J. P. de A. **The meanings of teaching environmental education in the context of the awakening.** Itapetinga-BA: UESB, 2013. 126 p (Dissertation – Master's degree in Environmental Sciences, Concentration area: Environment and Development).\*

### **ABSTRACT**

Faced with the need to meet educational proposals in EA in Basic Education, this research project aims to analyze the Awakening program created by the National Rural Learning (SENAR / FAEB). Taking as reference the NCPs, the Awakening Program adopts a transversal theme "ENVIRONMENT" as a guiding program and to insert the subject in the curriculum of rural schools used the methodology Pedagogy Project, in practice provide a meaningful learning and contextualized. The main objective of this project is to analyze the meanings of the proposed pedagogical EA Program Awakening, as well as the meanings appropriated by those involved in the educational process. A detailed study in rural schools of the county Potions that joined the program, analyzing the documents reference the program, interviews and observations on the experience of training and performance in rural schools targeted by the program Awakening. Initially, we intend to study the educational foundations of the proposed Project Pedagogy in order to point out the context of meaning of this proposition in the educational field. Attempts to identify authors who have presented the Project Pedagogy as a training proposal and how it intends to organize educational experiences. Secondly, it will analyze the meanings of this pedagogical proposal in the context of the Programme Awakening for the purpose of presenting the pedagogical meanings contained in the draft EA in the program. To do so, it will seek to identify the connection between the concepts of education and environment in the documents related to the creation of the program. Finally, the research is intended to study the ways of appropriating these meanings in the perception of those involved with the educational process within the program. The intention of this project to assist with teaching practices Basic Education in Environmental Education.

**Palavras-chave:** Education. Environment. Appropriation. Pedagogical Practices.

---

\* Adviser: Luiz Artur dos Santos Cestari, DSc, UESB

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Quadro 1 - Municípios cadastrados no Programa Despertar em 2013 .....	54
Quadro 2 - Metodologia do projeto .....	68
Gráfico 1 - Dados gerais do núcleo 1 .....	78
Gráfico 2 - Número de participantes nos encontros de formação.....	85
Figura 1 - Materiais didáticos dos alunos .....	57
Figura 2 - Manuais do professor .....	57
Figura 3 - Banners didáticos .....	58
Figura 4 - Finalidades do Projeto.....	66
Figura 5 - Objetivo da avaliação.....	68
Figura 6 – Educadores em formação Ibirapitanga .....	81
Figura 7 - Educadores em formação no seminário de pedagogia por projetos em Itagibá..	83
Figura 8 - Educadores em formação no seminário de projetos em Poções .....	84
Figura 9 - Alunos em atividade dia de campo .....	102
Figura 10 - Impactos ambientais - Mina do Amianto de São Félix .....	103

## LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

Art.	Artigo
CEPRAM	Conselho Estadual de Meio Ambiente
CETESB	Companhia de Tecnologia e Saneamento Ambiental
CIEA	Comissão Interinstitucional de Educação Ambiental
CNA	Confederação Nacional da Agricultura
CNE	Conselho Nacional de Educação
Com	Comunidade
CONERH	Conselho Estadual de Recursos Hídricos
CPOrfg	Comissão da Produção Orgânica
DISCs	Discentes
EA	Educação Ambiental
Ed. Amb.	Educador Ambiental
FAEB	Federação da Agricultura e Pecuária do Estado da Bahia
FEEMA	Fundação de Engenharia do Meio Ambiente
FPR	Formação Profissional Rural
FUNASA	Fundação Nacional da Saúde
GED	Grupo de estudos do Programa Despertar
IBAMA	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
Inema	Instituto do Meio Ambiente e Recursos Hídricos
LDB	Lei de Diretrizes e Bases
MEC	Ministério da Educação e Cultura
MMA	Ministério do Meio Ambiente
MOT	Mapa de Organização do Tempo
ONGs	Organizações Não Governamentais
PCNs	Parâmetros Curriculares Nacionais
PEA-BA	Programa de Educação Ambiental do Estado da Bahia
PNB	Produto Nacional Bruto
PNE	Plano Nacional de Educação
PNEA	Política Nacional de Educação Ambiental
PNMA	Política Nacional de Meio Ambiente
PNUMA	Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente
PROEASE	Programa de Educação Ambiental do Sistema Educacional
PRONAT	Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais
PRONEA	Programa Nacional de Educação Ambiental
PS	Promoção Social
SEMA	Secretaria Especial do Meio Ambiente
SENAC	Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial
SENAI	Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
SENAR-BA	Serviço Nacional de Aprendizagem Rural
SENAT	Serviço Nacional de Aprendizagem do Transporte
SISGE/SENAR	Sistema Gerencial de Eventos do SENAR
UESB	Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
UNICEF	Fundo das Nações Unidas para a Infância

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO .....	13
1 Objetivos .....	15
1.1 <i>Objetivo geral</i> .....	15
1.2 <i>Objetivos específicos</i> .....	15
2 Metodologia .....	15
3 Estrutura .....	19
CAPÍTULO I - HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL E A INSTITUCIONALIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL NO BRASIL .....	22
1 A apropriação discursiva da educação ambiental na história do meio ambiente .....	22
2 Institucionalização da Educação Ambiental no Brasil .....	28
3 Educação Ambiental na escola: entre saberes e práticas .....	34
CAPÍTULO II - A PRÁTICA PEDAGÓGICA E A APROPRIAÇÃO DO SABER AMBIENTAL .....	39
1 A prática pedagógica como expressão de práticas culturais e sociais .....	39
2 A apropriação do saber ambiental e o <i>habitus</i> do professor .....	43
3 A prática educativa e o papel do professor na apropriação do saber ambiental .....	45
CAPÍTULO III - CONHECENDO O PROGRAMA DESPERTAR: EDUCAÇÃO AMBIENTAL PARA AS ESCOLAS DO CAMPO .....	49
1 O SENAR e sua importância na implantação do Programa Despertar .....	49
2 O Programa Despertar: contexto histórico .....	51
3 Temas e materiais didáticos do Programa Despertar .....	56
4 Formação continuada para coordenadores e professores .....	59
CAPÍTULO IV - PEDAGOGIA DE PROJETOS, INTERDISCIPLINARIDADE E EDUCAÇÃO AMBIENTAL: UMA ABORDAGEM SOBRE OS DIFERENTES CONCEITOS E SUA APROXIMAÇÃO NO CAMPO EDUCACIONAL .....	62
1 Pedagogia de projetos como proposta metodológica na reorganização da prática pedagógica .....	62
2 Etapas para elaboração de projetos .....	65
3 A fragmentação do saber .....	69
4 Interdisciplinaridade: origem e conceito .....	71
5 Aproximação entre pedagogia de projetos, interdisciplinaridade e Educação Ambiental no âmbito do Programa Despertar .....	74
CAPÍTULO V - APROPRIAÇÕES DISCURSIVAS NOS ENCONTROS DE FORMAÇÃO .....	77
1 Relatos dos encontros da formação estadual e municipal e do seminário de projetos .....	77
2 Programação da formação estadual e municipal .....	78
3 Descrição do processo de formação nos municípios novos (Manoel Vitorino, Ibirapitanga e Barra do Rocha) .....	79
4 Formação estadual em Ibirapitanga .....	80
5 Descrição do seminário de pedagogia de projeto em Itagibá e Poções .....	81
6 Considerações em relação aos relatos dos professores nos encontros de formação .....	85

7 Descrição dos questionários para os educadores .....	89
8 Descrição do questionário dos discentes .....	95
9 Descrição do questionário da comunidade .....	97
10 Observação da prática pedagógica do professor.....	100
CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	105
REFERÊNCIAS.....	109
APÊNDICES .....	114
APÊNDICE A - Questionário de avaliação dos encontros de formação .....	115
APÊNDICE B - Roteiro de observação .....	117
APÊNDICE C - Questionário para docentes das Escolas do Campo .....	119
APÊNDICE D - Questionário para alunos do 4º e 5º ano do Ensino Fundamental das Escolas do Campo.....	122
APÊNDICE E - Questionário para moradores das comunidades .....	124

## INTRODUÇÃO

Atualmente as questões ambientais emergem como preocupação e interesse social, vislumbrando compreender a relação problemática estabelecida entre o homem e a natureza no decorrer do tempo. Inicialmente o processo de intervenção do homem na natureza se restringia em retirar da natureza recursos para manutenção e sobrevivência. No decorrer do tempo com o advento do progresso, o desenvolvimento econômico ocasionou o aumento da capacidade de intervenção, os recursos naturais explorados de forma desordenada e irresponsável provocaram a degradação do meio ambiente, afetando a diversidade de espécies, causando o desequilíbrio ecológico, problemas políticos, econômicos e sociais, afetando a vida humana. Os graves problemas enfrentados ultimamente exigem do próprio homem uma reflexão e tomada de consciência com mudanças de atitude e compromissos quanto aos aspectos sociais que envolvem as questões ambientais.

É justamente nesse contexto que se iniciam as preocupações e iniciativas mundiais sobre as questões ambientais. A partir da década de 70, a sociedade de modo geral através de conferências, fóruns e debates organizados por entidades governamentais e não governamentais, conclamam os povos de todo o mundo para uma reflexão sobre o assunto. No Brasil, as preocupações tomaram a mesma proporção, de modo que foram implementadas na Constituição Federal de 05 de outubro de 1988 leis que tratam e definem deveres que governos e sociedade devem ter com o meio ambiente. Do que preconizam as legislações, é importante destacar que incumbe ao poder público o dever de promover a Educação Ambiental em todos os níveis do ensino e a conscientização pública para a preservação ambiental.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, de modo bem sucinto estabelece que na formação básica do cidadão seja assegurada a compreensão do ambiente natural e social. Porém não apresenta propostas para implementação da Educação ambiental na educação.

Em 1997, O MEC implementou através dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), propostas pedagógicas com a intenção de aprofundar um debate educacional que envolvessem escolas, pais, governos e sociedade, dando origem a transformações no

sistema educativo. Nos PCN's são inseridos temas transversais relacionados ao tema meio ambiente, propiciando condições de práticas educativas específicos para a sua realização.

Por ser a educação compreendida como uma prática social, embora não seja o único meio de promover mudanças na sociedade, passa a ser vista como instrumento de humanização e socialização com possibilidades de transformar a realidade estabelecida historicamente.

Podemos citar também a resolução de nº 1 de 30 de maio de 2012 MEC/CNE/CP, que estabelece Diretrizes Nacionais para Educação em Direitos Humanos o Art. 3º tem a finalidade de promover a educação para a mudança e a transformação social, fundamentada nos seguintes princípios: I - dignidade humana; II - igualdade de direitos; III - reconhecimento e valorização das diferenças e das diversidades; IV - laicidade do Estado; V - democracia na educação; VI - transversalidade, vivência e globalidade; e VII - sustentabilidade socioambiental. Posteriormente, o Ministério da Educação e o Conselho Nacional de Educação fundamentado no parecer da CNE/CP nº 14/2012, estabelece a resolução de nº 2 de 15 de junho de 2012, as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental a serem observadas pelos sistemas de ensino e suas instituições de Educação Básica e de Educação superior.

Tomando como referência as leis, decretos, resoluções e diretrizes as escolas implementam em seu currículo propostas de ensino em torno das questões ambientais afim de despertar a formação de um sujeito sensível e consciente, agindo na sociedade de forma ética, participativa e crítica.

Observamos nos últimos anos que as práticas pedagógicas e outras iniciativas em torno da Educação Ambiental estão acontecendo nas diversas escolas em diferentes contextos, como também por organizações não-governamentais, empresas, igrejas, dentre outros. Diante disso, o presente trabalho de dissertação tem como objeto de estudo o Programa Despertar, criado pelo Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR/FAEB), que atua em 52 municípios baianos. Com respaldo nos PCNs, o programa Despertar define o tema transversal “meio ambiente” como eixo norteador do programa adotando a metodologia Pedagogia de Projetos, por sua práxis proporcionar uma aprendizagem significativa e contextualizada.

Portanto, o presente trabalho de dissertação, com o tema de pesquisa “Os Significados Pedagógicos da Educação Ambiental no Contexto do Programa Despertar”, procurou compreender as formas de apropriação destes significados pelos sujeitos que

executam as ações e os que estão envolvidos no seu processo educativo. Por isso, questiona-se: Quais os significados pedagógicos da proposta de Educação Ambiental no programa Despertar desenvolvido nas escolas do campo? Como estes significados são apropriados pelos sujeitos envolvidos?

## **1 Objetivos**

### ***1.1 Objetivo geral***

Analisar os significados pedagógicos da educação ambiental contidas no Programa Despertar e a apropriação destes significados pelos sujeitos envolvidos nas ações formativas e intervenções pedagógicas em escolas de educação no campo.

### ***1.2 Objetivos específicos***

- Identificar os significados pedagógicos contidos na proposta de educação ambiental do Programa Despertar;
- Delimitar os fundamentos educacionais da proposta metodológica Pedagogia por Projetos em que se baseia o programa;
- Destacar as significações pedagógicas apropriadas no contexto do Programa Despertar;
- Apontar as formas de apropriação dos significados da educação ambiental pelos sujeitos envolvidos no Programa Despertar.

## **2 Metodologia**

Esta dissertação tem como objeto de estudo os significados pedagógicos da proposta de educação ambiental no Programa Despertar, que é um programa de educação ambiental do Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR), oferecido para as escolas do campo do Ensino Fundamental I e II e tem por objetivo formar jovens e crianças com uma consciência ecológica, alterando sua relação com a natureza e o uso que se faz dos recursos naturais. Neste processo, o Despertar realiza a formação e o acompanhamento pedagógico dos professores nestas escolas do campo, introduzindo saberes e práticas em acordo com orientações legais, conceituais e metodológicas sobre educação ambiental tomando como base os Referenciais Curriculares Nacionais.

Para a realização desta pesquisa, foi realizado um estudo de campo de natureza qualitativa de base exploratória e descritiva, envolvendo análise documental e um estudo de campo com a finalidade de analisar os significados contidos nos documentos de



institucionalização do Programa Despertar e das ações formativas dos sujeitos envolvidos, assim como das intervenções em sala de aula.

A pesquisa qualitativa considera que há uma relação entre o mundo real e o sujeito, isto é, um vínculo indissociável entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito que não pode ser traduzido em números. A interpretação dos fenômenos e a atribuição de significados são básicas no processo de pesquisa qualitativa. Não requer o uso de métodos e técnicas estatísticas. O ambiente natural é a fonte direta para coleta de dados e o pesquisador é o instrumento-chave. É descritiva. Os pesquisadores tendem a analisar dados indutivamente. O processo e seu significado são os focos principais de abordagem (SILVA & MENEZES, 2001, p. 20).

O método qualitativo possibilita ao pesquisador conhecer melhor a realidade do que se pretende estudar de modo que garanta maior flexibilidade no planejamento, possibilitando considerar os mais variados aspectos que envolvem os fatos, como ainda realizar levantamento bibliográfico, entrevista e observação sobre a experiência com o problema de pesquisa e análise para estimular a compreensão.

O estudo de campo nas ciências humanas e de modo específico na educação, permitindo um amplo e detalhado conhecimento das práticas formativas, com a finalidade de apreender os significados pedagógicos das práticas desenvolvidas pelos professores em experiências formativas. Para a coleta de dados utilizamos como instrumento o questionário com perguntas abertas. Segundo, Marconi e Lakatos (1999, p. 100), o questionário que é um “instrumento de pesquisa, constituído por uma série de perguntas ordenadas, previamente elaboradas que devem ser respondidas sem a presença do pesquisador”.

A análise dos dados foi realizada em três momentos distintos, utilizando a análise documental, a observação participante dos encontros formativos dos educadores ambientais e, posteriormente, a observação da prática pedagógica em experiências de educação ambiental nas escolas, bem como aplicação do questionário com os educadores ambientais, pais dos alunos e alunos.

A análise documental ainda pouco explorada no campo educacional pode se estabelecer como técnica fundamental de abordagem qualitativa, tanto para complementar informações obtidas por outros meios ou na descoberta de novas temáticas e problemas (LUDKE & ANDRÉ, 1986). Neste sentido, a análise documental apresenta-se como procedimento que facilita a identificação e contextualização das informações referentes ao objeto a ser estudado. Constituem ainda:

Como uma fonte poderosa de onde podem ser retiradas evidências que fundamentam afirmações e declarações do pesquisador. Representam ainda uma fonte “natural” de informação. Não são apenas contextualizadas, mas surgem num determinado contexto e fornecem informações sobre esse mesmo contexto. Uma vantagem adicional é o seu custo, em geral baixo. Seu uso requer apenas investimento de tempo e atenção por parte do pesquisador para selecionar e analisar os mais relevantes (LUDKE & ANDRÉ, 1986, p. 39).

Para obtenção das informações necessárias para um melhor entendimento da proposta metodológica do Programa Despertar, foi realizada uma descrição dos fundamentos inscritos nos documentos **Manual do Professor – Despertar: um referencial em construção**, que é documento produzido pelo SENAR e disponibilizado aos docentes no qual são apresentados os aspectos teóricos e metodológicos com atividades práticas de orientação à elaboração de projetos de intervenção pedagógicas em espaços escolares. O segundo documento trata-se do manual **Conhecendo o Despertar** que foi produzido com a finalidade de esclarecer a organização, os objetivos e as metas do Programa. Por fim, o terceiro documento analisado foi o manual - **Promoção Social** - que apresenta as considerações técnicas que norteiam a promoção social, de modo a auxiliar e orientar todos os que se envolvem com essa atividade no e para o SENAR, em busca da realização de trabalhos coerentes com o que é preconizado pela instituição.

Estes documentos possibilitaram, de início, conhecer o SENAR enquanto uma instituição que trabalha para a consolidação de práticas de formação e qualificação profissional, voltadas para o homem do campo. Em seguida, realizada uma exposição dos pressupostos teóricos que dão fundamentos ao Programa Despertar, dando atenção à utilização da Pedagogia de Projetos como uma proposição que é apropriada no âmbito do programa para desenvolver práticas de educação ambiental. De modo mais específico, tentamos mostrar as implicações desta apropriação para a construção de uma perspectiva na educação ambiental.

No segundo momento da pesquisa, foi realizada uma análise dos encontros de formação nos municípios do núcleo 1, composto pelos seguintes municípios: Poções, Boa Nova, Manoel Vitorino, Jequié, Jaguaquara, Maracás, Ipiaú, Barra do Rocha, Itagibá e Ibirapitanga, mediante observação participante do pesquisador durante os encontros e aplicação de um questionário com perguntas abertas, onde os professores expressaram as primeiras impressões sobre o seu processo formativo. O núcleo 1 compreende o maior núcleo do Programa Despertar, com maior número de municípios, alunos, professores e escolas inscritos no programa. A observação possibilitou à observadora integrar-se ao

universo estudado para melhor compreender o contexto das ações que permeiam os encontros de formação. A observação e a entrevista ocupam lugar de destaque quando se trata de pesquisas em educação, quando associada a outras técnicas, possibilita ao pesquisador um contato mais próximo dos acontecimentos pesquisados (LUDKE & ANDRÉ, 1986). Ao se aproximar da realidade estudada, o pesquisador vivencia os fatos facilitando sua compreensão e interpretação.

Segundo Moreira (2002), a observação participante é conceituada como sendo uma estratégia de campo que combina ao mesmo tempo a participação ativa com os sujeitos, a observação intensiva em ambientes naturais, entrevistas abertas informais e análise documental.

Num terceiro momento, os estudos das apropriações dos significados ambientais apreciados na prática pedagógica do professor, ou seja, aplicamos o questionário e realizamos a observação da realização de intervenções pedagógicas conduzidas pelos educadores ambientais nas escolas vinculadas ao Programa, principalmente com educadores que já tenham sido submetidos aos processos formativos organizados pelo Programa.

Foi realizado ainda um estudo na escola municipal Cônego Pithon, localizada na comunidade de Morrinhos e na escola municipal João Gonçalves Figueredo, na comunidade do Bezerro e Pólo Educacional Abílio Santos no município de Poções. A escolha do município de Poções se justifica inicialmente por ser dentre os 52 municípios onde atua o programa Despertar o que apresenta maior número de alunos e professores; por acumular experiências significativas em atividades de intervenção pedagógica em educação ambiental, cuja adesão ao programa é desde 2007. O município de Poções está localizado no semiárido baiano, região cujo bioma Caatinga apresenta características particularidades com baixos índices de chuva, presença de solo seco, único bioma exclusivo do Brasil, seus habitantes convivem com problemas como, falta de água, saneamento básico, necessitando assim de criar alternativas para resolução dos problemas nos períodos mais complexos.

Estas observações nos permitiram relatar as formas de compreensão orientação pedagógica e ambiental do programa, verificando como se dão, nas intervenções, as formas de apropriação dos significados pedagógicos e ambientais. Além disso, realizamos entrevistas com os educadores ambientais no sentido de perceber se eles conseguem aproximar seu discurso pedagógico a uma prática pedagógica sobre meio ambiente.

Neste trabalho, tal como mostraremos ao longo do texto, teremos por objetivo compreender as formas de apropriação dos saberes ambientais em práticas pedagógicas de professores do Programa Despertar, entendendo que as formas de apropriação passam inicialmente pelo entendimento de que a educação ambiental teve uma apropriação discursiva como temática socioambiental, depois foi institucionalizada nas políticas como um discurso educativo e que apenas nestas experiências, como pretendemos abordar as práticas pedagógicas do Programa Despertar, podemos avaliar a sua apropriação pedagógica, que em nosso entendimento é um processo ao mesmo tempo de significação cultural e social, pois os significados são apropriados no contexto da rede significados construídos por estes sujeitos (GEERTZ, 2008) e na relação que ele estabelece com a sociedade e os sentidos da relação da sua prática pedagógica com as práticas sociais.

Além disso, a apropriação de saberes ambientais na prática pedagógica deve levar em consideração dois aspectos importantes da relação teoria-prática de qualquer pedagogia. Primeiro, ressaltamos as práticas instituídas nos *habitus* (WACQUANT, 2007) dos professores que terão que avaliar a assimilação dos saberes sobre o meio ambiente com os saberes que já orientam sua prática e sua atuação na escola e na sociedade. Reconhecemos que a mudança de um hábito é um processo longo de reflexão-ação do professor sobre sua prática pedagógica que o leve a uma tentativa de aproximação do seu fazer a uma intenção formativa e isso envolve, tal como vimos anteriormente, um processo ao mesmo tempo de necessidade de conhecer a si mesmo e de como o sujeito se posiciona diante das questões globais referentes ao debate sobre o meio ambiente e, especificamente, da educação ambiental. Por isso, ao longo de nossas análises estaremos mostrando esta tentativa de aproximação e afastamento, permitido pela mera apropriação discursiva do saber e sua apropriação significativa na prática pedagógica.

Projeto submetido ao Comitê de Ética em Pesquisa CEP/CONEP, nº do CAAE 07525813.4.0000.0055, aprovado *ad referendum* em 28/05/2013.

### **3 Estrutura**

Este trabalho está organizado em cinco capítulos que descrevem diferentes momentos da construção da dissertação, sendo divididos em referencial teórico e análise e interpretação dos dados.

Inicialmente, no primeiro capítulo, detalhamos os momentos históricos de apropriação dos discursos sobre educação ambiental e sua institucionalização no Brasil,

bem como as formas como as orientações legais são estabelecidas para que as escolas possam realizar suas atividades com educação ambiental. Em seguida, no segundo capítulo, faremos um esboço do entendimento no bojo desta pesquisa dos conceitos de prática pedagógica, prática social e cultural, buscando mostrar que o fazer dos educadores e, de modo específico neste caso, dos educadores ambientais está relacionado com a rede de significados que são apropriados por eles em suas práticas educativas, mas também na sua atuação na sociedade, com as influências culturais, assim como resultado das experiências formativas ao longo de suas trajetórias.

No terceiro capítulo, apresentamos a análise e interpretação dos dados, dando ênfase ao Programa Despertar, nosso objeto de estudo, fazendo um esboço do resultado da análise documental que sinaliza a organização e estrutura para a consolidação de um programa de educação ambiental proposto pelo SENAR.

Em seguida, estudamos os fundamentos educacionais da proposta Pedagogia de Projetos com a finalidade de apontar o contexto de significados desta proposição no campo educacional. Intenta-se identificar autores que tem apresentado a Pedagogia de Projetos como uma proposta formativa e como ele pretende organizar experiências educativas. Analisar-se-á, também, os significados pedagógicos desta proposta no contexto do Programa Despertar com a finalidade de apresentar as significações pedagógicas contidas na proposta de educação ambiental no Programa. Para isso, buscar-se-á identificar a aproximação entre os conceitos de educação e ambiente nos documentos relacionados à criação e implantação do referido Programa.

Por fim, o trabalho de pesquisa teve a intenção estudar as formas de apropriação destes significados na percepção dos sujeitos envolvidos com os processos educativos no âmbito do programa, mostrando neste momento uma descrição das ações formativas do Programa Despertar mediante os encontros de formação de educadores ambientais, assim como apontando alguns significados apropriados por eles ao avaliarem sua participação no processo formativo.

Posteriormente, visando à conclusão desta dissertação, realizamos entrevistas com professores, alunos e representantes das comunidades rurais, todos envolvidos diretamente no programa.

Além da entrevista, fizemos também observação nas aulas realizadas pelas escolas acima referenciadas, momento em que visualizamos se as apropriações discursivas oportunizadas pelos encontros de formação estão efetivamente influenciando para a

realização de práticas de educação ambiental em acordo com as opções teóricas e metodológicas do Programa Despertar. A observação serviu para confrontar o discurso dos entrevistados com a realidade apresentada nas situações de execução do programa. Favoreceu, também, ao pesquisador um contato mais direto com a realidade em estudo, identificando e colhendo informações a respeito dos objetivos delimitados, os quais muitas vezes não são identificados pelos indivíduos envolvidos no Programa.

# CAPÍTULO I

## HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL E A INSTITUCIONALIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL NO BRASIL

### **1 A apropriação discursiva da educação ambiental na história do meio ambiente**

As primeiras reflexões sobre a escassez dos recursos naturais se restringiam a pequenos grupos de estudiosos, naturalistas, espiritualistas dentre outros, conforme consta nos relatos de Genebaldo Freire Dias, em seu livro *Educação Ambiental: Princípios e práticas*. A publicação do livro *O homem e a Natureza: ou geografia física modificada pela ação do homem* de George Perkin Marsh, no século XIX, documentava o esgotamento dos recursos do planeta, o declínio das civilizações antigas e previa que se não houvesse uma mudança de atitude, o mesmo iria ocorrer com as culturas modernas (DIAS, 2004).

Historicamente, existiram diferentes formas de apropriação das discussões ambientais para o debate educacional. Uma das formas de como isso aconteceu se refere ao interesse que predominava nesse contexto de supervalorização da natureza no seu aspecto de beleza exuberante, a preocupação essencial se baseava em descrever e exaltar a riqueza dos recursos naturais existentes, sobretudo com um sentimento de deslumbramento. Os recursos naturais foram utilizados como se fossem inesgotáveis. Ao notar a ausência do discurso ambiental nesse período, o biólogo Ernst Haeckel em 1869, propõe o termo ecologia na tentativa de estudar sobre as relações entre as espécies e o meio ambiente (DIAS, 2004).

Com o avanço do capitalismo e o surgimento das novas técnicas, as formas de exploração mudaram e cresceram assustadoramente, de maneira desordenada, em prol de um desenvolvimento a qualquer preço, colocando em risco o equilíbrio natural do planeta e a vida nele existente. Podemos considerar recente a discussão sobre Educação Ambiental. Segundo Dias (2004, p. 76):

Patrick Geddes, escocês, considerado o pai da “Educação Ambiental”, já expressava a sua preocupação com os efeitos da revolução industrial, iniciada em 1779 na Inglaterra, pelo desencadeamento do processo de urbanização e suas consequências para o ambiente natural. O intenso crescimento econômico do pós-guerra acelerara a urbanização, e os

sintomas da perda de qualidade ambiental começavam a aparecer em diversas partes do mundo.

A abordagem sobre Educação Ambiental tomou força devido aos sérios problemas que afetavam o mundo a partir do século XX no momento em que os sérios problemas ambientais começam a ser perceptíveis. O fator preponderante para o agravamento da crise ambiental, desse século, baseou-se no surgimento da Revolução Industrial no século XVIII, que acelerou o processo de desenvolvimento tecnológico e científico, contudo, alargou a utilização dos recursos naturais, ocasionando o esgotamento e degradação da natureza. Os efeitos do mau uso dos recursos naturais e da utilização de práticas danosas foram atribuídos ao homem que de modo irracional estabeleceu com a natureza uma relação desastrosa que em pouco tempo foi possível notar em todas as partes do mundo. O modelo de desenvolvimento instaurado no mundo, baseado na industrialização marcava o início das grandes catástrofes, datadas de 1960.

A poluição atmosférica, nos grandes centros urbanos – Los Angeles, Nova York, Berlim, Chicago, Tóquio e Londres, principalmente em rios envenenados por despejos industriais – Tâmis, Sena, Mississípe e outros; em perda da cobertura vegetal da terra, ocasionando erosão, perda da fertilidade do solo, assoreamento dos rios, inundações e pressões crescentes sobre a biodiversidade (DIAS, 2004, p. 77).

Sobretudo, as questões ambientais começaram a ser apresentadas a partir da década de 70 quando ocorrem manifestações sociais em nível mundial. Esses acontecimentos tiveram início com os movimentos em defesa da ecologia e do meio ambiente, tendo como marco principal a publicação do livro “*Primavera Silenciosa*” (1962), da americana Raquel Carson. A repercussão do livro mobilizou ambientalistas e a organização das nações unidas a realizar eventos internacionais cujo foco seria a abordagem ambiental. Segundo Carson (1969, p. 15):

A história da vida sobre a terra tem sido uma história de interação entre as coisas vivas e o seu meio ambiente. Em grande parte, a forma física e os hábitos da vegetação da terra, bem como a sua vida animal, foram moldados pelo seu meio ambiente. Tomando-se em consideração a duração toda do tempo terrenal, o efeito oposto em que a vida modifica, de fato, o seu meio ambiente, tem sido relativamente breve, apenas dentro do momento de tempo representado pelo século presente é que uma espécie - o homem – adquiriu capacidade significativa para alterar a natureza.



Rachel Carson, Bióloga e pesquisadora, em seu livro *Primavera Silenciosa*, inicia uma verdadeira revolução em defesa do meio ambiente, através de denúncias e relatos que contrariavam os interesses da classe dominante, cujo objetivo era se apropriar dos recursos naturais de modo indiscriminado. Seu pensamento conceituou as atitudes do homem como assalto contra o meio ambiente, seus atos ocasionaram a contaminação do ar, da terra, dos rios e dos mares, através do uso de materiais perigosos, irremediáveis. Essas substâncias químicas se tornaram parceiros sinistros não perceptíveis, seus efeitos alteraram a natureza, o mundo e a própria vida (CARSON, 1969).

As primeiras iniciativas em discutir sobre os problemas ambientais se restringiram inicialmente aos setores não governamentais da sociedade dentre eles os movimentos ambientalistas. Sobretudo de forma diferenciada, o interesse em ampliar a discussão foi se consolidando, apresentando-se como assunto essencial na pauta de discussões de todos os segmentos da sociedade.

Essa mobilização social pelo uso adequado dos recursos naturais se inicia com o Clube de Roma em 1968, por um grupo de empresários e intelectuais, com o objetivo de identificar os problemas ambientais e discutir sobre a preservação dos recursos naturais.

O Clube de Roma, fundado em 1968 por um grupo de trinta especialistas de várias áreas para discutir a crise atual e futura da humanidade, publicava o seu antológico relatório *The limits of growth* (Os limites do crescimento econômico). O relatório apresentava modelos globais baseados nas técnicas pioneiras de análise de sistemas, projetados para prever como seria o futuro se não houvessem modificações ou ajustamentos nos modelos de desenvolvimento econômico adotados. O documento condenava a busca incessante do crescimento da economia a qualquer custo, e a meta de se torná-la cada vez maior, mais rica e poderosa, sem levar em conta o custo final desse crescimento (DIAS, 1991, p. 3).

Os debates sobre problemas ambientais se fortalecem, emergindo grupos organizados. No decorrer do tempo os movimentos evoluíram, disseminando ideias de conservação e preservação ambiental, desenvolvimento econômico, dentre outros.

As discussões estão relacionadas aos aspectos mais gerais que envolvem a problemática ambiental que tem afetado a vida de todos os habitantes do planeta nos mais variados setores da sociedade, portanto, deve ser amplamente discutida a fim de oferecer informações que efetuem mudanças específicas no comportamento do ser humano na sua relação com a natureza.

Após a Segunda Guerra Mundial, principalmente a partir da década de 60, intensificou-se a percepção de a humanidade caminhar aceleradamente para o esgotamento ou a inviabilização de recursos indispensáveis à sua própria sobrevivência. Assim, sendo, algo deveria ser feito para alterar as formas de ocupação do planeta estabelecidas pela cultura dominante. Esse tipo de constatação gerou o movimento em defesa do ambiente, que luta para diminuir o acelerado ritmo de destruição dos recursos naturais ainda existentes e busca alternativas que concilie, na prática, a conservação da natureza com a qualidade de vida das populações que dependem dessa natureza (BRASIL, 1998, p.176).

A Educação Ambiental, como tantos outros tópicos relacionados às questões ambientais devido a sua importância e complexidade, foi abordada em sua dimensão global e local, partilhadas por diferentes países e nações, levando em consideração que neste momento a referência às questões educacionais sobre o meio ambiente ainda se dava distante de um debate sobre a prática pedagógica propriamente dita, pois não se tinha ideia sobre como construir práticas pedagógicas ambientais, mas apenas pela intenção de conservação dos recursos naturais incluía-se a necessidade premente de educar as pessoas para este novo desafio, por isso, iniciam-se argumentos em favor de uma educação ambiental.

O marco inicial de interesse sobre EA foi a Conferência das Nações Unidas sobre o ambiente humano, a Conferência de Estocolmo que aconteceu em 1972, historicamente considerada o evento internacional que marcou a emergência de políticas ambientais que deveria orientar as propostas das políticas públicas de todos os países. A preocupação oficial da conferência era realizar um trabalho educativo que sensibilizasse as pessoas quanto às questões ambientais, seu objetivo principal era chamar a atenção dos governantes para adoção de novas políticas ambientais, na tentativa de educar os cidadãos para compreender os principais problemas e combater a crise ambiental no mundo.

A Conferência de Estocolmo contou com representantes de 113 países, 250 organizações não governamentais e dos organismos da ONU. Produziu a Declaração sobre o Meio Ambiente Humano, uma declaração de princípios de comportamento e responsabilidade que deveriam governar as decisões concernentes a questões ambientais.

Os princípios descritos na declaração serviram de inspiração e orientação para os povos do mundo quanto à melhoria e preservação ambiental. O primeiro princípio da declaração proclama que:

O homem é ao mesmo tempo criatura e criador do meio ambiente, que lhe dá sustento físico e lhe oferece a oportunidade de desenvolver-se

intelectual, moral, social e espiritualmente. A longa e difícil evolução da raça humana no planeta levou-a a um estágio em que, com o rápido progresso da Ciência e da Tecnologia, conquistou o poder de transformar de inúmeras maneiras e em escala sem precedentes o meio ambiente. Natural ou criado pelo homem é o meio ambiente essencial para o bem-estar e para gozo dos direitos humanos fundamentais, até mesmo o direito à própria vida (DECLARAÇÃO DE ESTOLCOMO, Estocolmo, jun. 1972).

A partir desse princípio é possível perceber a importância da ação humana sobre o meio ambiente e a necessidade de uma consciência de transformação da realidade instaurada.

No princípio 19 da declaração de Estocolmo fica evidente o enfoque dado ao desenvolvimento de ações educativas, visando à formação de jovens e adultos, principalmente aqueles que não têm privilégios na sociedade, para uma conduta responsável à proteção do meio ambiente na dimensão humana. Conforme comenta Dias (1991, p. 40), no Brasil o pensamento capitalista contrariava os princípios que fundamentavam a conferência.

Naquele momento da Conferência, tivemos o registro mais polêmico da política ambiental externa do Brasil. Os nossos representantes afirmaram que o país não se importaria em pagar o preço da degradação ambiental, desde que o resultado fosse o aumento do Produto Nacional Bruto (PNB). Um cartaz anunciava: Bem-vindos à poluição, estamos abertos para ela. O Brasil é um país que não tem restrições. [...] Foi um escândalo internacional! Quando representantes de todo o mundo se reuniam preocupados com a degradação ambiental do planeta, o Brasil apresentava uma proposta absolutamente em sentido contrário! À época, alguns militares, então no poder, viram na Conferência indício de tentativas de aborto do desenvolvimento dos países pobres, através do controle ambiental. Nessa esteira, dezenas de indústrias se instalaram no país e produziram Cubatão, Rio Guaíba, Tietê, Projeto Carajás, etc., cujas mazelas ainda estamos tentando reparar.

No Brasil, os movimentos ambientalistas foram de fundamental importância para a luta em defesa do meio ambiente. Esses movimentos ganham força em meados da década de 70, no momento em que se inicia o processo de liberalização política.

Em 1973 as agências ambientais passam a integrar o cenário nacional com a criação da Secretaria Especial do Meio Ambiente-SEMA -, vinculada ao Ministério do Interior, com a função de traçar estratégias para conservação do meio ambiente e para o uso racional dos recursos naturais. Também nesta época alguns estados mais industrializados vão criar as primeiras agências ambientais para controle da poluição, como a

Companhia de Tecnologia e Saneamento Ambiental (Cetesb), em São Paulo, e a Fundação de Engenharia do Meio Ambiente (Feema), no Rio de Janeiro (JACOBI, 2003, p. 3).

Mesmo que essas iniciativas não significassem um compromisso do governo em defesa do meio ambiente, se constituíram instrumento importante para reforçar os movimentos sociais que se levantavam em defesa do meio ambiente.

Em 1977, pela primeira vez a educação ambiental começava a ser abordada de forma particular, notando, com isso, uma mudança na sua forma de apropriação discursiva, quer dizer, sai da condição de resultado do debate socioambiental para adquirir lugar próprio enquanto educação ambiental. Nota-se isto com a Conferência Intergovernamental de Educação Ambiental em Tbilisi (na CEI, Geórgia), onde ficaram definidos os objetivos da Educação Ambiental tendo o ensino formal como um dos eixos fundamentais para conseguir atingi-los.

Nessa conferência a Educação Ambiental foi definida como dimensão dada ao conteúdo e prática da educação, orientada para resolver problemas concretos do meio ambiente por intermédio de ações interdisciplinares, participação ativa e responsável dos indivíduos no pessoal e na coletividade (BRASIL, 1998, p. 229).

Em 1987, na Conferência Internacional sobre Educação e Formação Ambiental, convocada pela UNESCO e realizada em Moscou, concluiu-se pela necessidade de introduzir a Educação Ambiental nos sistemas educativos dos países.

Na Conferência Rio/92 aprovou-se, entre outros documentos, a “Agenda 21”, que reúne propostas de ação para os países e os povos em geral, bem como estratégias para que essas ações possam ser cumpridas. Em complementação a essa agenda, os países da América Latina e do Caribe apresentaram a “Nossa Agenda”, com as prioridades para seus países. E os governos locais apresentaram a “Agenda Local”. Em todos esses documentos importantes referências para governantes e educadores nesse final de século tanto a Educação Ambiental quanto as ações educativas, de informação e comunicação em geral, foram das mais requeridas (BRASIL, 1998, p. 229-230).

Esses princípios serviram de base para que novas discussões e soluções possam se efetivar na tentativa de amenizar as problemáticas em torno do meio ambiente.

A realização do Fórum das ONGs em 1992 no Rio de Janeiro também teve sua importância, pois foi elaborado o Tratado de Educação Ambiental para Sociedades

Sustentáveis e Responsabilidade Global, onde a Educação Ambiental foi entendida como processo de aprendizado, baseado no respeito às diversas formas de vida contribuindo para a formação de uma sociedade justa e ecologicamente equilibrada.

O Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global (Anexo) elaborado pela sociedade civil planetária em 1992 no Fórum Global, durante a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (Rio 92). Esse documento estabelece princípios fundamentais da educação para sociedades sustentáveis, destacando a necessidade de formação de um pensamento crítico, coletivo e solidário, de interdisciplinaridade, de multiplicidade e diversidade. Estabelece ainda uma relação entre as políticas públicas de EA e a sustentabilidade, apontando princípios e um plano de ação para educadores ambientais. Enfatiza os processos participativos voltados para a recuperação, conservação e melhoria do meio ambiente e da qualidade de vida (BRASIL, 2007, p. 12).

Vale ressaltar a importância desses movimentos, para acelerar as discussões relativas aos problemas ambientais existentes em todo o mundo, alcançando os mais diversos setores da sociedade, principalmente a educação formal.

## **2 Institucionalização da Educação Ambiental no Brasil**

Anterior a institucionalização da Educação Ambiental no Brasil existia a organização dos movimentos sociais por meio de movimentos isolados por parte da sociedade, porém, só após a Conferência de Estocolmo em 1972, que ocorreu o aceleração do processo de institucionalização de políticas ambientais.

Entretanto, foi especificamente em 1973 que de fato se concretizou com a implantação da Secretaria Especial do meio Ambiente (SEMA), órgão vinculado à Presidência da República.

O Presidente da República criou no âmbito do Ministério do Interior a Secretaria Especial do Meio Ambiente (SEMA), primeiro organismo oficial brasileiro, de ação racional, orientado para a gestão integrada do meio ambiente. O Prof. Paulo Nogueira Neto foi o titular da SEMA, de 1974 a 1986, e deixou as bases das leis ambientais e estruturas que continuam, muitas delas, até hoje. Originariamente concebida como um órgão de controle de poluição, a SEMA estabeleceu o programa das estações ecológicas (pesquisa e preservação) e nos legou conquistas significativas em normatizações. Porém, em termos de EA, a sua ação foi extremamente limitada pelos interesses políticos da época (DIAS, 1991, p. 4-5).

No contexto da ditadura militar, em 1981, é publicada a lei 6.938, sendo a primeira conquista do movimento ambientalista brasileiro. Este documento discorria sobre a política nacional do meio ambiente, tornando-se um importante instrumento de amadurecimento e consolidação da política ambiental no Brasil, entretanto a questão ambiental continuava voltada às florestas, mares e animais em extinção, sem nenhuma relação com o homem e outras questões sociais, tal como a desigualdade social existente entre os povos (DIAS 1991).

Outro passo importante foi dado com implantação da Política Nacional de Meio Ambiente (PNMA) que estabeleceu, no âmbito legislativo, a EA em todos os níveis de ensino, alcançando a comunidade com o objetivo de promover a participação ativa na defesa do meio ambiente (BRASIL, 2007).

A Constituição Federal promulgada em cinco de outubro de 1988 estabelece leis em defesa do meio ambiente, na tentativa de conclamar todos os cidadãos para o compromisso em zelar pelo seu maior patrimônio “o meio ambiente”. No art. 225 afirma que: “Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao poder público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.” (BRASIL, 2003, p 129). Nesse artigo da Constituição ficam claras as responsabilidades do poder público no âmbito Federal, Estadual e Municipal, como também as obrigações das pessoas enquanto cidadãos que usufruem e dependem diretamente da natureza para sua sobrevivência. Porém, na prática, nem sempre a lei é cumprida, faltam ações mais concretas de socialização e conscientização que mobilize a sociedade como um todo, para uma participação ativa na luta em defesa do meio ambiente, conforme afirma Guattari (1990, p. 8):

As formações políticas e as instancias executivas parecem totalmente incapazes de apreender essa problemática no conjunto de suas implicações. Apesar de estarem começando a tomar uma consciência parcial dos perigos mais evidentes que ameaçam o meio ambiente natural de nossas sociedades, elas geralmente se contentam em abordar o campo dos danos industriais e, ainda assim, unicamente numa perspectiva tecnocrática, ao passo que só uma articulação etico-política, a que chamo ecosofia entre os três registros ecológicos (o do meio ambiente, o das relações sociais e o da subjetividade humana) que poderia esclarecer convenientemente tais questões.

Com base na legislação vigente para efetivar o direito descrito no art. 225 é dever do poder público: “VI – promover a educação ambiental em todos os níveis de ensino e a conscientização pública para a preservação do meio ambiente” (BRASIL, 2003). A educação ambiental é de fundamental importância sendo utilizada como forma de prevenir que danos maiores se propaguem pela natureza, uma vez que recuperar totalmente o que perdemos ao longo dos séculos se tornou utopia.

Posteriormente, em 1989 foi criada a Lei 7.735 que institui o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) cuja intenção seria formular, coordenar e executar a política ambiental do meio ambiente. Ao órgão competia a função de preservação, conservação, fomento e controle dos recursos naturais renováveis em todo território federal; proteger bancos genéticos da flora e da fauna brasileira e estimular a Educação Ambiental nas suas diferentes formas.

Em decorrência dos compromissos assumidos na Conferência Internacional da Rio-92 e da Constituição Federal de 1988, no ano de 1994, foi inspirado o Programa Nacional de Educação Ambiental (PRONEA), elaborado em conjunto com o Ministério de Meio Ambiente (MMA) e o Ministério de Educação e Cultura (MEC). O PRONEA caracterizou-se como um dos avanços significativos na institucionalização da educação ambiental no país, na perspectiva de aprofundamento e sistematização, bem como de nova visão da relação ser humano e natureza ao evidenciar a compreensão integrada do meio ambiente (PARANÁ, 2008, p. 25).

O PRONEA se constituiu num importante programa na definição de propostas em EA, subsidiando ações educativas que contemplavam diversos setores da sociedade com sete linhas de ação, assim definidas:

1) Educação ambiental no ensino formal, 2) educação ambiental no processo de gestão, 3) realização de campanhas específicas de educação ambiental, 4) cooperação com os meios de comunicação e comunicadores sociais, com finalidade de instrumentalizar esses profissionais para a atuação ambiental, 5) articulação e integração comunitária, 6) articulação intra e interinstitucional, com o intuito de fomentar o intercâmbio no campo da educação ambiental e 7) criação de centros especializados em educação ambiental em todos os estados (PARANÁ, 2008, p. 25).

Em 1996, foi criada a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. No que se refere às questões ambientais, mais especificamente ao Ensino Fundamental, a LDB estabelece que os currículos devem abranger a compreensão do mundo natural e social, do sistema político, da tecnologia, das artes e dos

valores em que se fundamenta a sociedade (BRASIL, 2010). Ao analisar a LDB, Lei que organiza a educação brasileira, é possível afirmar que não há uma abordagem mais específica sobre a educação ambiental sendo citada de modo bem sucinta apenas na sessão III no Art. 32 que trata do Ensino Fundamental. Essa temática relacionada ao meio natural e social já é bem difundida na escola, mesmo assim não garantiu que a educação ambiental, responsável por propiciar mudanças de atitudes e comportamentos, se efetivasse. Portanto, compreende-se que a LDB, da forma como se posiciona, não contribuiu de modo significativo para que a Educação ambiental seja efetivada no ambiente escolar.

Em 1997, são aprovados os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) pelo MEC, que definiram os temas transversais, como: saúde, ética, orientação sexual, pluralidade cultural e meio ambiente, que devem ser inseridos em todas as áreas de conhecimento no Ensino Fundamental (BRASIL, 1998). Entretanto, esse documento sofreu inúmeras críticas por conta de não detalhar o modo de como ocorreria essa transversalidade no processo educativo. No entanto, significou um avanço no sentido de nortear o trabalho pedagógico em Educação Ambiental, na educação básica.

Esses Parâmetros são vistos pelas instituições educativas como instrumento no apoio das propostas pedagógicas, em projetos educacionais, planejamento de aulas, a reflexões da prática educativa. Dentre os temas transversais abordados nos PCNs, destaca-se a temática meio Ambiente.

Nesse sentido, o ensino deve ser organizado de forma a proporcionar oportunidades para que os alunos possam utilizar o conhecimento sobre Meio Ambiente para compreender a sua realidade e atuar nela, por meio do exercício da participação em diferentes instâncias: nas atividades dentro da própria escola e nos movimentos da comunidade. É essencial resgatar os vínculos individuais e coletivos com o espaço em que os alunos vivem para que se construam essas iniciativas, essa mobilização e envolvimento para solucionar problemas (BRASIL, 1998, p. 190).

Apesar da importância dos PCNs, ainda são grandes os desafios que educadores do Brasil inteiro enfrentam para abordar a temática Educação Ambiental no currículo escolar. O documento ainda não foi suficiente para sanar as dificuldades em desenvolver projetos que atendam às reais necessidades de educandos e educadores. Embora essas dificuldades sejam visíveis, existem muitos programas que desenvolvem ações interessantes sobre Meio Ambiente que devem ser analisados.



Na Bahia um importante documento a Lei 12.056 de 07 de janeiro de 2011, que institui a política Estadual de Educação Ambiental reforça a importância da articulação da Educação Ambiental à Educação formal, alcançando os diferentes públicos. A Lei concebe a Educação Ambiental como conjunto de processos permanentes e continuados de formação individual e coletiva para a sensibilização, reflexão e construção de valores, saberes, conhecimentos, atitudes *habitus*, visando uma relação sustentável da sociedade humana com o ambiente que integra (BAHIA, 2012). A Política Estadual de Educação Ambiental no seu Art. 3º será conduzida pelos seguintes princípios:

- I - equidade social, envolvendo os diversos grupos sociais, de forma justa, participativa e democrática nos processos educativos;
- II - vinculação entre a ética, a educação, o trabalho e as práticas sociais;
- III - solidariedade e cooperação entre os indivíduos, os grupos sociais e as instituições públicas e privadas, na troca de saberes em busca da preservação de todas as formas de vida e do ambiente que integram;
- IV - Corresponsabilidade e compromisso individual e coletivo no desenvolvimento de processos de ensino e aprendizagem voltados à sustentabilidade;
- V - enfoques humanísticos, holísticos, democráticos e participativos;
- VI - respeito e valorização à diversidade, ao conhecimento tradicional e à identidade cultural;
- VII - reflexão crítica sobre a relação entre indivíduos, sociedade e ambiente;
- VIII - contextualização do meio ambiente, considerando as especificidades locais, regionais, territoriais, nacionais e globais, e a interdependência entre o meio natural, o socioeconômico e o cultural, sob o enfoque da sustentabilidade;
- IX - sustentabilidade como garantia ao atendimento das necessidades das gerações atuais, sem comprometimento das gerações futuras, valorizadas no processo educativo;
- X - dialógica como abordagem para a construção do conhecimento, mantendo uma relação horizontal entre educador e educando, com vistas à transformação socioambiental;
- XI - pluralismo de ideias e concepções pedagógicas, na perspectiva da multi, inter e transdisciplinaridade e transinstitucionalidade (BAHIA, 2012, p. 14-15).

O capítulo IV, Art. 17, trata da Educação Ambiental no ensino formal que é realizada nas instituições públicas, privadas e comunitárias que englobam:

- I - Educação Básica:
  - a) Educação Infantil;
  - b) Ensino fundamental;
  - c) Ensino Médio;
- II - Educação Superior
  - a) Graduação;

- b) Pós-graduação;
- c) Educação especial;
- IV - Educação Profissional;
- V - Educação de Jovens e Adultos;
- VI - Educação para o Idoso;
- VII - Educação Indígena;
- VIII - Educação Quilombola;
- IX - Educação do Campo (BAHIA, 2012, p. 23-24).

Segundo o documento, as instituições de ensino devem inserir a Educação Ambiental no Regimento Escolar, e no projeto Político pedagógico de forma transversal facultando a criação de disciplina específica.

O Presidente do Conselho Nacional de Educação, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto nas Leis nos 9.131, de 24 de novembro de 1995, e 9.394, de 20 de dezembro de 1996, com fundamento no Parecer CNE/CP nº 8/2012, homologado por Despacho do Senhor Ministro de Estado da Educação, publicado no DOU de 30 de maio a resolução nº 1, de 30 de maio de 2012 que Estabelece Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos. A presente resolução no art. 3º assegura que a educação em direitos humanos tem a finalidade de promover a transformação social que se fundamenta nos princípios da dignidade humana, igualdade de direitos, reconhecimento e valorização das diferenças e das diversidades, transversalidade, vivência e globalidade e sustentabilidade ambiental, Resolução (BRASIL, 2012a).

Posteriormente, o Ministério da Educação e o Conselho Nacional de Educação fundamentado no parecer da CNE/CP nº 14/2012, estabelece a resolução de nº 2 de 15 de junho de 2012, as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental a serem observadas pelos sistemas de ensino e suas instituições de Educação Básica e de Educação superior. Neste documento a Educação Ambiental tem uma especificidade, sendo mais detalhada, de modo que oferece às instituições de ensino um direcionamento legal para a inserção da educação ambiental no currículo escolar. No capítulo I, Art. 2º, quanto aos objetivos da educação ambiental afirma que: é uma dimensão da educação, é atividade intencional da prática social, que deve imprimir ao desenvolvimento individual um caráter social em sua relação com a natureza e com os outros seres humanos, visando potencializar essa atividade humana com a finalidade de torná-la plena de prática social e de ética ambiental (BRASIL, 2012b). Estabelece ainda a legitimidade da inserção da educação ambiental no currículo escolar quando reafirma no cap. II, art. 7º, que a Educação Ambiental é componente integrante, essencial e permanente da Educação Nacional,

devendo estar presente, de forma articulada, nos níveis e modalidades da Educação Básica e da Educação Superior, para isso devendo as instituições de ensino promovê-la integradamente nos seus projetos institucionais e pedagógicos (BRASIL, 2012b).

Em 2013 foi criado o Programa de Educação Ambiental PEA-BA, um programa escrito por educadores ambientais da Bahia. Sua construção deu-se de modo articulado à consulta pública tendo como referência a Política Estadual de Educação Ambiental Lei 12.056/2011, que objetiva orientar e fortalecer ações, projetos e programas setoriais de educação ambiental no Estado da Bahia (BAHIA, 2013). As orientações para inserção da Educação Ambiental pelo PEA-BA propõe a transversalização como eixo estruturante, proporcionando abertura para o diálogo entre governo, sociedade civil, sociedade privada e na sociedade como um todo. Pretende-se então ao pensar em elaborar propostas para a educação Ambiental, que os diferentes grupos sejam acionados favorecendo a diversidade de pensamentos e a construção de um novo saber, que possibilite a resolução dos problemas de forma coletiva. A transversalização da educação ambiental no setor educativo deve:

- Incentivar a implantação de projetos de educação ambiental nas escolas, considerando as características regionais e culturais, e em parcerias com os governos municipais, instituições locais e a comunidade;
- Estimular parcerias entre governo federal, estadual, e municipal em projetos e programas de educação ambiental envolvendo escolas;
- Utilizar estruturas educadoras existentes para a realização de projetos de educação ambiental (BAHIA, 2013, p. 96-97).

De modo geral, a institucionalização da EA no Brasil, sofreu ao longo do tempo muitas adaptações e conquistas como também sofreu muitos impasses, sobretudo na educação por ser embasado com enfoque no modelo de ensino tradicional, fragmentado, o que repercute na dificuldade de torná-la efetivada no âmbito educacional.

### **3 Educação Ambiental na escola: entre saberes e práticas**

Nas últimas décadas, observa-se um grande desenvolvimento do conhecimento humano, proporcionando mudanças nos valores no modo de viver das pessoas. Percebe-se, também, o grande avanço da ciência e da tecnologia, o surgimento da indústria e o crescimento das cidades trouxeram o aumento da utilização de produtos que demanda a retirada dos recursos naturais de forma desordenada, acarretando sérios problemas ao meio

ambiente. Paralelo ao desenvolvimento econômico capitalista que se instaurava, houve também uma mudança na relação do homem com o meio ambiente, passando a ser uma relação de desrespeito, com o uso desenfreado dos recursos naturais, tornando-os mais escassos.

A demanda global dos recursos naturais deriva de uma formação econômica cuja base é a produção e o consumo em larga escala. A lógica, associada a essa formação, que rege o processo de exploração da natureza hoje, é responsável por boa parte da destruição dos recursos naturais e é criadora de necessidades que exigem, para a sua própria manutenção, um crescimento sem fim das demandas quantitativas e qualitativas desses recursos (BRASIL, 1998, p.173).

Neste sentido, a educação ambiental é apreendida como uma apropriação discursiva para a efetivação de uma concepção de preservação ou conservação do meio ambiente envolvendo a relação homem e natureza. Percebemos isso, inicialmente, analisando o conceito de Educação Ambiental em sua fundamentação legal na Lei 9.795/99, da Constituição Federal que institui a Política Nacional de Educação Ambiental conforme descrito no artigo 1º: “Entende-se por Educação Ambiental os processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente”. Assim, ao nos relacionarmos socialmente interagimos com o meio ambiente, desenvolvendo ações, cuja responsabilidade pela manutenção é de todos. Portanto, o conceito de Educação Ambiental não está apenas voltado para o respeito e conservação do meio ambiente natural, mas ao próprio convívio do ser humano na sociedade, e na sua interação com o meio em que vive.

Podemos definir Educação Ambiental como sendo um processo de aprendizagem onde o indivíduo se conscientiza da importância do meio ambiente para sua existência, aprendendo a respeitar e viver em harmonia com a natureza, sendo parte integrante dela e contribuindo para seu equilíbrio, retirando o que realmente é necessário para sua sobrevivência sem comprometer as futuras gerações (VASCONCELOS, s/d, p. 6).

Encontramos outras referências quanto ao conceito de Educação Ambiental e Meio Ambiente como, por exemplo, o do *Dicionário Brasileiro de Ciências Ambientais* (SILVA *et al.*, 1999) que define como “Conjunto de fatores naturais, sociais e culturais que envolvem um indivíduo e com os quais ele interage, influenciando e sendo influenciado por eles.” A Lei 6.938/1981 que dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente define meio ambiente como “Conjunto de condições, leis, influências e interações de ordem

física, química e biológica, que permite, abriga e rege a vida em todas as suas formas” (BRASIL, 1981, p. 1 ). Esse conjunto de seres que compõem o meio ambiente devem se relacionar de forma harmoniosa. Contudo, quando não há essa harmonia entre os seres ocorre o que denominamos desequilíbrio ecológico.

Ao analisar o percurso histórico da educação ambiental é possível perceber a emergência de uma discussão mais ampla no campo educacional. As preocupações com o meio ambiente passou a ser hoje uma necessidade de todos nas mais diferentes esferas da sociedade, sobretudo na educação formal.

Nesse sentido, a EA seria o meio pelo qual as práticas pedagógicas das escolas deveriam se organizar no sentido de que as propostas educativas de cunho ambiental, sejam incorporadas ao fazer pedagógico, propondo mudanças de comportamento nos alunos e professores, sendo um instrumento utilizado para dinamizar o currículo escolar.

Um indivíduo ecologicamente consciente terá melhores condições de viver em harmonia com a natureza, retirando dela o necessário para viver. É exatamente por ter a Educação Ambiental um caráter transformador, que se torna necessária no espaço escolar e na sociedade como um todo.

Assim, a grande tarefa da escola é proporcionar um ambiente escolar saudável e coerente com aquilo que ela pretende que seus alunos apreendam, para que possa, de fato, contribuir para a formação da identidade como cidadãos conscientes de suas responsabilidades com o meio ambiente, e capazes de atitudes de proteção e melhoria em relação a ele (BRASIL, 1998, p.187).

A educação ambiental deve ser abordada num contexto interdisciplinar, tanto no campo biológico, como ético, político, econômico e social, sendo necessária uma prática pedagógica que discuta a relação do homem com a natureza, partindo da sua realidade local. A abordagem sobre uma prática pedagógica interdisciplinar é defendida na atualidade por muitos estudiosos por permitir um entendimento mais geral sobre a questão em estudo, ou seja, possibilita uma visão global sobre os fatos e acontecimentos sob vários pontos de vista. Segundo Carvalho (1998, p. 08):

No mundo vivido, os aspectos tomados isoladamente pelas disciplinas estão permanentemente relacionados, como fios de um só tecido. Ao puxar apenas um fio, tratando-o como fato único e isolado, cada área especializada do conhecimento não apenas perde a visão do conjunto, como pode esgarçar irremediavelmente essa trama onde tudo está entrelaçado. Com isso, a multiplicidade das “camadas” de significados que constituem a realidade é traduzida em fatos chapados, vistos de uma

única perspectiva. Na escola, organizada sobre a lógica dos saberes disciplinares, o resultado dá-se dessa forma: o professor de geografia não toca nos aspectos biológicos da formação de um relevo em estudo; o historiador não considera a influência dos fatores geográficos na compreensão do declínio de uma civilização histórica; o professor de biologia não recupera os processos históricos e sociais que interagem na formação de um ecossistema natural e assim por diante.

De modo geral, essa é a maneira como a escola organiza sua prática pedagógica, o ato de ensinar é limitado a conteúdos ligados à sua área de conhecimento, os fatos estão isolados sem nenhuma conexão com a realidade e os problemas atuais enfrentados na sociedade. Nesse sentido, a interdisciplinaridade seria o meio pelo qual o professor na sua área de atuação, produz conhecimento interagindo com outros saberes em torno do fenômeno em estudo. Uma visão de ensino interdisciplinar impede que o conhecimento seja fragmentado e ajuda o aluno a compreender que existe uma interdependência entre o que está sendo ensinado e os fatos que envolvem a sua vida.

No contexto de complexidade onde os problemas ambientais estão diretamente ligados a fatores sociais, culturais e políticos, a EA e a interdisciplinaridade se complementam no sentido de que suas práticas vivenciam momentos de aborrecimentos porque surgem em meio às perplexidades do mundo, vivenciam desconfortos, frente a atitudes e posturas humanas de preconceito e dominação (CARVALHO, 1998).

A prática da Educação Ambiental na escola seria um dos meios indicados para o resgate dos valores, as atitudes de respeito e solidariedade à vida, às pessoas, à diversidade cultural e biológica, pressupostos fundamentais para um possível convívio entre o homem e a natureza.

Toda a concepção de educação ambiental que tem por princípio que a dinâmica “natural” está descolada da social e que há uma “natureza” idealmente perfeita, fora do movimento da vida (que deve ser ensinada por aqueles que a compreenderam e copiada pelos demais), nega a vinculação educação-cidadania-participação e desconsidera a sustentabilidade como uma construção permanente e decorrente das mediações (sociais e ecológicas) que nos constituem. Em processos educativos participativos não há uma única educação Ambiental, mas relações possíveis em determinados contextos, ou seja, territórios organizados culturalmente com uma história social a ser conhecida (no que tange ao passado) e transformada (no presente para criar-se o futuro) (LOUREIRO, 2008, p. 18-19).

Como seres sociais estamos submersos em um mundo de conflitos constantes, pois cabe à escola desenvolver atividades que ajudem o aluno a entender e participar ativamente

de propostas que o leve a encontrar soluções viáveis para os problemas atuais com vistas a pensar na sua atuação futura. Nesse sentido a educação tem papel fundamental contribuindo para a formação das presentes e futuras gerações.

No cenário de constantes alterações é imprescindível uma mudança nos paradigmas educacionais, exige, portanto, um pensamento centrado em práticas coletivas em busca da articulação entre os saberes em face ao novo cenário onde os problemas ambientais estão cada vez mais complexos e indefinidos. Para efetivação da EA na escola, entretanto é fundamental o resgate dos valores humanos e estimular uma visão global e crítica sobre os problemas ambientais com enfoque interdisciplinar que visem resgatar e construir novos saberes. A educação ambiental é o mecanismo que proporciona aos indivíduos a aquisição de conhecimentos, valores e atitudes que os levem a adquirir práticas saudáveis de proteção ao meio ambiente.

A educação ambiental deve chegar a todas as pessoas, onde elas estiverem, dentro e fora das escolas, nas associações comunitárias, religiosas, culturais, esportivas, profissionais, etc. Ela deve ir aonde as pessoas estão reunidas, Os conhecimentos devem tratar das suas realidades sociais, econômicas, políticas, culturais e ecológicas. A EA deverá informar sobre a legislação ambiental, sobre os mecanismos de participação comunitária, a fim de que, organizados possam fazer valer os seus direitos constitucionais de cidadãos, ter um ambiente ecologicamente equilibrado e, conseqüentemente, uma boa qualidade de vida. A EA, deverá promover o resgate e a criação de novos valores compatíveis com o novo paradigma do desenvolvimento sustentável (DIAS, 2004, p. 110).

Nesse sentido o papel do professor é primordial para estimular os alunos a buscar a transformação necessária, assumindo o compromisso de internalizar a questão ambiental e refletir sobre a sua responsabilidade sobre os problemas locais e globais a fim de dar sentido à sua existência e um repensar sobre suas práticas frente ao meio ambiente e sua responsabilidade para uma sociedade mais justa e equilibrada.

As discussões sobre práticas pedagógicas em EA não se encerram aqui, muitas reflexões serão feitas na tentativa de compreender como os sujeitos se apropriam do conhecimento aqui discutido sobre a Educação Ambiental e o que fundamenta essa discussão, bem como os seus benefícios na esfera educacional e social e, sobretudo, numa mudança de atitude, que propicie uma relação harmoniosa entre o homem e a natureza.

## CAPÍTULO II

### **A PRÁTICA PEDAGÓGICA E A APROPRIAÇÃO DO SABER**

## AMBIENTAL

### 1 A prática pedagógica como expressão de práticas culturais e sociais

Nas últimas décadas, observa-se na educação formal uma mudança na produção e disseminação dos saberes, motivada pela representação da cultura estabelecida e das práticas sociais que permeiam a vida em sociedade. A educação pressupõe uma ação permeada de valores subjetivos como: conceitos, habilidades, hábitos condutas, crenças, costumes informações, que influenciam as práticas pedagógicas, pois estão vinculadas a um contexto social. Essas alterações sociais motivam a diversificação da ação da escola, estabelecendo uma mudança significativa nas propostas pedagógicas, exigindo do profissional da educação uma adaptação a essas novas demandas.

Desse modo, a formação do educador ambiental se constitui elemento indispensável para alavancar as práticas pedagógicas no ambiente escolar.

A ideia ambiental presente nos discursos educacionais propõe que os professores tenham a responsabilidade de formar sujeitos com uma nova postura, com valores e atitudes em relação à sociedade e ao meio ambiente onde está inserido. Seria uma forma de transpor as adversidades e contradições que elevaram os índices de degradação ambiental e desigualdades sociais existentes.

A prática do professor de Educação Ambiental está submergida num conjunto de significados, pois a prática docente como qualquer prática cultural faz parte de uma teia de significados constituídos a partir das relações humanas entre os sujeitos.

Ao analisar a postura do educador ambiental faz-se necessário uma reflexão cultural quanto a sua relação com os diferentes hábitos adquiridos na sua relação social em contato com a comunicação estabelecida nos diferentes contextos.

Para compreender os significados da vida do homem nesse universo de representação cultural é possível interpretar o conceito de cultura que historicamente define seu comportamento na sociedade. O termo cultura considerado complexo por sua abrangência, foi inicialmente sintetizado por Edward Tylor (1832-1917), do vocábulo inglês *Culture*, que compreende os conhecimentos, as crenças, a arte, a moral, leis e costumes ou outras habilidades adquiridas pelo homem como componente da sociedade (LARAIA, 2001). Esse conjugado de significados é transmitido historicamente e incorporados através de símbolos que determinam o comportamento humano.



Todo comportamento humano se origina no uso de símbolos. Foi o símbolo que transformou nossos ancestrais antropóides em homens e fê-los humanos. Todas as civilizações se espalharam e perpetuaram somente pelo uso de símbolos [...] Toda cultura depende de símbolos. É o exercício da faculdade de simbolização que cria a cultura e o uso de símbolos que torna possível a sua perpetuação. Sem o símbolo não haveria cultura, e o homem seria apenas animal, não um ser humano... O comportamento humano é o comportamento simbólico. Uma criança do gênero *Homo* torna-se humana somente quando é introduzida e participa da ordem de fenômenos superorgânicos que é a cultura. E a chave deste mundo, e o meio de participação nele, é o símbolo (LARAIA, 2001, p. 29).

Os estudos sobre o comportamento humano baseado na expressão simbólica norteou os escritos do antropólogo Clifford Geertz em seu livro “*A Interpretação das Culturas*”, onde o autor acredita que a Cultura é constituída por construções simbólicas, seus significados estão contidos num conjunto de símbolos partilhados.

O conceito de cultura apresentado por Geertz (2008), afirma que o homem está amarrado a teias de significados que o mesmo traçou, essas teias seriam sua análise, não como uma ciência em busca de leis, mas, como uma interpretação em busca de significados. Seu pensamento parte do pressuposto de que a cultura é formada por teias de significados tecidas pelo homem, os fenômenos são objetos de análise e interpretação na tentativa de compreender a importância das ações representadas pelos grupos ou comunidades.

Essa teia de significados de acordo com Geertz (2008) se refere ao conjunto de sistemas existentes, ligados à religião, a arte, à escrita, à comunicação, aos hábitos sociais e ao próprio homem, ser complexo cuja particularidade é permeada de significados. O conceito de cultura elaborado a partir das ações humanas é essencial para compreender os conflitos existentes entre esses grupos heterogêneos que ocupam os espaços sociais.

Os estudos desses fenômenos culturais precisam levar em conta as relações estabelecidas e reproduzidas pelos sujeitos em sociedade que não são apenas fatos, mas resultam de significados construídos no contexto histórico. Segundo Geertz (2008, p. 28):

À medida que se analisa o homem, retira-se camada após camada, sendo cada uma dessas camadas completa e irreduzível em si mesma, e revelando uma outra espécie de camada muito diferente embaixo dela. Retiram-se as variedades, formas de cultura e se encontram as regularidades estruturais e funcionais da organização social. Descascam-se estas, por sua vez, e se encontram debaixo os fatores psicológicos —

"as necessidades básicas" ou o-que-tem-você — que as suportam e as tornam possíveis: Retiram-se os fatores psicológicos e surgem então os fundamentos biológicos — anatômicos fisiológico! neurológicos — de todo o edifício da vida humana.

Segundo Thompson (2009, p. 166), “a concepção descritiva de cultura, refere-se a um variado conjunto de valores e crenças, costumes, convenções, hábitos e práticas características de uma sociedade específica ou de um período histórico”. O termo cultura segundo Batista (2010) se refere a cultura objetiva (manifesta) que cria situações particulares relacionadas ao comportamento, adquiridos na coletividade e cultura subjetiva (não manifesta) que fornece os padrões individuais de comportamento.

Os significados apresentados pelo autor revelam que as concepções humanas expressas no seu cotidiano servirão para compreender como as relações sociais se estabelecem numa sociedade. Segundo Laraia (2001), o modo de ver o mundo, as apreciações de ordem moral e valorativa, os diferentes comportamentos sociais e mesmo as posturas corporais são assim produtos de uma herança cultural, ou seja, o resultado da operação de uma determinada cultura.

Partindo dessa afirmação é possível concluir que os comportamentos e atitudes do homem com relação ao meio ambiente estão relacionados à disseminação da prática cultural adquirida. Essa afirmação é reforçada por Geertz (2008, p. 12-13) ao se atentar para o comportamento humano:

[...] É através do fluxo do comportamento mais precisamente, da ação social — que as formas culturais encontram articulação. Elas encontram também, certamente, em várias espécies de artefatos e vários estados de consciência. Todavia, nestes casos o significado emerge do papel que desempenham no padrão de vida decorrente, não de quaisquer relações intrínsecas que mantenham umas com as outras.

Desse modo, compreende-se que em se tratando da educação, a cultura resultaria em um processo de aprendizagem onde o homem ao viver em sociedade elabora ideias, padrões sociais, cria concepções, adquire hábitos, vivenciam experiências, sendo considerado um fenômeno social, cuja constituição e sustentação são transmitidos no convívio em sociedade.

As práticas sociais se referem ao conjunto de ações realizadas entre os indivíduos na interação, no seu convívio em sociedade, que propicia a transformação pessoal, enquanto as práticas culturais envolvem comportamentos de vários indivíduos e a

disseminação desses comportamentos. Desse modo, suas características permitem a inclusão de fenômenos de distintos graus de complexidade, de modo que, comportamentos não sociais e sociais são difundidos através de sucessivos indivíduos, o que se denomina práticas culturais (SAMPAIO & ANDERY, 2010).

Nos últimos anos, observam-se modificações expressivas na sociedade brasileira, sobretudo no campo sociopolítico com o processo de democratização bem como uma mobilização crescente por parte dos movimentos sociais de modo que todas as estruturas sociais se esforçam na busca por mudanças de paradigmas em suas estruturas.

Essas mudanças repercutiram também na educação mais especificamente com relação às práticas pedagógicas desenvolvidas pelo professor em sala de aula. A prática docente deve levar em consideração que a ação educacional envolve também a dinâmica das relações sociais. É no contexto das relações sociais que o educador está inserido, a sua vida cotidiana está dentro da história. Isso significa afirmar que, como todo indivíduo o professor é simultaneamente um ser particular e um ser genérico, embora seus motivos sejam particulares. No seu cotidiano trabalha com essas duas forças: as que vêm da generalização da sua função e as que partem dele enquanto individualmente (CUNHA, 2001). Entretanto, as manifestações culturais influenciam o modo de ser, pensar e agir dos educadores que ao se apropriar de novos saberes no campo educacional de certo modo, enfrentam dificuldade para relacionar esse novo discurso a sua prática. Certamente as práticas pedagógicas desenvolvidas pelo educador sofrerão influência da sua formação adquirida na cultura.

A prática pedagógica educativa, deve ser analisada como uma prática social maior que permita a transformação do sujeito e sua relação com o outro e com a natureza. Seus objetivos, finalidades e conhecimentos devem estar inseridos no contexto da prática social. Nesse sentido uma prática pedagógica social deve priorizar a interação humana proposta por Tardif (2002 *apud* GOMES *et al.*, 2006, p. 233).

A 'tecnologia da interação humana, colocando em evidência, ao mesmo tempo, a questão das dimensões epistemológicas e éticas', apoiada necessariamente em uma visão de mundo, de homem e sociedade. Neste sentido, uma prática pedagógica precisa ter dinâmica própria, que lhe permita o exercício do pensamento reflexivo, conduza a uma visão política de cidadania e que seja capaz de integrar a arte, a cultura, os valores e a interação, propiciando, assim, a recuperação da autonomia dos sujeitos e de sua ocupação no mundo, de forma significativa.

As características aqui apresentadas sobre a prática docente e como deve proceder à prática pedagógica do educador ambiental, devem estar pautadas numa visão humanística, que possibilite tanto ao professor como ao aluno a condição de se perceber como sujeito atuante, buscando meios para adequar às exigências e conflitos desse novo contexto. A educação nesse sentido seria a ferramenta eficaz para alcançar tal objetivo.

## **2 A apropriação do saber ambiental e o *habitus* do professor**

O saber ambiental remete-nos a uma reflexão quanto aos problemas da apropriação por parte do professor, cujo papel é o de disseminar o saber na prática pedagógica em sala de aula. Existe um conflito entre a subjetividade, “o que sou”, e a objetividade, “como devo ser”, com relação aos saberes que são assimilados e estruturados pela escola através das propostas pedagógicas que serão norteadas pelo professor.

As concepções do professor sobre educação, mais especificamente sobre as questões ambientais, estão estruturadas com base na sua vivência no mundo exterior que prioriza o desenvolvimento econômico, mais especificamente uma economia pautada na aquisição de artefatos materiais que impõe ao homem uma vida pautada na busca pessoal pelo supérfluo, levando-o a uma condição de alienação.

O termo apropriação do saber que pretendo delinear está atrelado ao ato de tomar para si o novo conhecimento, adequar a essa nova discussão, ou seja, internalizar a ideia do discurso ambiental que humanize o sujeito, que permita uma mudança de hábitos e não se restrinja a um discurso falso onde a teoria não condiz com a prática.

Para Penin (1994, p. 39), “a mobilização de determinadas concepções sem reflexão, pode tornar-se meros discursos; a submissão à vivência pode acarretar uma prática alienada, em outro caso, o resultado pode parecer como presença, mas apenas como simulacro”. Essas ideias podem ocasionar um discurso ambiental da busca pelo equilíbrio, excessivamente utópico, distante da prática vivenciada pelos envolvidos no processo educativo. O saber ambiental apropriado historicamente pode resultar numa diversidade de significados aprendidos e incorporados muitas vezes distorcidos, saberes corrompidos, desvinculados da realidade que se pretende instaurar.

Deste modo, para melhor compreender como ocorre a interiorização de um saber, que nos apropriamos dos estudos sobre a teoria de *habitus* de Pierre Bourdieu, que facilitará o entendimento sobre as manifestações culturais dos sujeitos na sociedade, bem

como seu modo de pensar e agir na tentativa de compreender a complexidade do mundo referente à relação homem/natureza.

A teoria sociológica de *habitus*, muito difundida nas ciências humanas, possibilita compreender aspectos da vida humana, que são internalizados e determina nossas ações e conduta em sociedade.

*Habitus* é uma noção filosófica antiga, originária no pensamento de Aristóteles e na escolástica medieval, que foi recuperada e retrabalhada depois da década de 1960 pelo sociólogo Pierre Bourdieu. As raízes do *habitus* encontram-se na noção aristotélica de *hexis*, elaborada na sua doutrina sobre a virtude, significando um estado adquirido e firmemente estabelecido do caráter moral que orienta nossos sentimentos e desejos em uma situação e, como tal, a nossa conduta (SETTON, 2002).

Entretanto foi, no trabalho de Pierre Bourdieu, que se desenvolveu profundamente este conceito ocorrendo sua renovação. O *habitus* iria mediar o entendimento das relações entre sujeito e sociedade. Desse modo, Wacquant (2007, p. 65-66) comenta que:

O *habitus* é uma noção mediadora que ajuda a romper com a dualidade de senso comum entre indivíduo e sociedade ao captar a ‘interiorização da exterioridade e a exteriorização da interioridade’, ou seja, o modo como a sociedade torna-se depositada nas pessoas sob a forma de disposições duráveis ou capacidades treinadas e propensões estruturadas para pensar, sentir e agir de modos determinados, que então as guiam em suas respostas criativas aos constrangimentos e solicitações de seu meio social existente.

Podemos entender como *habitus* um conjugado de aptidões que permitem aos indivíduos agir dentro de uma estrutura social. O *habitus* seria o princípio mediador entre as práticas individuais e as condições sociais estabelecidas. Esse conceito sugere identificar a mediação existente entre sociedade e indivíduo, cujas ações, comportamentos e pretensões individuais, são produzidos entre o hábito e influências da sociedade. O *habitus* funcionaria como afirma Silva (2008, p. 95):

Uma matriz de percepção, orientação e de apreciação da ação que se realiza em determinadas condições sociais; através dele, o passado sobrevive no momento atual e tende a subsistir nas ações futuras dos agentes sociais, num processo que Bourdieu chama de interiorização de exterioridade e de exteriorização da interioridade.

Portanto, as atitudes do homem estão estritamente atreladas às experiências vivenciadas individualmente e as adquiridas com a sua relação com os outros. O homem

como agente social tanto transmite como assimila conhecimentos e valores que são incorporados em forma de *habitus*, dentro de uma estrutura social na qual foram socializados. Na tentativa de solucionar o conflito vivido pelo professor nesse processo de adaptação e apropriação dos saberes ambientais, destacamos a importância da sua intenção, do querer concretizar que não deve estar condicionado à dificuldade de realizar, mas no que é possível fazer para realizar tal ação. Pensar a educação nesse contexto seria segundo Cestari (2012, p. 218):

[...] Pensar o homem no conjunto de suas potencialidades formativas, nos seus aspectos constitutivos, mas também orientado por um modo de ser projetivo e intencional. Assim, neste caso a tarefa formativa do homem também é uma ética, pois visa a um *ethos*, a um modo de ser e de viver ainda mais humano, se comparado às experiências humanas em nossa história.

A tarefa do educador ambiental nesse contexto é extremamente importante, visto que é através da prática docente que novos saberes ambientais são disseminados entre os alunos, então o saber fazer, a sua competência em saber intermediar o conhecimento frente à complexidade dos problemas ambientais, são fundamentais para estruturar sua prática pedagógica.

Partindo desse pressuposto entende-se que a educação ambiental na escola deve priorizar o conhecimento do homem, o conhecimento do outro, para assim poder se posicionar diante das problemáticas que envolvem a sua relação com o meio social, saberes necessários para a formação desse sujeito, pautada nos valores humanos essenciais para um possível convívio entre o homem e a natureza.

### **3 A prática educativa e o papel do professor na apropriação do saber ambiental**

O ambiente escolar é o espaço adequado para propiciar discussões sobre os principais problemas que afetam a vida dos alunos, da sua comunidade, do país e, por conseguinte, o planeta. Os alunos devem ser sensibilizados e mobilizados a uma mudança de atitudes, isso requer um aprendizado significativo, ou seja, que tenham condições de relacionar o conhecimento adquirido para compreender a sua realidade e atuar como cidadão participativo e responsável mediante suas ações.

O princípio básico para compreender como se dão as relações entre os sujeitos no convívio social é a partir do conhecimento de si, que permite conhecimento do próprio corpo, suas necessidades, seus questionamentos, conhecer sua vida sentimental, afetos e

emoções, bem como o entendimento da sua conduta e relação consigo mesmo e com a natureza (MORAES, 1997). O conhecimento sobre si permite ao indivíduo reconhecer seus limites e potencialidades, o conhecimento que liberta, criando possibilidades para inserir-se no mundo social no reconhecimento do outro e do espaço onde vive. Sobretudo, faz-se necessário um repensar sobre si e sua condição enquanto homem, inserido nesse espaço natural de modo a refletir sobre sua postura e ação.

Portanto, com as experiências negativas vivenciadas pelos sujeitos ao longo da sua existência, suas concepções podem ser transformadas. Compete à escola, elaborar propostas pedagógicas que permitam uma reflexão sobre a sua condição, que possibilite construir, desconstruir e reconstruir significados, levando em conta que as representações simbólicas incorporadas pelos sujeitos estarão contidas em seu discurso e na prática pedagógica que irá desenvolver no cotidiano escolar. Com relação ao conhecimento do professor sobre o ensino, Penin (1994, p. 29) destaca que:

Tal processo acontece no interior do espaço de representação em que vive, e que tal espaço é constituído, de um lado pelas concepções que o professor vai acumulando sobre o ensino, pela vivência da situação de ensino e, sobretudo, pelas relações que mantém com os alunos.

No entanto, é preciso destacar que resignificar uma prática, se constitui em um processo delicado, produzida gradativamente, pois está ligado a fatores internos e externos tanto na instituição escolar como fora dela. Segundo Penin (1994, p. 28), esses saberes e práticas referem-se:

As interpretações e reinterpretações e até distorções que grupos e subgrupos formulam sobre os discursos pedagógicos de natureza geral e os relativos às disciplinas escolares; sejam a práticas e práticas discursivas a respeito de questões profissionais e da carreira, do ambiente profissional, das normas e regulamentações e das finalidades ou objetivos explicitados ou implícitos da instituição; seja a planos, projetos, atividades ou a estratégias adotadas pela escola e/ou pelos colegas no exercício de sua autonomia relativa.

Desse modo, o sujeito que se propõe a aprender deve desenvolver a capacidade de argumentar, verificar, experimentar, demonstrar, provar e validar, como uma ação do sujeito sobre si, na sua relação com o outro com a linguagem e o tempo (CHARLOT, 2000).

O educador que se propõe a realizar o trabalho pedagógico precisa de conhecimentos técnicos, que exige renovação constante das informações que orientam a

sua prática pedagógica. Esse preparo se alcança na busca por novos saberes relacionados à sua função e não acontece rapidamente, é um processo que requer esforço, desejo, e necessidade profissional. O educador precisa se sentir interiormente comprometido com a função de adquirir a preparação técnica. A aquisição de títulos, diplomas e cursos não significa estar preparado para o exercício da sua função (RODRIGUES, 1998).

O professor precisa se sentir o sujeito da ação no processo educativo, agente de mudanças, vivenciando uma fase de constantes transformações, facilitando a compreensão dos problemas vivenciados na atualidade. Aquele que mesmo não tendo as respostas seja capaz de criar situações para respondê-las sob os diferentes pontos de vista. Seu papel é decisivo na inserção da educação ambiental no convívio escolar, desenvolvendo nos alunos habilidades para se posicionar de maneira crítica com mudanças de hábitos, tendo como meta principal a transformação social. Essa mudança precisa ser clara, definindo inicialmente o tipo de mudança que se pretende e sua finalidade.

Conforme Moraes (1997, p. 173):

A crise atual não é uma crise pertinente a um indivíduo, a uma sociedade, mas, sim, uma crise de dimensões planetárias que requer uma profunda mudança na nossa forma de perceber e compreender o mundo, nas inter-relações entre os diversos organismos que habitam este planeta, que exige uma revisão de nossos valores, nossos hábitos, nossas atitudes e nossos estilos de vida na tentativa de criar um meio ambiente físico, mental e espiritual mais saudável e que cause menos problemas às gerações vindouras. É preciso uma revisão dos princípios éticos responsável pela intermediação das relações interpessoais e sociais; é preciso repensar o modelo e sociedade que impera no mundo.

Nesse contexto as instituições de ensino têm um papel fundamental na elaboração de propostas bem estruturadas, de modo que contemple toda a comunidade escolar, buscando de forma articulada e coletiva incorporar na sua proposta curricular novos conhecimentos que possibilite uma mudança de práticas e hábitos adquiridos em contato com os processos ideológicos e culturais. Para Zimring (2010, p. 37): “[...] a essência da aprendizagem é o significado. Quando uma aprendizagem assim se realiza, o elemento do significado para o que aprende faz parte da experiência como um todo.”

Ao implantar um processo de mudança, o grupo envolvido ou a instituição de ensino precisa se estruturar e traçar os caminhos ou a metodologia que irá fundamentar sua proposta, elaborar ações que sejam coerentes com o que se pretende alcançar.



É exatamente neste sentido que ensinar não se esgota no ‘tratamento’ do objeto ou do conteúdo, superficialmente feito, mas se alonga à produção das condições em que aprender criticamente é possível. E essas condições implicam ou exigem a presença de educadores e de educandos criadores, instigadores, inquietos, rigorosamente curiosos, humildes e persistentes (FREIRE, 1996, p. 13).

O sujeito precisa interiorizar, se adaptar e experimentar os novos conhecimentos que serão acrescentados à sua formação, ou seja, os novos significados assimilados e apropriados. Assim, alunos e comunidade seriam instrumento de investigação quanto aos traços culturais e quais subsídios estão presentes na vida em sociedade, refletindo e destacando o essencial, criticando o desumano, no processo de reconstrução permanente na busca por valores (GANDIN, 1998).

Ao introduzir uma nova prática pedagógica no âmbito escolar, é necessário conhecer os problemas globais e locais, a fim de saber se posicionar em diferentes contextos. Do ponto de vista de Rodrigues (1998), a escola não deve esconder o jogo sobre a realidade, pois não é responsável pelas alegrias e tristezas, mas pode mediar as relações vivenciadas tornando-as conhecidas, ajudando na compreensão do mundo.

Entretanto, para que uma mudança ocorra, temos que mudar nossa visão de entendimento sobre a vida, o mundo e acima de tudo a dimensão humana, ética e política por parte dos envolvidos nesse amplo processo, rompendo com as práticas errôneas adquiridas na sua trajetória pessoal e profissional. As mudanças devem ocorrer para modificar atitudes e comportamentos, ajudando na aquisição de habilidades e competências para interagir e agir na sociedade.

### **CAPÍTULO III**

## **CONHECENDO O PROGRAMA DESPERTAR: EDUCAÇÃO AMBIENTAL PARA AS ESCOLAS DO CAMPO**

#### **1 O SENAR e sua importância na implantação do Programa Despertar**

O Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR) é uma entidade de direito privado, sem fins econômicos, mantida pelos produtores rurais e administrada por um Conselho constituído por representantes de Produtores e Trabalhadores Rurais. Criado pela Lei Estadual 8.315, de 23 de dezembro de 1991, nos termos do Artigo 62 do Ato das Disposições nos moldes do Serviço Nacional da Aprendizagem Industrial (SENAI) e Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC) e regulamentada pelo Decreto 566, de 10 de junho de 1992 (SENAR, 2009b).

Em nível nacional, o SENAR está vinculado à Confederação Nacional da Agricultura (CNA) e a nível estadual à Federação da Agricultura e Pecuária do Estado da Bahia (FAEB), dirigido por um Conselho Administrativo, composto por representações das Classes de Produtores e de Trabalhadores Rurais do Estado e um representante do SENAR Central. (SENAR, 2009b). Segundo Batista (2012, p. 84) “na Bahia, o SENAR, foi implantado em 31 de março de 1993, embora, no plano nacional, tenha sido criado em 1991, pela Lei 8.315, como já referido, e regulamentado pelo Decreto nº 566, de 9 de junho 1992.

Desde a sua fundação o SENAR tem desenvolvido ações de formação profissional (FPR), como também ações voltadas à promoção social (PS), beneficiando os trabalhadores e produtores rurais, bem como suas famílias (SENAR 2009b).

De modo geral, estas ações contribuem para a profissionalização das pessoas e promovem a melhoria da qualidade de vida, gerando o bem estar dos povos que vivem no campo.

Conforme o documento analisado **Conhecendo o Despertar**, o processo educativo, oferecido pelos cursos profissionalizantes (FPR), possui caráter não formal, democrático e participativo que garante aos povos do campo, o desenvolvimento de conhecimentos, habilidades e mudanças de atitudes voltadas a sua ocupação profissional e pessoal. O processo educativo através da promoção social desenvolve competências e conhecimentos

que promovem uma convivência social adequada tanto ao trabalhador rural como suas famílias, contribuindo para a formação de uma consciência crítica da sua relação com o meio ambiente e, por conseguinte, melhoraria das condições de vida da coletividade.

Com a intenção de melhorar a qualidade do trabalho rural, o SENAR presta serviço aos produtores e trabalhadores através de cursos e programas baseados nas cadeias produtivas.

Os programas são elaborados a partir de um plano de ações integradas para apoiar e organizar aglomerados produtivos visando ao acesso dos produtores a sistemas gerenciais de produção, a inovações tecnológicas, ao mercado, com o propósito de fortalecer sua governança para geração de negócios competitivos e sustentáveis (SENAR *apud* BATISTA, 2012, p. 85).

Além das ações oferecidas pela instituição, a fim de cumprir com o seu compromisso com as comunidades rurais, o SENAR/BA desenvolve programas especiais como: Geraleite e Mederpec (Modernização da Pecuária de Corte), que objetivam desenvolver as cadeias produtivas da pecuária de corte e leite aumentando a renda dos produtores. Na área de empreendedorismo outro programa especial foi criado, o PER (Programa de Empreendedorismo Rural) que estimula o agronegócio, instigando o desenvolvimento de aptidões empreendedoras (SENAR, 2009b).

O SENAR oferece programas e cursos de Formação Profissional e Promoção Social em diversas áreas, que são as seguintes: Agricultura, Pecuária, Silvicultura, Aquicultura, Extrativismo, Atividades de Apoio Agrossilvipastoril e Atividades Relativas à Prestação de Serviços. Na promoção social as linhas de atuação são: Alimentação e Nutrição, Apoio às Comunidades Rurais, Artesanato, Cultura, Esporte e Lazer, Organização Comunitária e Saúde (SENAR, *apud* BATISTA, 2012). Conforme informações do Manual de Atividades da Promoção Social, o SENAR desenvolve atividades voltadas à educação numa visão ampliada objetivando a mudança, evolução e adaptação das pessoas em seu contexto geral buscando desenvolver habilidades que o leve a pensar, interpretar, compreender e saber se posicionar no ambiente onde está inserido (BRASIL, 2005).

Justamente por conter em sua metodologia a preocupação com as questões ambientais que o SENAR organizou um Programa de Educação Ambiental “Programa Despertar”, com a finalidade de atender crianças e jovens nas escolas do campo.

Entre 2009 e 2011, segundo o Sistema Gerencial de Eventos do SENAR (SISGE/SENAR), foram realizados 138 seminários do Programa Ação Rural 21, que atendeu a 1.613 produtores, e 78 seminários de Educação Ambiental, do qual participaram 3.397 professores, dirigentes escolares e pais de alunos. Além desses programas da área ambiental, o Sistema FAEB/SENAR participa de comissões, comitês, conselhos, fóruns etc., voltados à preservação, conservação e educação ambiental, entre os quais: Comissão Interinstitucional de Educação Ambiental (CIEA), Comissão da Produção Orgânica (CPOrg), Comitê Estadual da Reserva da Biosfera da Caatinga, Comitê Estadual da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica, Conselho Estadual de Recursos Hídricos (CONERH), Conselho Estadual de Meio Ambiente (CEPRAM), Fórum Baiano de Mudanças Climáticas e Grupo Gestor do Programa da Agricultura de Baixo Carbono (SENAR *apud* BATISTA, 2012, p. 85-86).

Por conta da sua atuação e do compromisso em desenvolver ações de elevação do conhecimento técnico e promoção da qualidade de vida dos povos que vivem no campo, o SENAR/BA se tornou importante aliado no sentido de contribuir de modo específico para a formação de jovens e trabalhadores que necessitam de um suporte teórico e prático, favorecendo na busca por melhores condições de vida em suas comunidades.

Quanto às questões ambientais, o SENAR entende que suas atividades devem ser dirigidas à formação da consciência do sujeito possibilitando valorizar, conservar e recuperar o meio ambiente em que vive.

A educação ambiental favorece a sustentabilidade ambiental, que preconiza a satisfação das necessidades atuais do trabalhador, do produtor rural e de suas famílias, sem comprometer a capacidade das gerações futuras de suprir suas próprias necessidades.

Deve-se procurar incorporar, ativamente, ao programa, crianças e jovens, de forma que eles contribuam para o desenvolvimento de melhores condições do ambiente em que vivem, adquirindo conhecimentos e criando hábitos adequados a essa evolução, no que se refere aos seguintes aspectos:

- coleta, destinação e reciclagem do lixo;
- uso correto de agrotóxicos;
- produtos biodegradáveis (BRASIL, 2005, p. 39).

## **2 O Programa Despertar: contexto histórico**

Em decorrência dos constantes problemas ambientais vivenciados em todo o mundo e especificamente no Brasil e em função das constantes discussões em eventos internacionais e nacionais sobre a problemática ambiental, este programa surge da necessidade de instituir uma proposta de Educação Ambiental, dada a necessidade e abrangência da discussão pelos diferentes setores da sociedade. Em 1995, o SENAR/PR

implantou o Programa Agrinho, com base nos PCNs e na Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA, Lei 9.795/99), com o objetivo de contribuir para a mudança de hábitos com relação às questões ambientais, incluindo os temas transversais, saúde, ética e cidadania (BATISTA, 2012).

Na ocasião o SENAR/PR, priorizou a temática ambiental em decorrência da necessidade de responder a um problema específico de extrema gravidade no meio rural: a contaminação da população por agrotóxicos. Essa problemática já havia sido sinalizada pela bióloga e ecologista americana Rachel Carson, em seu livro *Primavera silenciosa* (1962) (SENAR/PR *apud* BATISTA, 2012, p. 89).

Atualmente, o programa Agrinho no Paraná, atende alunos das escolas públicas e privadas, com temas voltados à sua realidade, com metodologias e materiais didáticos específicos. O programa Agrinho nesse contexto foi fundamental para a implantação do Programa Despertar na Bahia. Os materiais didáticos e metodologia foram adaptados para atender às especificidades do Estado. Segundo Batista (2012, p. 89),

Após dez anos de experiência do Programa no Paraná, o SENAR-BA, motivado pelas discussões ambientais da década - (Rio-92, PRONEA [1994], a LDB - Lei 9.394/96, PCNs [1997], Lei nº 9.795/99, PRONEA e PNEA (BRASIL, 1999)) -, implanta, em 2005, o Programa Despertar, cuja concepção é a do Programa Agrinho, porém adaptado às questões locais e tendo como prioridade as escolas do campo. Para a escolha da implantação apenas nas escolas do campo, o SENAR-BA considerou a sua missão, que é oferecer FPR e PS às pessoas do meio rural.

Conforme consta no manual conhecendo o Despertar:

O Sistema FAEB/SENAR assumiu o desafio de implantar o Programa Agrinho, projetado pelo SENAR/PR em 1996, na Bahia implantado em cinco escolas de cada município como Projeto Piloto – Camacan, Ipiaú, Itagibá, Itapetinga e Miguel Calmon. Esse programa de caráter educativo e motivador, objetiva contribuir para mudar as atitudes do homem rural em relação à preservação do Meio Ambiente, à melhoria da qualidade de vida e ao pleno exercício da cidadania (SENAR, 2009b, p. 07).

Conforme informações do manual, *Conhecendo o Programa Despertar*, em 2006, o Programa assumiu a sua própria identidade com o nome específico de PROGRAMA DESPERTAR e ampliou suas ações para todas as escolas dos cinco municípios iniciais e mais quatorze municípios baianos, sendo: Baixa Grande, Barra do Rocha, Barro Preto,

Buararema, Firmino Alves, Ibirataia, Itagí, Itambé, Itapebí, Itororó, Nova Ibiá, Piritiba, Santa Luzia e Várzea da Roça.

Em 2007, mais dezenove cidades foram atendidas, totalizando trinta e oito municípios. Em 2008, a lista é ampliada para quarenta municípios. Em 2009, o Programa atendeu mais vinte e quatro municípios. A meta do SENAR/AR-BA é atender gradativamente cem municípios.

O crescimento do programa nos últimos anos se deu por conta da necessidade de suporte pedagógico nas escolas do campo, que carecem de práticas pedagógicas eficientes, principalmente com relação às questões voltadas ao meio ambiente. O programa prossegue principalmente por constatar sua eficácia com inclusão às mudanças de atitudes com relação ao meio ambiente (SENAR, 2009b).

Durante os anos de 2005 a 2012, houve municípios que aderiram ao Programa Despertar e outros que desistiram, principalmente após um processo de avaliação sobre a participação, atuação pedagógica, aplicação do Plano de Ação e responsabilidade no cumprimento das cláusulas contratuais constantes do convênio de cooperação entre o SENAR-BA e as prefeituras, firmado em 2009. Segundo o SENAR (2011), o processo de avaliação implantado teve por objetivo organizar e sistematizar o acompanhamento do Programa para verificar se as ações propostas estavam sendo executadas pelos municípios. A partir de 2009 o Programa mudou a sua formatação inicial e passou a ter acompanhamento sistemático nos municípios que, além do coordenador municipal, dispõem de coordenadores de Núcleo (SENAR *apud* BATISTA, 2012, p. 94).

Em 2013, são 52 municípios participando do programa. Conforme quadro abaixo, elaborado conforme informações da coordenadora estadual do programa, podemos observar os municípios que participam do programa, organizados por núcleos.

Segundo o Manual Conhecendo o Despertar:

A escolha do tema MEIO AMBIENTE, como epicentro do Programa, deve-se ao fato do SENAR formar corrente a favor da preservação dos ecossistemas. Por meio da Educação Ambiental é possível estimular o desenvolvimento da compreensão crítica e global do Meio Ambiente, para que os envolvidos no Programa construam novos valores e atitudes e atuem, na preservação e conservação dos recursos naturais (SENAR, 2009b, p. 09).

As ações do Programa Despertar enfocam o tema Meio Ambiente por acreditar que desenvolver trabalho com crianças e jovens, voltado para as questões ambientais, pode resultar em mudanças significativas. Com respaldo nos Parâmetros Curriculares Nacionais

(PCNs), está voltado para os temas transversais: Meio Ambiente, Ética, Cidadania, Saúde, Trabalho e Consumo, mas suas ações focam o tema Meio Ambiente por acreditar que desenvolver trabalho com crianças e jovens, voltado para as questões ambientais, pode resultar em mudanças.

O programa atende alunos que estudam nas escolas do campo no Ensino Fundamenta I e II, com o objetivo de promover a educação voltada para a formação da consciência ecológica a fim de alavancar mudanças comportamentais relacionadas à saúde, cidadania, ética, trabalho e consumo. Com o trabalho voltado para crianças e jovens é possível preparar o estudante do meio rural, para o exercício da cidadania. O SENAR percebe que a educação é o caminho para atingir esse objetivo e tem no educador a alavanca para essa transformação.

**Quadro 1 - Municípios cadastrados no Programa Despertar em 2013**

NÚCLEO 1	NÚCLEO 2	NÚCLEO 3	NÚCLEO 4
BOA NOVA	CANAVIEIRAS	ITAPETINGA	JACOBINA
JAGUAQUARA	EUNÁPOLIS	ITORORÓ	PIRITIBA
JEQUIÉ	ITAPEBI	BARRO PRETO	OUROLÂNDIA
POÇÕES	CAMACÃ	FIRMINO ALVES	MIGUEL CALMON
MARACÁS	<b>UMA</b>	ITAJÚ DO COLÔNIA	BAIXA GRANDE
IPIAÚ	<b>BELMONTE</b>	ITARANTIM	MUNDO NOVO
ITAGIBÁ	<b>ITAMARAJU</b>	<b>IGUAÍ</b>	PINTADAS
<b>BARRA DO ROCHA</b>		<b>IBICUI</b>	VÁRZEA DA ROÇA
<b>IBIRAPITANGA</b>		<b>NOVA CANAÃ</b>	<b>IPIRÁ</b>
<b>MANOEL VITORINO</b>			
NÚCLEO 5	NÚCLEO 6	NÚCLEO 7	NÚCLEO 8
SANTO AMARO	ANDARAÍ	ARACI	BARREIRAS
<b>NAZARÉ</b>	BARRA DA ESTIVA	CONCEIÇÃO DO COITÉ	SÃO DESIDÉRIO
	IBICOARA	TUCANO	
	MUCUGÊ	EUCLIDES DA CUNHA	
	<b>NOVA REDENÇÃO</b>	RIBEIRA DO POMBAL	
	<b>UTINGA</b>	VALENTE	
	<b>SEABRA</b>		

■ Municípios Novos □ Municípios Antigos Fonte: Coordenação Estadual. Jaqueline Érrico

O programa busca compreender de que forma os problemas ambientais interferem, local e globalmente, na qualidade de vida das pessoas e ao mesmo tempo busca meios para uma vida sustentável, onde as pessoas possam usufruir dos recursos da natureza sem causar grandes danos.

O Programa Despertar emprega vários procedimentos para realizar a educação ambiental nas escolas: Promovendo a integração entre professores, alunos, pais e

comunidade rural; auxiliando na formação profissional do trabalhador e do produtor rural do futuro; contribuindo para a diminuição da evasão escolar dos alunos da zona rural; oportunizando o trabalho interdisciplinar com os temas transversais, explorando as situações locais, habilitando professores para desenvolver ações estratégicas sobre os temas transversais, com atividades pedagógicas significativas a partir de projetos interdisciplinares.

Para a equipe do Programa Despertar a educação é um processo permanente, construtivo e dinâmico, que se realiza ao longo da vida das pessoas, a escola precisa ser palco onde os sujeitos desenvolverão competências, habilidades e o senso de responsabilidade em relação à realidade socioambiental. As mudanças atuais são constantes, exigindo dos profissionais da educação uma atualização que permita uma compreensão dos aspectos que envolvem os eventos atuais. Essa necessidade em buscar novos conhecimentos é ratificada por Gadotti (2010, p. 14) quando afirma que:

Vivemos hoje numa sociedade de redes e de movimentos; uma sociedade de múltiplas oportunidades de aprendizagem, chamada de *sociedade aprendente*; uma sociedade de *aprendizagem global*, na qual as consequências para a escola, para o professor e para a educação em geral, são enormes. Torna-se fundamental aprender a pensar autonomamente, saber comunicar-se, saber pesquisar, saber fazer, ter raciocínio lógico, aprender a trabalhar colaborativamente, fazer sínteses e elaborações teóricas, saber organizar o próprio trabalho, ter disciplina, ser sujeito da construção do conhecimento, estar aberto a novas aprendizagens, conhecer as fontes de informação, saber articular o conhecimento com a prática e com outros saberes.

Para inserir a Educação Ambiental no currículo escolar, de forma transversal, o PROGRAMA DESPERTAR adotou a metodologia da Pedagogia por Projetos, porque essa práxis proporciona uma aprendizagem significativa e contextualizada.

Conforme o manual “*Um Referencial em Construção*” equipe do Programa Despertar entende que:

Se valendo da Educação Ambiental, é possível proporcionar o desenvolvimento da compreensão sobre a problemática ambiental local e global. Ao se conscientizarem da responsabilidade individual em relação ao meio ambiente, as pessoas poderão construir novos valores e atitudes que lhes permitirão atuar na preservação e conservação dos ecossistemas e dos recursos naturais (SENAR, 2009a, p. 5).



A proposta do programa é apreciada pelos municípios como a possibilidade de um trabalho eficiente, que visa minimizar as problemáticas locais. Assim, cada município contemplado com o Programa Despertar, por meio de convênio de parceria entre Prefeitura e SENAR, deve indicar um Coordenador Pedagógico Municipal exclusivo para desenvolver ações do Programa, no município.

A metodologia do programa baseada na pedagogia por projeto se constitui o elemento fundamental, auxiliando o professor na sua prática pedagógica no seu trabalho com a educação ambiental na escola.

### **3 Temas e materiais didáticos do Programa Despertar**

A discussão sobre meio Ambiente é abordada pelo programa de forma transversal, conforme orientações dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), os estudos são realizados de forma articulada interdisciplinar, levando em conta as características dos conteúdos trabalhados nas disciplinas do currículo nacional. Para atender às mudanças do Ensino Fundamental de oito para nove anos, os manuais foram adaptados conforme publicação da Lei Federal 11.274 de 06 de fevereiro de 2006.

Até 2012, os temas trabalhados pelo programa no Ensino Fundamental I e II foram:

1º ano: A Descoberta do meio Ambiente; 2º ano: Biodiversidade; 3º ano: Água 4º ano: Resíduos sólidos; 5º ano: Clima e Solo. 6º ano: Recursos Naturais; 7º ano: Meio Ambiente, Ética e Cidadania; 8º ano: Meio Ambiente, Vida e Saúde e 9º ano: Meio Ambiente, Trabalho e Consumo (SENAR, 2009b, p. 16-19).

Para auxiliar o professor nas atividades desenvolvidas com os alunos, o SENAR disponibiliza os materiais didáticos ilustrados com personagens do programa a fim de despertar maior interesse dos alunos na leitura destes materiais (Figura 1).

Em 2013, o Programa Despertar adota o tema Meio Ambiente, Trabalho e Consumo para todas as séries continuando com as revistas, A Descoberta do Meio Ambiente para o 1º ano e fornecendo novo material para as demais séries.

Figura 1 - Materiais didáticos dos alunos



Fonte: SENAR (2009b)

Para desenvolver melhor suas atividades nas aulas os professores também recebem manuais com os temas do programa e para elaboração de projetos. Esses materiais didáticos são fundamentais para que os professores direcionem o seu fazer pedagógico, uma vez que as escolas públicas não dispõem de recursos didáticos para realizar atividades em Educação Ambiental (Figura 2).

Figura 2 - Manuais do professor



Fonte: SENAR (2009b)

Além dos materiais didáticos mencionados, foram enviados para todas as escolas cadastradas no programa até 2012, os banners didáticos, que servem como suporte para os professores, que permitem inovar as atividades didáticas, pois são elaborados com imagens e textos relacionados aos temas do programa. Em 2013, as escolas continuarão utilizando o material, pois foram disponibilizados os banners em PDF para todas as escolas.

Os temas abordados nos banners são: Água: Manancial da Vida; Agrotóxico: Todo cuidado é pouco; Biodiversidade: Garantia de vida; Resíduos sólidos: Nem tudo é lixo, Solo: Conservar para viver.

**Figura 3 - Banners didáticos**



Fonte: SENAR (2009b)

#### **4 Formação continuada para coordenadores e professores**

Na tentativa de melhorar o desempenho dos coordenadores e professores que atuam com o programa, são realizados encontros para planejamento e formação durante o ano letivo. A formação dos professores e coordenadores acontece em dois momentos: o encontro Estadual realizado em Salvador, para os coordenadores municipais e de núcleo. O segundo momento das formações acontece nos municípios envolvendo os educadores ambientais, diretores e coordenadores que atuam nas escolas do campo cadastradas no programa. Nestas formações são abordados os temas relacionados ao Meio Ambiente, os mediadores utilizam os recursos didáticos produzidos pela equipe do SENAR-BA, e a Pedagogia por Projetos é a ferramenta metodológica.

Na formação Municipal, o Programa Despertar e a Metodologia de Pedagogia por Projetos são apresentados. Nesse encontro, os professores iniciam a elaboração de um projeto, a partir de um diagnóstico local e em consonância com o tema discutido no programa. O projeto é concluído a partir das trocas com os alunos e, se possível, com a comunidade.

A formação do professor é imprescindível para que haja melhoria na qualidade da educação, segundo Gadotti (2010, p.16):

Para melhorar a qualidade da escola pública, é preciso investir na formação continuada do professor. É fundamental reafirmar a dignidade e a “boniteza” – como diz Paulo Freire – dessa profissão, diante da desistência, da lamúria, do desânimo e do malestar docente, provocado pela exaustão emocional, pela baixa autoestima e pelo pouco reconhecimento social dessa profissão. Ao lado do direito do aluno aprender na escola, está o direito do professor dispor de condições de ensino e do direito de continuar estudando.

O professor enquanto educador ambiental precisa de orientações principalmente na elaboração de projetos, por se tratar de um processo de elaboração de propostas pedagógicas que vão direcionar o trabalho com os alunos. Portanto, esse é um momento de reflexão sobre a prática uma vez que o projeto é o meio pelo qual a metodologia do programa se revela.

A pedagogia por projetos estabelece a construção de novos conhecimentos, oportuniza ao aluno um jeito novo de aprender e propõe mudanças na prática pedagógica do professor.

O projeto elaborado deve ser acompanhado pela coordenação municipal, nos encontros de coordenação e nas visitas às escolas. A partir daí, as escolas começam a desenvolver as intervenções com a participação dos alunos e envolvimento da comunidade. É possível identificar que o programa traz em sua concepção uma proposta de educação ambiental que tem por intenção a participação crítica e transformadora, levando os alunos a se perceberem como responsáveis pela construção de uma sociedade que respeite e preserve o meio ambiente. Assim, como pressupõe os PCNs:

A principal função do trabalho com o tema Meio Ambiente é contribuir para a formação de cidadãos conscientes, aptos a decidir e atuar na realidade sócio ambiental, de um modo comprometido com a vida, com o bem-estar de cada um e da sociedade, local e global. Para isso é necessário que, mais do que informações e conceitos, a escola se proponha a trabalhar com atitudes, com formação de valores, com o ensino e aprendizagem de procedimentos. E esse é um grande desafio para a educação (BRASIL, 1998, p. 197).

O Programa Despertar, a partir de 2009, intensifica a formação continuada dos professores e coordenadores, através de várias ações como: Grupo de estudos do Programa Despertar (GED), palestras, seminários, dando prioridade ao seminário de pedagogia por projetos em Educação Ambiental, Intercâmbios de experiências pedagógicas e Dia de Campo para professores e alunos, dentre outros. Os coordenadores e professores que participam das ações são certificados pelo SENAR com carga horária de 80 h.

No final do ano letivo, as prefeituras realizam o concurso municipal para professores e alunos como forma de valorizar as atividades desenvolvidas e incentivar a continuidade do programa.

O Despertar promove, em parceria com as prefeituras, concursos de frases, desenhos e redações para alunos e de experiências pedagógicas para professores. O concurso não é um fim em si, mas uma alternativa para motivar alunos e professores a realizar práticas de EA a partir dos projetos que discutam uma problemática ambiental local ou uma potencialidade ambiental da região. Através dessas atividades e da rede de informações, o Despertar promove a Educação Ambiental nas escolas do campo, observado as orientações dos documentos oficiais: PCNs, PNEA e ProNEA, além da Política de Educação Ambiental da Bahia, com o objetivo de executar as propostas pedagógicas centradas na mudança de comportamentos, no desenvolvimento de habilidades e competências e na participação de alunos e professores para estabelecer uma relação de harmonia com o local em que vivem, o que inclui a consciência da necessidade de melhoria de sua qualidade de vida (BATISTA, 2012, p. 96-98).



Ao analisar as propostas pedagógicas sobre meio ambiente, contidas no Programa Despertar, desde a sua implantação, como também a importância do mesmo para os 52 municípios baianos, destaca-se o papel desenvolvido pelo SENAR como órgão que tem contribuído para efetivar as ações do programa, o que garante a Constituição Federal sobre a obrigação das instituições de ensino em oferecer a Educação Ambiental na educação formal e não formal. O programa tem contribuído nos últimos anos para a formação de crianças e jovens, ajudando-os a compreender os problemas globais e locais, e a lidar com as questões socioambientais em sua comunidade.

## **CAPÍTULO IV**

### **PEDAGOGIA DE PROJETOS, INTERDISCIPLINARIDADE E EDUCAÇÃO AMBIENTAL: UMA ABORDAGEM SOBRE OS DIFERENTES CONCEITOS E SUA APROXIMAÇÃO NO CAMPO EDUCACIONAL**

#### **1 Pedagogia de projetos como proposta metodológica na reorganização da prática pedagógica**

Ao longo do texto pretendemos realizar um estudo sobre Pedagogia de Projetos, Interdisciplinaridade e Educação Ambiental, temáticas que circulam no campo educacional na atualidade e fundamentam o discurso sobre práticas pedagógicas. Pretende-se ainda refletir sobre a etimologia do termo e os fundamentos da proposta, os percussores dos conceitos e o momento em que ocorre a aproximação entre os campos da educação e das ciências ambientais, sobretudo no momento em que esse discurso começa a circular na Educação básica das escolas públicas no Brasil.

O discurso sobre pedagogia de projetos é anterior à introdução do debate sobre as interdisciplinaridades na educação. Surgiu nos Estados Unidos da América no início do século XX, a partir dos estudos de John Dewey e William Kilpatrick com a terminologia método de projetos e pedagogia ativa. O debate surge como tentativa de amenizar o tradicionalismo, propondo uma educação mais democrática (BARBOSA, 2008 *apud* FERNANDES, 2011). Inicialmente, percebe-se que ao pensar na proposta de projetos no campo educacional, Dewey, propõe uma forma de transpor as barreiras do tradicionalismo que impedia a participação efetiva dos estudantes na elaboração de ações que os ajudassem na resolução dos problemas vivenciados naquele contexto. Segundo Oliveira, Gonzaga e Oliveira (2012, p. 3):

John Dewey (1859-1952) foi o primeiro a formular o novo ideário pedagógico, que deveria ser embasado pela ação e não pela instrução, como no ideário da escola tradicional. A educação defendida por Dewey (1859) era pragmática e, em sua concepção, as experiências concretas da vida se apresentam por meio de problemas a serem resolvidos. Dessa maneira, a educação ajudaria os estudantes a pensar, ao proporcionar, no ambiente escolar, atividades que pudessem desenvolver a capacidade de resolução de problemas.

Desse modo, a Pedagogia de Projetos, relacionada à prática pedagógica, limitou-se a resolver um problema educacional que por seu tradicionalismo estava centrado no ensino fragmentado, impedindo a discussão de problemas reais de forma democrática. Seu maior objetivo com a proposta de projetos seria aproximar os conteúdos escolares das discussões referentes aos acontecimentos sociais e educacionais. A educação seria vista nesse contexto como mecanismo de aproximação entre o indivíduo com o seu contexto histórico e cultural.

No Brasil, a discussão sobre Pedagogia de Projetos surge no contexto do movimento da Escola Nova em 1930, tendo Anísio Teixeira e Lourenço Filho como principais difusores do movimento, também seguidores do pensamento *deweyano* no Brasil (FERNANDES, 2011). Fernando Hernández foi um dos mais influentes teóricos a difundir a proposta de Pedagogia de Projetos, divulgando suas teorias em conferências, artigos e livros.

Embora os estudiosos supracitados vivessem em realidades distintas, a luta por uma educação pautada nos princípios da democracia seria a base de sustentação que os motivaram a buscar novas abordagens sobre propostas pedagógicas para a educação, sobretudo a discussão em torno da pedagogia de projetos como forma de contestar o modelo de educação vigente, arbitrário e tradicional que predominava nos diferentes contextos. Sobre o pensamento de Dewey, Kilpatrick e Vieira (1982, p. 6) destaca que:

Voltando-se para a realidade da sociedade brasileira, desde a década de 1930, a visão desses dois filósofos é tida como a base para a luta por uma educação progressista, que iniciou a discussão em torno da pedagogia de projetos, com Anísio Teixeira, Lourenço Filho e Fernando Azevedo, ambos idealistas da Escola Nova. Desde então, o movimento tem sido reinterpretado por diversos autores, procurando superar o conceito reducionista de metodologia interessante para se trabalhar os conteúdos sistematizados, valorizando o processo educativo.

Desse modo, pode-se afirmar que inicialmente a proposta de Pedagogia de Projetos surge como proposta de mudança, um mecanismo para se pensar a reformulação do currículo escolar, tornando o ensino mais encantador e menos autoritário, organizado de modo que permita a participação ativa dos alunos no processo de ensino, objetivando uma vivência que o aproxime da sua realidade social e cultural.

Assim, ao analisarmos a procedência da discussão sobre projetos pedagógicos não constatamos uma aproximação sobre a perspectiva interdisciplinar comumente difundida



no campo educacional, embora, no decorrer da nossa reflexão encontraremos autores que fazem essa abordagem, apontando os dois conceitos como pressupostos fundamentais para a reorganização do currículo escolar.

A sociedade atual vive o constante desafio de se adaptar às constantes transformações de ordem econômica e sociocultural. Essas transformações impõem à escola um novo olhar sobre as práticas pedagógicas que vem sendo desenvolvidas no âmbito educacional, sobretudo no currículo escolar, a fim de proporcionar uma educação que permita ao aluno uma formação integral, capaz de agir criticamente e resolver situações conflituosas, uma educação que seja condizente às exigências impostas por essa nova sociedade.

Atualmente, o trabalho pedagógico organizado através de projetos tem circulado no campo educacional, como uma alternativa para repensar as práticas pedagógicas desenvolvidas nas escolas, tendo em vista a diversidade de situações didáticas que podem ser organizadas na condução da aprendizagem dos alunos, estimulando sua participação e aquisição de novos conhecimentos. Com relação ao ensino, Morin (2003, p. 21), afirma que:

Mais vale uma cabeça bem feita que bem cheia. O significado de ‘uma cabeça bem cheia’ é óbvio: é uma cabeça onde o saber é acumulado, empilhado, e não dispõe de um princípio de seleção e organização que lhe dê sentido. ‘Uma cabeça bem feita’ significa que, em vez de acumular o saber, é mais importante dispor ao mesmo tempo de: – uma aptidão geral para colocar e tratar os problemas; – princípios organizadores que permitam ligar os saberes e lhes dar sentido.

A pedagogia de projetos é vista como uma proposta pedagógica que visa inovar a educação, por sua proposta garantir uma aprendizagem significativa. É uma proposta contagiante que abrange todas as áreas do conhecimento, envolve todos os sujeitos e com papéis distintos e ativo facilitando o trabalho interdisciplinar. Para Gadotti (2000 *apud* FERNANDES, 2011, p. 45)

Projetar é pensar em um futuro diferente do presente, e o projeto pressupõe uma ação intencionada com um sentido definido sobre o que se quer inovar. Destarte, a escola precisa formar seus alunos para responder às necessidades pessoais e aos anseios de uma sociedade em constante transformação.

O trabalho com projeto na visão de Gadotti oferece condições de organizar o trabalho pedagógico numa visão da transformação da realidade presente, ou seja, uma ação intencionada, programada e relacionada aos problemas do presente com objetivos claros para alcançar as mudanças futuras e necessárias, tornando o aluno sujeito ativo, que sabe se posicionar frente aos problemas vivenciados na sociedade atual. Com a pedagogia de projetos o aluno aprende produzindo, pesquisando e criando relações na busca de novas descobertas, o professor passa a criar situações de ensino realizando mediações necessárias para que o aluno encontre sentido naquilo que aprende (PRADO, 2003).

No entanto, a prática pedagógica organizada através de projetos precisa ser aprofundada pelo professor para que haja dinamismo nas suas atividades cotidianas, entendendo que por seu intermédio o aluno tenha como aprender os conteúdos associando-os a sua realidade. Desse modo, segundo Prado (2003, p. 7) a pedagogia de projetos deve permitir que:

O aluno aprenda-fazendo e reconheça a própria autoria naquilo que produz por meio de questões de investigação que lhe impulsionam a contextualizar conceitos já conhecidos e descobrir outros que emergem durante o desenvolvimento do projeto. Nesta situação de aprendizagem, o aluno precisa selecionar informações significativas, tomar decisões, trabalhar em grupo, gerenciar confronto de ideias, enfim desenvolver competências interpessoais para aprender de forma colaborativa com seus pares. A mediação do professor é fundamental, pois ao mesmo tempo em que o aluno precisa reconhecer a sua própria autoria no projeto, ele também precisa sentir a presença do professor que ouve, questiona e orienta, visando propiciar a construção de conhecimento do aluno.

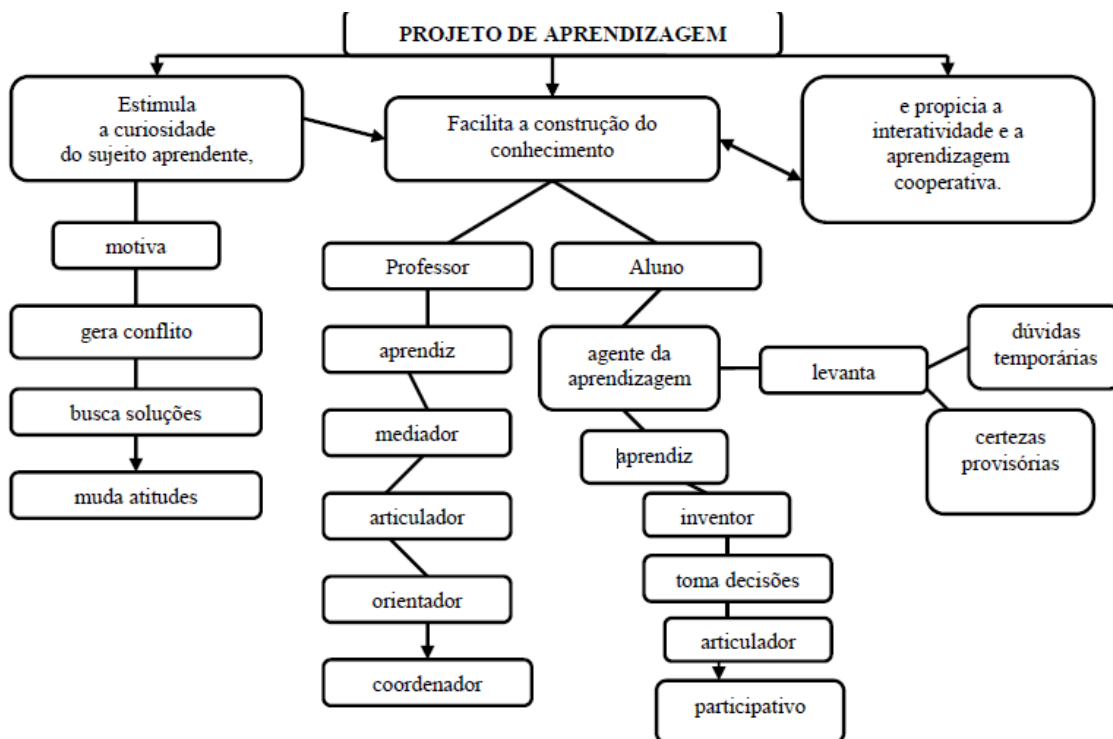
O trabalho com projetos requer um esforço por parte do professor para uma possível mudança de hábitos na sua metodologia de ensino baseadas em estruturas autoritárias, tradicionais e descontextualizada. Uma vez que o ensino por projeto objetiva instaurar um ensino contextualizado que contribua para uma visão global e objetiva da realidade.

## **2 Etapas para elaboração de projetos**

Segundo orientações do manual em construção do Programa Despertar, a função de um projeto, é favorecer a criação de estratégias para que os estudantes resolvam um problema diagnosticado, testem algumas hipóteses referentes a determinado tema e pesquisem sobre o assunto eleito pelo grupo, favorecendo a busca do que lhe é

significativo. Na figura 4 encontramos algumas orientações quanto às principais finalidades do projeto didático.

**Figura 4 - Finalidades do Projeto**



Fonte: SENAR (2009a, p. 3)

Ao analisarmos as diferentes possibilidades de aprendizagem mencionadas no esquema sobre projetos didáticos, como, o estímulo à curiosidade dos alunos, facilidade na construção do conhecimento, interatividade e aprendizagem cooperativa, percebe-se a importância do trabalho com projetos e as possibilidades de organização da prática pedagógica, bem como para a obtenção de valores que podem influenciar na conduta e mudanças de atitudes dos educandos.

Os projetos de trabalho quando pensados na tentativa de modificar a prática pedagógica e organizar o currículo escolar segundo Hernández (1998, p. 61), permitem:

- a) Aproximar-se da realidade dos alunos, e favorecer a construção da subjetividade, longe e um prisma paternalista, gerencial ou psicologista, o que implica considerar que a função da escola não é apenas ensinar conteúdos, nem vincular a instrução com a aprendizagem.
- b) Revisar a organização do currículo por disciplinas e a maneira de situá-los no tempo e no espaço escolar. O que torna necessária a

proposta de um currículo e não uma representação do conhecimento fragmentado, distanciados problemas que os alunos vivem e necessitam responder em suas vidas, mas, sim solução de continuidade.

- c) Levar em conta o que acontece fora da escola, nas transformações sociais e nos saberes, a enorme produção de informação que caracteriza a sociedade atual, e aprender a dialogar de uma maneira crítica com todos esses fenômenos.

No momento em que as instituições de ensino optam por utilizar a pedagogia de projetos enquanto metodologia de ensino faz-se necessário um entendimento quanto à sequência para elaboração dos mesmos, bem como um amplo conhecimento relacionado à temática que será abordada. Desse modo, um projeto pedagógico deve ter início, o momento em que se estabelece a realização do diagnóstico do caso em estudo, definição dos objetivos, estabelecimento das ações que serão concretizadas, e ao final o planejamento das atividades a serem realizadas e avaliação (BOUTINET *apud* TEROSSI, 2011).

É interessante salientar que todo projeto deve existir como anseio de transformar determinada realidade, desse modo, deve ser bem elaborado e organizado, contendo de forma detalhada as atividades que serão desenvolvidas, de modo que os envolvidos no processo educativo percebam as possibilidades reais para sua realização e obtenção dos resultados.

Para que haja coerência e organização um projeto pedagógico necessita seguir uma proposta pedagógica com etapas definidas como forma de orientação sobre do que se pretende realizar, considerando que cada escola tem autonomia para adequar sua proposta à realidade local, levando em conta as características, físicas, sociais, políticas e econômicas e, sobretudo o envolvimento da comunidade escolar e local.

Ao analisar o Referencial em Construção, manual de elaboração de projetos do Programa Despertar, encontramos algumas orientações importantes quanto as etapas para sua elaboração, que serve de suporte para auxiliar os professores durante a elaboração das atividades em educação ambiental. O quadro metodológico auxilia na organização das intervenções que serão realizadas pelo professor, conforme quadro 2.

## Quadro 2 - Metodologia do projeto

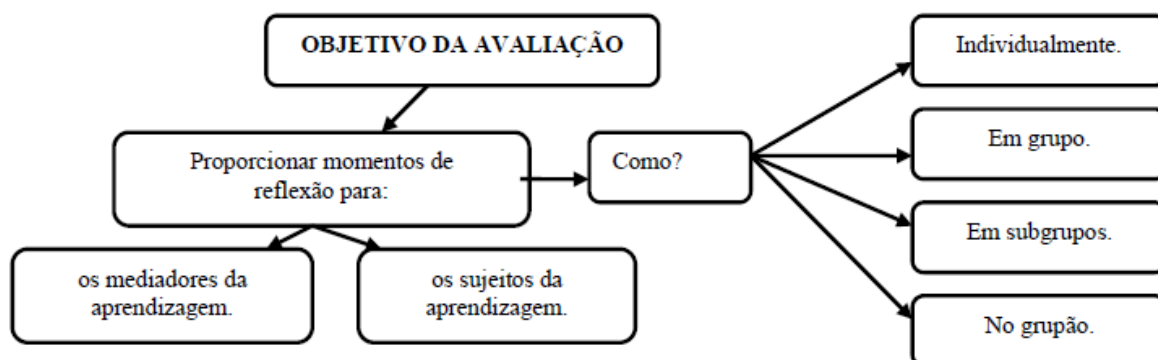
INTERVENÇÕES	PROCEDIMENTOS	DISCIPLINA	CRONOGRAMA
São as situações desafiadoras propostas pelo mediador da aprendizagem.	É o desenvolvimento das ações praticadas pelos estudantes, propostas pelo(a) professor/a em cada intervenção.	Aquelas que estão relacionadas aos conteúdos utilizados para atender as ações propostas nas intervenções e nos procedimentos.	Planejamento das ações, as quais podem ser elaboradas com o auxílio do M.O.T.

Fonte: SENAR (2009a, p. 41).

A sigla MOT, apresentada no quadro 2 no quesito cronograma significa mapa de organização do tempo, está relacionado ao período de realização do projeto, servindo de controle para a realização das atividades.

Outra etapa importante que envolve a elaboração de projetos é a avaliação, momento em que o professor deverá refletir sobre os resultados obtidos com relação aos objetivos propostos inicialmente bem como, analisar o desenvolvimento, envolvimento e participação dos alunos nas atividades propostas. O processo de avaliação deve ser constante durante todo o período de realização do projeto, levando em consideração o seus objetivos (SENAR, 2009a, p. 48):

Figura 5 - Objetivo da avaliação



Fonte: SENAR (2009a, p. 48).

A avaliação, portanto, pressupõe um instrumento fundamental para a análise do processo educativo, permitindo ao professor reorientar e resignificar a prática pedagógica e, sobretudo planejar novas situações de aprendizagem.

Segundo Belloni (2000, p. 14) avaliar é:

Uma ação corriqueira e espontânea realizada por qualquer indivíduo acerca de qualquer atividade humana; é assim um instrumento fundamental para conhecer, compreender, aperfeiçoar e orientar as ações

de indivíduos ou grupos. É uma forma de olhar o passado e o presente sempre com vistas ao futuro. Faz parte dos instrumentos de sobrevivência de qualquer indivíduo ou grupo, resultado de uma necessidade natural ou instintiva de sobreviver, evitando riscos e buscando prazer e realizações.

Conforme reflexão realizada nesse estudo é importante perceber que o trabalho com projetos possibilita o rompimento com as práticas tradicionais de ensino, pois propicia a participação ativa dos alunos na discussão e realização de atividades significativas. Desse modo, percebe-se a pedagogia de projetos como processo dinamizador e inovador do ensino, priorizando a formação de indivíduos críticos e reflexivos, conscientes da necessidade de contribuir para a construção de uma sociedade mais justa e digna.

### **3 A fragmentação do saber**

As constantes transformações sociais econômicas e políticas ocorridas nos últimos tempos no cenário nacional motivaram os diferentes setores da sociedade a buscarem novos caminhos e paradigmas inovadores, condizentes com a realidade atual. Na educação as propostas pedagógicas existentes se contrapõem ao modelo de sociedade existente, carecendo de uma nova organização que possibilite uma nova prática educacional capaz de atender às especificidades dessa nova conjuntura. Portanto, ao discutir sobre práticas pedagógicas interdisciplinares e pedagogia de projetos, faz-se necessário uma reflexão sobre a disciplinarização, a forma de como o currículo escolar está organizado, fato que favoreceu o surgimento de novos paradigmas educacionais.

A disciplinaridade característica do currículo escolar termina por prejudicar a formação integral e o conhecimento científico dos alunos, pois tolhe deles os resultados realmente úteis do conhecimento, como a capacidade de pensar globalmente certo problema. Em um mundo pequeno perante a velocidade de circulação das informações e o impacto que um fato local pode provocar em termos globais, cada vez mais o conhecimento especializado precisa ser submetido à análise crítica de cidadãos que sejam capazes de avaliar os benefícios e malefícios da realização de projetos relacionados a esse conhecimento. E isso não pode ser alcançado, senão por uma educação que contemple prioritariamente a interdisciplinaridade (GERHARD & ROCHA FILHO, 2012, p. 127).

É importante ressaltar que a necessidade de uma mudança na proposta pedagógica se deu por conta da organização curricular das disciplinas na educação contemporânea. O currículo escolar compartimentado estimula a fragmentação do saber, colocando as disciplinas em evidência, sem que haja uma comunicação com as demais áreas do

conhecimento, dificultando a construção de uma visão globalizada da realidade. Sobre essa questão Morin (2003, p. 9), afirma que:

Há inadequação cada vez mais ampla, profunda e grave entre os saberes separados, fragmentados, compartimentados entre disciplinas, e, por outro lado, realidades ou problemas cada vez mais polidisciplinares, transversais, multidimensionais, transnacionais, globais, planetários. Em tal situação, tornam-se invisíveis: os conjuntos complexos; as interações e retroações entre partes e todo; as entidades multidimensionais; os problemas essenciais.

A fragmentação do ensino escolar, cuja matriz curricular se organiza por disciplinas, pode dificultar o aluno de se apropriar do conhecimento e a estabelecer uma visão contextualizada, não respondendo às novas exigências do novo modelo de sociedade globalmente difundida.

Na tentativa de superar essa fragmentação e visando conceder ao aluno uma melhor compreensão dos problemas atuais surge a emergência de uma reorganização curricular que possibilite uma integração entre as disciplinas e a construção de um saber articulado com a sua realidade vivenciada em sociedade. Seria o que Morin (2003) denomina como conhecimento pertinente que situa as informações atuais em seu contexto, que progride no conjunto em que está inscrita, não apenas pela sua sofisticação ou formalidade e abstração, mas pela capacidade de englobar e contextualizar.

O grande desafio para uma possível mudança na prática pedagógica está no posicionamento do professor, cuja formação baseia-se no ensino tradicional e fragmentado. Romper com esse paradigma pressupõe, sobretudo, um esforço conjunto, no currículo e no modo de pensar do professor sobre a sua atuação frente ao ensino interdisciplinar. Especificamente, no Ensino Fundamental os docentes encontram problemas, sobretudo na elaboração de projetos de cunho interdisciplinar por terem sido formados numa visão de ensino fragmentada.

Essa mudança como resignificação da prática pedagógica não acontece rapidamente, pois perpassa as relações internas e externas ao ambiente escolar, porém são necessárias. Segundo Gerhard e Rocha Filho (2012, p. 130): “somente agindo de forma integrada os professores poderão diminuir o impacto do currículo disciplinar e permitir que os alunos percebam as relações existentes entre as disciplinas.”

É exatamente nesse contexto que surge o conceito de interdisciplinaridade que ultimamente embasa o discurso sobre a forma de organização do ensino.

#### **4 Interdisciplinaridade: origem e conceito**

O termo interdisciplinaridade está cada vez mais presente nos discursos educacionais, um termo contemporâneo que embasa as discussões epistemológicas e pedagógicas visando romper com a visão cartesiana e mecanicista, que predominou no mundo e na educação durante longas décadas. Desse modo, faz-se necessário uma abordagem sobre a origem e o conceito do termo para uma melhor compreensão da sua aplicabilidade na prática educativa. Segundo Thiesen (2007, p. 88):

A necessidade da interdisciplinaridade na produção e socialização do conhecimento no campo educativo vem sendo discutida por vários autores, principalmente por aqueles que pesquisam as teorias curriculares e as epistemologias pedagógicas. De modo geral, a literatura sobre este tema mostra que existe pelo menos uma posição consensual quanto ao sentido e a finalidade da interdisciplinaridade: ela busca responder a necessidade de superação da visão fragmentada nos processos de produção e socialização do conhecimento, recuperando o caráter de unidade, de síntese, de totalidade e de integração dos saberes.

A proposta da articulação dos saberes e sua aproximação com a realidade do mundo e da vida ressurgem fortemente no século XX, a partir da crise universitária dos anos 60, quando os paradigmas científicos tradicionais compartimentados passam a ser questionados, paradigmas que separam o sujeito do objeto (THIESEN, 2007). Essa visão de educação era fortemente difundida por acreditar que o conhecimento científico real se baseava na fragmentação do saber, representava então uma questão fundamental para o progresso científico.

É nesse contexto que surge a necessidade de disseminação do termo interdisciplinaridade.

Segundo Aires (2011, p. 216):

Um dos primeiros estudiosos a sistematizar uma proposta de trabalho interdisciplinar foi o francês Georges Gusdorf, baseando-se na constituição de um grupo de especialistas voltado para a pesquisa interdisciplinar nas ciências humanas. Em 1969, na França, na cidade de Nice, suas ideias foram apresentadas e discutidas num seminário internacional, no qual estavam reunidos, sob sua coordenação, Piaget, Jantsch, Heckhausen, Michand, entre outros.

Posteriormente, o trabalho de Gusdorf foi difundido no Brasil por seu orientado Hilton Japiassu, que escreveu um dos seus principais trabalhos sobre o tema Interdisciplinaridade e Patologia do Saber. Logo depois, Ivani Fazenda prossegue com a



discussão, disseminando essa concepção que se tornou referência na educação (AIRES, 2011). Prosseguindo a reflexão sobre a origem da interdisciplinaridade, podemos destacar que a preocupação fundamental de Gusdorf era:

Chamar atenção para a prática epistemológica dividida e certos caracteres antropológicos, mostrando que a excessiva especialização provoca uma esclerose mental, o conhecimento deixa de ter relação com o mundo real e dissocia a existência humana. É alienada e alienante toda ciência que se contente de desintegrar e dissociar seu objeto (*apud* MINAYO, 1994, p. 49).

É importante salientar que o termo interdisciplinaridade surge diante da necessidade de ultrapassar a fragmentação das disciplinas, propiciando o conhecimento do homem na sua totalidade, contrariando os princípios das especializações que supervaloriza a divisão desse estudo. No entendimento de Japiassu (*apud* AYRES, 2011), o termo interdisciplinaridade se trata de um processo onde as disciplinas se interagem reciprocamente, cujos métodos e técnicas são aplicados por diferentes disciplinas restabelecendo a unidade do conhecimento, minimizando as barreiras impostas pelo positivismo. A interdisciplinaridade se constituiria no fator fundamental propondo a integração entre as disciplinas escolares, visando maior conexão entre os diferentes conhecimentos.

No contexto atual, percebe-se a dificuldade de aplicação do termo na educação e na organização das práticas pedagógicas das escolas públicas cujo currículo está organizado por séries e disciplinas cada uma direcionada para sua área de atuação. Para Japiassu existem vários obstáculos que se contrapõem à efetivação da prática interdisciplinar, que se referem:

Aos obstáculos epistemológicos na aceção bachelardiana, sendo que o primeiro deles corresponde a todo tipo de resistência imposta pelos especialistas à integração das disciplinas. O segundo obstáculo corresponde à inércia das instituições de ensino e de pesquisa que continuam a valorizar a especialização, a qual culmina na fragmentação das disciplinas. O terceiro obstáculo diz respeito à pedagogia, por somente levar em conta a descrição ou a análise objetiva dos fatos observáveis para deles extrair leis funcionais, favorecendo o estabelecimento de fronteiras rígidas entre as disciplinas. E, como último obstáculo, o autor coloca o não questionamento das relações entre as ciências humanas e as ciências naturais (*apud* AIRES, 2011, p. 219).

Os obstáculos apresentados pelo autor revelam a complexidade da apropriação do termo e sua aplicação no âmbito educacional. Desse modo, o contexto histórico da

interdisciplinaridade explica claramente a dificuldade do seu entendimento bem como a reorganização das práticas pedagógicas com uma visão globalizante. Ao propor uma abordagem interdisciplinar, entretanto, se faz necessário uma mudança nos métodos de ensino e no modo de pensar de professores, alunos e demais profissionais da educação. Seria refazer o pensamento, uma mudança de mentalidade. Estabelecer um tipo de educação com uma visão transformadora, que Morin (2003) define como uma *cabeça bem feita*, que junte as duas culturas dando a capacidade de responder aos desafios da globalidade e complexidade da vida cotidiana, social, política nacional e mundial.

Desse modo, a interdisciplinaridade escolar deve incluir a relação entre os diferentes campos de atuação, a ação conjugada dos professores nas suas distintas especialidades referentes ao seu campo do saber, associando a colaboração entre as disciplinas. Para Luck (1994):

Interdisciplinaridade é o processo que envolve a integração e o engajamento de educadores, num trabalho conjunto, de interação das disciplinas do currículo escolar entre si e com a realidade, de modo a superar a fragmentação do ensino, objetivando a formação integral dos alunos, a fim de que possam exercer criticamente a cidadania, mediante uma visão global de mundo e serem capazes de enfrentar os problemas complexos, amplos e globais da realidade atual (*apud* GERHARD & ROCHA FILHO, 2012, p. 131).

Apesar da necessidade de implantar uma prática pedagógica com métodos de ensino interdisciplinar, ainda é insuficiente o envolvimento dos professores na elaboração de projetos interdisciplinares. Porém, é importante que o professor perceba a necessidade de integração e do seu envolvimento nas atividades interdisciplinares, sempre buscando ampliar o seu conhecimento e que a mudança na sua prática docente não fique apenas no discurso, mas que seja uma prática constante, na busca por uma educação significativa e contextualizada que atenda aos interesses e realidade dos alunos. Desse modo, conforme afirma Thiesen (2007, p. 98):

Quanto mais interdisciplinar for o trabalho docente, quanto maior forem as relações conceituais estabelecidas entre as diferentes ciências, quanto mais polêmico, estimulador, desafiante e dialético forem os métodos de ensino, maior será a possibilidade de apreensão do mundo pelos sujeitos que aprendem.

Nesse sentido é interessante que o professor no exercício da docência não se restrinja apenas aos aspectos técnicos da sua profissão, mas que elabore propostas pedagógicas em sala de aula e nos demais espaços escolares que favoreçam a participação e envolvimento frente às práticas pedagógicas. A sua postura deve ser de um investigador, sabendo se posicionar frente aos problemas locais e globais e seus conhecimentos precisam ultrapassar o seu campo de atuação, para de fato realizar a prática pedagógica interdisciplinar.

Portanto, a interdisciplinaridade deve ser compreendida como movimento de integração e articulação no processo de ensino-aprendizagem, rompendo com a organização curricular baseada na compartimentação e fragmentação do conhecimento que predominou no mundo durante décadas. Seu princípio teórico deve assumir natureza atitudinal e procedimental, potencializando docentes e escolas a resignificar sua prática pedagógica, bem como os métodos de ensino, currículo e conteúdos e, sobretudo uma reorganização dos espaços de ensino-aprendizagem (THIESEN, 2007). Desse modo, o ensino interdisciplinar facilitaria a compreensão do conhecimento como um todo integrado.

## **5 Aproximação entre pedagogia de projetos, interdisciplinaridade e Educação Ambiental no âmbito do Programa Despertar**

Tal como verificamos ao longo do texto, o Programa Despertar nos documentos analisados toma como base a aproximação entre a Pedagogia de Projetos e a perspectiva interdisciplinar do conhecimento, ou seja, a formação e as práticas pedagógicas a serem desenvolvidas no âmbito do Programa tomam como orientação a aproximação, de um lado, entre a tentativa de apresentar ao campo educacional uma proposta que supera o tradicionalismo educacional para uma visão mais ativa do conhecimento, assim como, por outro lado, uma perspectiva de relação do saber que supera a disciplinarização do conhecimento. Assim, a educação ambiental num conjunto de práticas pedagógicas que leva em consideração os desafios postos pelas ciências ambientais, mas também pelas ciências educacionais.

Ao analisar as bases teóricas que constituíram o discurso sobre pedagogia de projetos e a interdisciplinaridade, percebe-se que ambas surgem como forma de resolver problemas relacionados com a organização curricular compartimentada e a fragmentação do saber. Portanto, é possível afirmar que os conceitos se aproximam por conta das suas

especificidades. A pedagogia de projetos seria o método utilizado para organizar o currículo escolar de forma dinâmica e democrática, e a interdisciplinaridade funcionaria como articuladora entre os diferentes saberes facilitando o entendimento das problemáticas envolvidas no processo educativo.

A Educação Ambiental tem sido nos últimos tempos definida como proposta curricular nas escolas públicas em todo o país. Segundo a Constituição Federal, o tema deve ser inserido em todos os níveis de ensino. Embora a Constituição assegure o direito à integração da educação ambiental no currículo escolar, ainda são grandes os desafios que as escolas enfrentam para organizar um currículo que contemple essa discussão.

Ao analisarmos as propostas pedagógicas das escolas na atualidade, percebemos a dificuldade que as mesmas enfrentam em planejar propostas com a temática ambiental. Nesse contexto, é importante destacar que os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), apresenta o tema transversal Meio Ambiente indicando como proposta a ser introduzida no currículo das escolas públicas de todo país. Apesar das constantes críticas apresentadas aos PCNs, é importante destacar que na educação básica foi o primeiro documento oficial que apresentou propostas de trabalho com a temática.

A principal função do trabalho com o tema meio ambiente seria contribuir para a formação de cidadãos conscientes, capazes a resolver problemas e agir na realidade socioambiental de modo comprometido com a vida e com o bem estar do grupo que participa e da sociedade global (BRASIL, 1998). A ideia seria integrar a temática ambiental às demais áreas específicas do currículo escolar como tema transversal, sendo o professor o mediador das propostas pedagógicas capazes de incorporar a discussão dos saberes ambientais, bem como as problemáticas locais e globais. Desse modo, o documento (PCNs) apresenta como sugestão que os conteúdos sejam organizados em torno de projetos.

A organização dos conteúdos em forma de projetos, como forma de desenvolver atividades de ensino aprendizagem, favorece a compreensão da multiplicidade de aspectos que compõem a realidade, uma vez que permite articulação de contribuições de diversos campos do conhecimento. Esse tipo de organização permite que se dê relevância às questões dos temas transversais, pois os projetos podem se desenvolver em torno deles e serem direcionados para metas objetivas, como a produção de algo que sirva como instrumento de intervenção nas situações reais. Professores e alunos compartilham os objetivos do trabalho e os conteúdos são organizados em torno de uma ou mais questões (BRASIL, 1998, p. 41).

Desse modo, ao analisarmos as proposta pedagógicas apresentadas pelo documento, é possível perceber a aproximação entre pedagogia de projetos, interdisciplinaridade e Educação Ambiental. Os Parâmetros Curriculares Nacionais, apesar de não apresentar de forma clara uma metodologia de ensino, se constituíram então, primeiro documento oficial que ofereceu diretrizes para o trabalho pedagógico voltado para o meio ambiente, articulado com as diferentes áreas do conhecimento, organizando os conteúdos através de projetos.

É neste sentido que observamos que o Programa Despertar apresenta uma proposta pedagógica que tem como finalidade desenvolver ações que mostrem resultados práticos destas orientações legais. Notamos, ao analisar os documentos, que a apropriação da pedagogia de projetos é convergente com o que se pretende com as intenções formativas presentes no Programa Despertar, pois aspectos tais como a contextualização do conhecimento, a construção ativa dos saberes, a percepção do sujeito e de seu envolvimento com as questões sociais e culturais são aspectos comuns nesta aproximação entre as demandas do campo educacional e das ciências ambientais.

Entretanto, notamos na exposição da proposta a presença de aspectos disciplinares ainda presentes na linguagem de formulação de projetos. Tal como visualizamos no quadro 2 percebemos que nos instrumentos de construção do projeto há ainda a associação a configuração disciplinar para a realização de ações pedagógicas. Em nosso, entendimento isso acontece, pois a apropriação desses saberes é realizada na confluência entre dois campos distintos e a superação das barreiras epistemológicas se faz inicialmente pela construção de uma forma de perceber como a educação ambiental é síntese de todos estes aspectos inicialmente pela própria forma dos sujeitos se perceberem nisso. Por isso, podemos afirmar que esta apropriação ainda se dá em nível discursivo e que estas contradições são aos poucos superadas com a percepção dos sujeitos de aproximação de compreensões mais complexas do conhecimento, não somente da equipe que elaborou a proposta, mas também de todos os envolvidos.

## **CAPÍTULO V**

### **APROPRIAÇÕES DISCURSIVAS NOS ENCONTROS DE FORMAÇÃO**

#### **1 Relatos dos encontros da formação estadual e municipal e do seminário de projetos**

A formação teórica e prática do professor pressupõe aspecto imprescindível diante das demandas e alterações da sociedade atual. Ao falar em ensino de qualidade, no desenvolvimento das práticas pedagógicas em educação ambiental, questiona-se quanto aos conhecimentos do professor sobre o tema. Tema debatido na Constituição Federal e na LDB, entendendo que a formação do professor poderá contribuir para melhorar a qualidade do ensino. Sobre a importância da formação do professor Demo faz a seguinte afirmação:

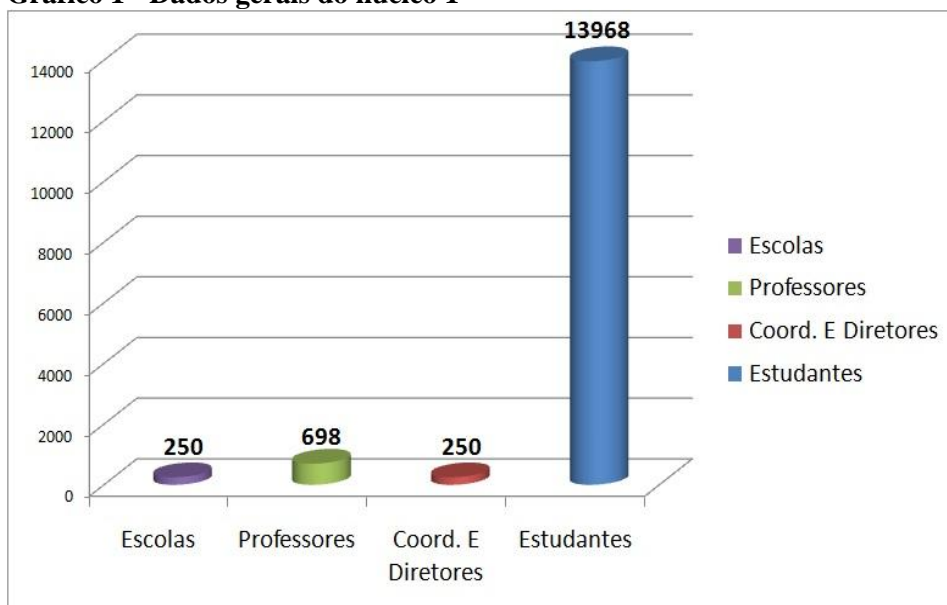
O professor que não estuda sempre não é profissional. Nenhuma profissão se desgasta tão rapidamente do que a de professor, precisamente porque lida com a própria lógica da reconstrução do conhecimento. Infelizmente é mister reconhecer que nossos professores, sobretudo por uma origem formativa clamorosamente deficitária, mas igualmente por um exercício profissional que os consome por todos os lados, não estudam nem se atualizam adequadamente (DEMO, 1997, p. 49).

Portanto, o professor deve interiorizar essa proposta como importante levando em consideração que sua formação é permanente e deve se integrar ao seu cotidiano. Ao analisar os documentos do Programa Despertar, percebe-se que a formação do professor para atuar com o programa pressupõe a ação fundamental, pois nestes encontros os professores além de conhecer a metodologia do programa recebem orientações em torno das temáticas sobre as questões ambientais que lhes permitirão realizar suas atividades pedagógicas. Desse modo, realizamos o acompanhamento dos encontros de formação dos professores na tentativa de perceber quais os discursos ambientais difundidos nesses encontros e como se dá o processo de apropriação.

O núcleo escolhido para acompanhamento do processo de formação dos educadores ambientais foi o núcleo 1, que detém o maior número de municípios onde o Programa Despertar atua, sendo estes: Manoel Vitorino, Boa Nova, Jequié, Jaguaquara, Maracás, Itagibá, Ipiaú, Barra do Rocha, Ibirapitanga e Poções. No gráfico 1 quantitativo de escolas,

diretores, coordenadores, alunos e professores envolvidos com o Programa Despertar no núcleo 1.

**Gráfico 1 - Dados gerais do núcleo 1**



## **2 Programação da formação estadual e municipal**

A denominação formação estadual é dada aos municípios que estão entrando no programa, são considerados novos, estes recebem um acompanhamento mais específico, visto que necessitam de informações mais detalhadas a respeito da sua estrutura organizacional, o conhecimento da instituição proponente do Programa Despertar o (SENAR), como também informações metodológicas e pedagógicas sobre o programa.

O objetivo principal da formação estadual é apresentar o Programa Despertar e o SENAR aos representantes do poder público, secretários, professores, diretores, coordenadores e demais representantes da comunidade em busca de parcerias para o fortalecimento das ações que serão realizadas no município através do Programa Despertar em parceria com a prefeitura, bem como refletir com os professores sobre o tema meio ambiente, trabalho e consumo. A programação está estruturada com os seguintes temas: Apresentação do SENAR; apresentação do Programa Despertar; sensibilização Ambiental Palestra sobre o tema Meio Ambiente, trabalho e consumo, temática do programa em 2013. Participam da formação professores que atuam nas escolas do campo diretores, coordenadores, representantes do poder público, dentre outros.

A programação é organizada pela coordenação estadual em parceria com os coordenadores de núcleo e coordenadores municipais.

Percebe-se que o momento da formação para os municípios novos pressupõe componente de suma importância, como também um momento de insegurança, por parte dos coordenadores e professores. No entanto, as dúvidas são devidamente esclarecidas conforme o andamento das ações que são acompanhadas pela coordenação municipal, que recebem o suporte da coordenação estadual e de núcleo. Entretanto, percebe-se interesse por parte dos envolvidos no processo educativo em contribuir para o fortalecimento do programa, todos preocupados em realizar um trabalho, na tentativa de inserir a discussão sobre educação ambiental no currículo escolar e melhorar a educação das escolas do campo.

### **3 Descrição do processo de formação nos municípios novos (Manoel Vitorino, Ibirapitanga e Barra do Rocha)**

Estes são os municípios que devem receber atenção especial, pois o SENAR disponibiliza palestrante e a coordenação de núcleo para acompanhar todo o processo de realização do evento, oferecendo suporte pedagógico em parceria com as prefeituras, garantindo a qualidade na realização da formação. Faremos então a descrição do processo de formação do município de Manoel Vitorino e Ibirapitanga, pois em Barra do Rocha o coordenador do núcleo 3 realizou a formação.

Dos municípios mencionados anteriormente, o primeiro a realizar a formação estadual foi Manoel Vitorino. A formação aconteceu no dia 22 de maio de 2013 na câmara de vereadores, onde ocorreu a apresentação do Programa Despertar, a instituição SENAR/FAEB, destacando os principais benefícios que a referida instituição tem proporcionado aos povos que vivem no campo através dos cursos técnicos de formação profissional (FPR) e promoção social (PS) e as possibilidades de melhoria na educação das escolas do campo através do Programa Despertar enquanto proposta pedagógica, na realização de ações voltadas para o tema meio Ambiente e os temas transversais.

Estiveram presentes na reunião o secretário de Educação, o presidente do Sindicato dos profissionais da Educação (APLB), o presidente da câmara de vereadores, coordenadores, diretores dentre outros. Fez uso da palavra o secretário de educação que ressaltou a importância do programa para o município e a necessidade da discussão do tema Meio Ambiente no campo educacional. Participaram do encontro 30 pessoas,



professores, coordenadores e representantes do poder executivo. As instituições e sua representação nos encontros de formação têm o objetivo de articular o poder público a realizar parcerias com o programa visando à efetivação das ações.

No primeiro momento da formação, os professores demonstraram muito interesse na discussão, participaram ativamente, com intervenções e dando um retorno quanto ao entendimento dos conteúdos discutidos. Ao analisar o envolvimento e participação dos professores no primeiro momento do processo de formação e apropriação do saber ambiental para assim poder direcionar as práticas pedagógicas nas escolas, percebe-se presente nessa análise o pensamento de Freire (1996), quando afirma que o ato de ensinar não se resume na forma de como se trata o objeto ou conteúdo estudado, mas nas condições que favoreçam a análise crítica. Isso implica a presença de educadores criadores, participativos e persistentes.

Nesse sentido, o Programa Despertar ao propor no primeiro momento que os educadores ambientais, que vão atuar nas escolas inseridas no programa, recebam a formação e crie as condições necessárias para construção de novos saberes. O programa através das formações favorece ao educador ambiental as condições necessárias para que se aproprie e se posicione frente ao novo conhecimento, propiciando condições favoráveis para a elaboração de práticas pedagógicas significativas, ou seja, que saiba se posicionar frente aos problemas ambientais na comunidade onde a escola está inserida e que tenha uma relação com a realidade dos alunos.

#### **4 Formação estadual em Ibirapitanga**

A formação estadual do município de Ibirapitanga aconteceu no dia 03 de junho de 2013, participaram da formação 51 professores e coordenadores das escolas do campo, cadastradas no Programa Despertar. A programação segue com mesma formatação. Em Ibirapitanga houve uma tentativa de implantação do programa em 2009, porém não houve possibilidade de continuar no programa por motivos relacionados à estrutura da educação no município nesse período. Em decorrência disso, a maioria dos professores já conhecia o programa o que facilitou a compreensão, porém em 2009 os temas abordados pelo programa eram: a Descoberta do meio ambiente, Água, Biodiversidade, clima e solo para o Ensino Fundamental I. De 2009 a 2013, o Programa Despertar sofreu algumas alterações na sua proposta metodológica com a inserção de novas ações e também introduzindo uma

nova discussão com o tema Meio ambiente trabalho e consumo que irá nortear as práticas pedagógicas dos projetos elaborados com os professores.

Percebe-se durante o momento da formação que existe interesse dos professores e coordenadores com relação à proposta de inserção da discussão sobre educação ambiental em suas escolas por conta do envolvimento e participação nas discussões suscitadas. No entanto, o fato de não conseguirem em 2009 efetivar as práticas pedagógicas nas escolas, deixa alguns professores temerosos quando a este recomeço. Percebe-se que, a formação contribuiu para o entendimento sobre a proposta do programa, pois os professores receberam informações, conhecimentos e incentivos necessários para a concretização das práticas pedagógicas em educação ambiental.

**Figura 6 – Educadores em formação Ibirapitanga**



Fonte: Joselita Almeida (2013)

## **5 Descrição do seminário de pedagogia de projeto em Itagibá e Poções**

O seminário de pedagogia de projetos em educação ambiental foi implantado no Programa despertar pelo SENAR em 2011 e seu objetivo principal foi realizar a formação para professores das escolas rurais, apresentando propostas pedagógicas em Educação Ambiental, auxiliando os professores na elaboração de projetos significativos e apresentando propostas pedagógicas com o tema do programa (meio ambiente, trabalho e consumo).

As temáticas abordadas no seminário foram:

- Apresentação da pedagogia de projetos como proposta pedagógica;
- Reflexões sobre aprendizagem significativa;
- Pedagogia de Projetos e sua importância;

- Desvendando as disciplinas;
- A importância do conceito Interdisciplinaridade;
- Refletindo sobre as etapas do Planejamento;
- Teoria do Projeto;
- Atividade prática em grupo, análise de projetos e apresentação;
- Elaboração de projeto.

Para analisar o processo de formação do seminário de pedagogia de projetos, detalharemos o que ocorreu nos municípios de Itagibá e Poções, que são municípios antigos no Programa Despertar.

O município de Itagibá realizou o seminário de projetos no dia 06 de junho de 2013. O evento aconteceu no auditório da Secretaria municipal de educação e contou com a presença do prefeito, da Secretária de Educação, coordenadores professores e diretores das escolas do campo. Percebe-se durante a realização do evento envolvimento dos professores nas discussões relativas aos temas abordados na formação, como também um amplo conhecimento sobre as temáticas que envolvem o discurso ambiental que caracterizam as propostas pedagógicas do Programa Despertar, como também amplo conhecimento quanto aos aspectos metodológicos e teóricos. Entretanto, percebe-se também que grande parte dos professores sente dificuldade com relação à elaboração de projetos, mais especificamente com os aspectos teóricos e as práticas pedagógicas que fundamentam os projetos didáticos.

Os professores recebem orientações com sugestões de proposta pedagógicas voltadas ao tema que está sendo difundido pelo programa e participam de um momento importante que é a análise de projetos realizados em outros municípios. Esses projetos são enviados ao SENAR, com a autorização dos professores, são projetos com temas diversificados que contem propostas pedagógicas sem coerência, quanto aos aspectos teóricos e práticos. Sem revelar sua origem e autoria são disponibilizados para que os professores identifiquem essas incoerências apresentando sugestões para modificá-los. Essa atividade permite aos professores uma reflexão quanto à dificuldade de elaboração de projetos e possibilita um exercício prático quanto às orientações que recebe nas formações sobre sua elaboração. Após a análise das intervenções realizadas, estas são socializadas pelos grupos. No mesmo momento eles recebem orientações sobre a elaboração adequada e coerente de projetos. Ainda, nessa formação, os professores iniciam a elaboração dos projetos que serão realizados nas escolas em 2013.

Nesse momento em que se iniciam a elaboração das propostas pedagógicas o educador precisa compreender que o projeto pedagógico precisa ter coerência, pois segundo Prado (2003) o educador ambiental é o mediador do conhecimento mostrando o sentido naquilo que o aluno aprende.

**Figura 7 - Educadores em formação no seminário de pedagogia por projetos em Itagibá**



Fonte: Joselita Almeida (2013)

Em Poções, o seminário de projetos aconteceu no dia 19 de julho de 2013. Participaram da formação diretores, coordenadores e professores das escolas do campo do município no total de 112 educadores ambientais.

Por se tratar de um município cujo coordenador municipal já havia agilizado a elaboração dos projetos, a dinâmica utilizada na formação seguiu um formato diferenciado, através de oficinas voltadas ao tema meio ambiente, trabalho e consumo, que tem sido o tema oficial do programa em 2013. O referido coordenador é biólogo e compreende bem a dinâmica do programa, como isso tem autonomia para direcionar as ações do programa em seu município.

A dinâmica utilizada na formação surtiu grande efeito, pois permitiu uma discussão ampla sobre o tema e maior envolvimento dos professores. É importante ressaltar que mesmo sendo um município que possui experiência na realização das práticas pedagógicas em educação ambiental, as dificuldades quanto à elaboração dessas práticas também fazem parte desta realidade. Desse modo, percebe-se a importância dos momentos de formação para que os professores possam refletir sobre as possibilidades de elaboração dessas propostas, com embasamento teórico significativo e coerente com a proposta do programa.

Retomando as reflexões realizadas na fundamentação teórica sobre a importância da formação do educador ambiental e da apropriação do saber para a realização de práticas pedagógicas na educação, destacamos o que Oliveira, Gonzaga e Oliveira (2012, p. 5) afirmam sobre os processos de apropriação de um novo saber.

Para conseguir a incorporação das novas representações ou mudanças das já adquiridas, processos diversos são ativados, desde os mais mecânicos aos mais complexos de reestruturação. A aquisição das informações mais duradouras que possibilitam a manipulação destas são mais eficazes quando existe relações mais significativas entre as informações que chegam com as representações já existentes na memória.

Desse modo, conforme o que foi apresentado pelos professores depois da discussão nos grupos e durante a organização e apresentação das propostas pedagógicas no processo de formação, percebe-se a importância dos momentos de formação para a aquisição de novos conhecimentos que sejam significativos para a reelaboração de novos saberes que constituem o elemento essencial para a organização das práticas pedagógicas que serão realizadas com os alunos. Seguindo o pensamento de Oliveira, Gonzaga e Oliveira (2012) quanto à apropriação de novos conhecimentos a Pedagogia de Projetos seria o principal articulador da aprendizagem de conceitos tanto nos processos coletivos quanto individuais, adquiridos pelos sujeitos nos processos formativos, as informações adquiridas se reorganizam, propondo a interiorização e adequação que resultará na construção de novos conhecimentos a partir dos que os sujeitos já possuem.

**Figura 8 - Educadores em formação no seminário de projetos em Poções**



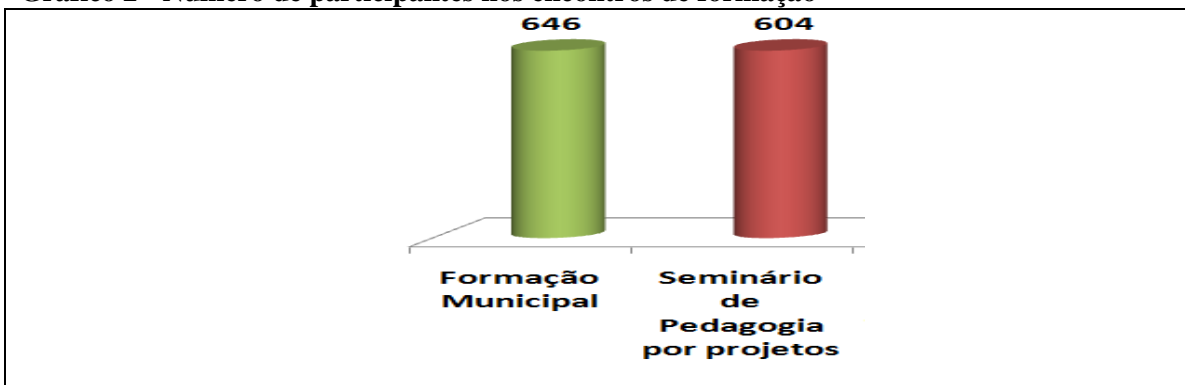
**Figura 8 (continuação) - Educadores em formação no seminário de projetos em Poções**



Fonte: Joselita Almeida (2013)

Nestes encontros de formação, foi possível observar no núcleo 1, número expressivo de professores, coordenadores e diretores das escolas e funcionários da secretaria de educação participando, nota-se o envolvimento de todos os profissionais com a educação. Apresentamos também o número de participantes nestes encontros de formação.

**Gráfico 2 - Número de participantes nos encontros de formação**



## **6 Considerações em relação aos relatos dos professores nos encontros de formação**

Os encontros de formação organizados pelo SENAR tem o objetivo de preparar os educadores ambientais para realizar as propostas pedagógicas nas escolas com a abordagem sobre educação ambiental com o Programa Despertar. Portanto, é importante que o professor ao receber a formação realize uma avaliação destacando a contribuição e importância desse momento para o seu processo formativo. Entendendo que quando ocorre o momento da formação o professor recebe conhecimentos que o possibilitará a interiorização do saber ambiental que se constitui o aspecto fundamental para atuar em sua



prática pedagógica. Ocorre que a ausência da interiorização desse discurso acarretará na dificuldade de realização das práticas pedagógicas visto que o indivíduo só realiza bem uma ação quando acredita que a proposta é viável.

Segue então alguns relatos dos professores sobre as impressões e apropriação do saber ambiental adquiridos na formação municipal, estadual e no seminário de pedagogia de projetos.

De início, vale retomar aspectos introduzidos anteriormente, que nos levou a elaborar que uma prática pedagógica está inter-relacionada com as significações culturais e sociais instituídas nas redes de significação (GEERTZ, 2008) que foi tecida pelo educador ao longo de sua trajetória, por isso a apropriação do saber ambiental se realiza na confluência de significações pedagógicas, mediante a experiência com a pedagogia de projetos, assim como com as percepções sobre o meio ambiente. A construção significativa deste processo seria uma alteração no modo próprio de agir destes educadores nas escolas, assim como de sua percepção da problemática ambiental, que seria, conforme abordamos no referencial teórico uma mudança no *habitus* do educador segundo Bourdieu (WACQUANT, 2007). Neste momento, não vamos encontrar indicações nos relatos destas mudanças, pois os encontros têm uma primeira influência na forma de percepção destes sujeitos, mas isso não significa dizer que isto provocará alteração imediata de sua prática pedagógica. Assim, vamos dar destaque ao que consideramos como apropriação discursiva pelos educadores destes significados pedagógicos e ambientais.

As primeiras indicações de apropriação discursiva se dão com a significação metodológica da proposta, pois analisando a avaliação do educador sobre a formação após as atividades, verificamos que a pedagogia de projetos aparece como uma possibilidade de mudança em sua prática pedagógica. Vejam alguns relatos:

[...] Não tinha conhecimento sobre elaboração de projetos, após o encontro, passei a ter outra visão, aprendi elaborar projetos como também, conheci sua metodologia. Realizava muitos trabalhos sem nenhum proveito. Aprendi a ter especificidade nas metodologias e a ser objetivo na elaboração dos projetos.

Não tinha conhecimento de como fazer um projeto conscientizando os alunos e comunidade. Através do curso adquiri conhecimentos específicos para sua elaboração.

Elaborava projetos muito extensos para pouco tempo. Após o encontro aprendi que o projeto deve ser bem planejado e bem executado.

Sempre tive dúvidas sobre pedagogia de projeto em educação ambiental. Após o encontro minha visão sobre pedagogia de projetos foi ampliada.

Durante esses dias tive a oportunidade de adquirir e ampliar meus conhecimentos através dos estudos realizados. Estes momentos foram especiais no que se diz respeito ao meio

ambiente. Após o curso tenho convicção de que todo conhecimento adquirido e ampliado será totalmente executado por mim.

Tinha uma visão voltada para as questões ambientais. Depois deste encontro com certeza ampliei bastante o meu conhecimento. Saio deste encontro mais consciente e preparado para colocar em prática o que aprendi.

Embora estes aspectos sejam positivos, pois nestes momentos de formação o educador ambiental começa a interagir com outra rede de significados pedagógicos para rever a rede tecida por ele na sua trajetória de formação e experiência profissional, é visível também certo encantamento com as novas metodologias, aspecto bastante conhecido em outras pesquisas educacionais, fazendo por vezes o professor pensar que o contato com a novidade lhe projeta necessariamente para um novo referencial de práticas, confundindo o efeito do discurso com a realização de sua atuação como educador, desenvolvendo um sentimento afetivo em relação à novidade: [...] “Antes era sem consciência, não havia respeito com o meio ambiente. Adquiri após o encontro uma visão de amar o meio ambiente” (Ed. Amb.).

Em seguida, percebemos também que os educadores se apropriam dos elementos instrutivos do programa, desenvolvendo uma compreensão de suas finalidades, tal como encontramos nas citações:

Por conta da correria profissional e pouco tempo, não entendia muito o Programa Despertar. Depois do encontro tenho outra visão do que é o programa e de sua importância para a escola e comunidade.

Parabenizar o SENAR, pois as ações municipais e o engajamento dos nossos alunos me permitem acreditar que é possível fazer algo para conservar o nosso meio ambiente com compromisso e determinação.

Já sabia da importância de trabalhar com educação ambiental. Agora tenho convicção que é de suma importância trabalhar com educação ambiental na escola (Educador Ambiental).

Outras formas de apropriação do programa estão relacionadas com o próprio conteúdo introduzido pelas questões ambientais e pelas contribuições teóricas ensejadas pelas ciências ambientais. Um aspecto importante relatado se refere à percepção que os educadores começam a ter de si com as reivindicações no meio ambiente. Ao que parece eles tinham uma percepção de que eles não faziam parte da realidade ambiental:

[...] Não sabia cuidar do ambiente e de nós como ser humano. Aprendemos a forma correta de ser um educador ambiental a partir de nós mesmos.

Achava que seria um curso chato que seria mais uma coisa para encher nossa cabeça. Saio com a impressão de ótimo curso e muito rico que mudou a minha visão, me ajudando a cuidar do meio ambiente onde vivo (Ed. Amb.).



Além disso, temos relatos que ainda continuam mostrando que por meio da formação o educador também tem contato com as questões históricas e sociais introduzidas com o debate sobre o meio ambiente e a sociedade. Uma delas é a mudança na percepção histórica do meio ambiente, pois começam a perceber que cada um deles faz parte de um processo histórico e social que tem uma relação direta do uso que fizemos do meio ambiente e de como vamos enfrentar as dificuldades anunciadas para o futuro, tal como segue:

Eu não tinha tanto cuidado com o meio ambiente. Hoje com o curso fiquei com outra visão. Sinto a necessidade de cuidar do meio ambiente, pois o meu futuro depende dele.  
Achava que os resultados seriam breves, aprendi que os resultados são lentos, mas acontecerá a mudança.  
Consumo excessivo de produtos industrializados. Após o curso percebo a necessidade de reduzir esse consumo (Ed. Amb.).

Por fim, a última percepção que notamos nas avaliações dos educadores sobre sua formação se refere à questão mais evidente em meio ambiente que se refere à necessidade proteção do ambiente onde o sujeito vive. Isso é bem presente porque parece já bastante disseminado que discutir o meio ambiente se trata de encontrar formas de preservá-lo e ou conservá-lo, embora os relatos acima nos mostram que as apropriações pelos educadores acontecem de forma bastante diversificada:

Nos próximos encontros, optar por uma alimentação mais saudável, evitar o desperdício de alimentos e acúmulo de resíduos. Ex: quentinhas, copos descartáveis, garrafas pet. Antes do curso imaginava que meio ambiente era um rio, uma mata, a floresta, tudo que era relacionado aos recursos naturais. Após o curso, aprendi que meio ambiente é tudo que está ao nosso redor, é o espaço onde se vive. Ex: o nosso corpo é o meio ambiente, pois nele eu habito, eu vivo, por isso devo cuidar.  
Achava que precisava de recursos inexistentes no município para que o projeto pudesse dar certo. Após o encontro devo procurar desenvolver atividades que seja possível de fazer dentro das condições da localidade.  
O curso foi de grande valia, pois me despertou para uma realidade que fechava os olhos achando que sozinha não poderia contribuir.  
Achava que não era problema meu e sim das empresas. Agora sei que o problema é meu e devo me preocupar com isso.  
O encontro nos levou a refletir sobre como devemos fiscalizar nossas ações para que sejam sustentáveis.  
É importante que o professor tenha mais formações como essa. Eu era um pouco desanimada. Após o encontro me sinto com mais vontade de colocar em prática o que aprendi.

Conforme as descrições apresentadas pelos educadores e as observações obtidas ao participar dos encontros de formação, percebemos que ao se apropriar dos conhecimentos

sobre as questões ambientais, os educadores entendem a necessidade de se envolver com a proposta do programa, realizar alguma ação em defesa do meio ambiente e que é possível realizar propostas pedagógicas a partir do seu envolvimento, compromisso e, sobretudo, a indicação de um desejo em modificar atitudes e comportamentos. Estes são algumas indicações observadas nos encontros de formação, que serão constatados a partir do contato com as escolas através da observação e entrevistas.

## **7 Descrição dos questionários para os educadores**

O questionário aplicado para os educadores ambientais (Ed. Amb.) permitiram uma aproximação da realidade quanto aos problemas ambientais vivenciados na comunidade, os saberes disseminados sobre as questões ambientais e às práticas pedagógicas desenvolvidas na escola a partir dos conhecimentos e contribuições do Programa Despertar objeto de estudo do trabalho dissertativo. Foram enviados para as escolas Cônego Pitton e João Gonçalves Figueredo 14 questionários, retornando os 14 questionários.

Tentamos ainda analisar como ocorre a apropriação dos saberes disseminados durante os processos de formação do professor, nas práticas pedagógicas realizadas na escola e as possíveis mudanças ocorridas no ambiente escolar e na vida dos professores que atuam no referido programa.

Quando questionados sobre os principais problemas ambientais enfrentados na escola e comunidade, os professores destacaram: “a ausência de tratamento da água, saneamento básico, causando vários problemas de saúde à comunidade, coleta de lixo ou resíduo, como também: queimadas, desmatamento e uso desenfreado de agrotóxicos” (Ed. Amb.).

Ao analisar os problemas destacados pelos professores, retomamos a discussão sobre as práticas pedagógicas em educação ambiental. Essas práticas devem estar direcionadas aos problemas vivenciados na comunidade onde a escola está inserida, para assim saber direcionar o trabalho pedagógico. De acordo com a afirmação dos Educadores Ambientais, no que concerne à construção da intervenção pedagógica na escola, percebemos a influência significativa dos processos formativos do Programa Despertar, que inclui no âmbito da sua proposta de educação ambiental a construção de práticas tomando como base a contextualização e a interdisciplinaridade. Neste caso, os Educadores Ambientais partem da realidade circundante, percebendo os problemas que atingem diretamente a comunidade, para construir ou elaborar temas que orientam suas

intervenções em sala de aula e ao mesmo tempo que estes temas são a base para definição dos saberes necessários para a compreensão dos problemas.

Retomando ao nosso referencial teórico, encontramos em Penin (1994) uma referência a essa questão quando afirma que a mobilização de determinadas concepções sem reflexão, pode tornar-se meros discursos, ou seja, a organização das temáticas em educação ambiental precisa partir da necessidade e da realidade existente, evitando assim certos modismos.

Quanto aos conhecimentos sobre a pedagogia de projetos, proposta metodológica em que se baseia o Programa Despertar, os Educadores Ambientais definiram como:

- Construção dos conhecimentos em torno de metas previamente definidas por professores e alunos;
- Uma metodologia de trabalho educacional que tem por objetivo organizar a construção dos conhecimentos em torno de metas previamente definidas de forma coletiva;
- Uma forma de organizar o ensino de forma interdisciplinar; vejo como uma metodologia destinada a dar vida ao conteúdo tornando a escola mais atrativa. O professor cria situações de aprendizagem onde o aluno encontra sentido naquilo que está aprendendo.
- É uma metodologia que ao ser executada permite a participação dos alunos dentro e fora da sala de aula. O aluno aprende no processo de produzir, levantar dúvidas, pesquisar, criar relações que incentivam novas buscas e descobertas, compreensões e reconstruções de conhecimento.

As orientações apropriadas pelos professores nos encontros de formação, mais especificamente no seminário de pedagogia por projetos em educação ambiental realizado pelo SENAR, influenciaram na forma de como organizar as propostas pedagógicas, pois segundo orientações do manual “Um Referencial em Construção” (manual para elaboração de projetos), antes da elaboração do projeto, deve ser realizado o diagnóstico da realidade local, a fim de detectar os problemas ambientais vivenciados na comunidade.

Os conceitos apresentados pelos professores estão adequados a abordagem teórica quando buscamos na literatura a definição de pedagogia por projetos bem como se deu sua origem no campo educacional, como uma tentativa de superar a fragmentação do saber. Com a pedagogia de projetos o aluno aprende produzindo, pesquisando e criando relações na busca de novas descobertas, o professor passa a criar situações de ensino realizando mediações necessárias para que o aluno encontre sentido naquilo que aprende (PRADO, 2003).

Na tentativa de amenizar os problemas ambientais vivenciados, a escola realiza atividades teóricas e práticas em educação ambiental, envolvendo alunos e comunidade conforme afirmação dos Educadores Ambientais:

Estudos sobre como se relacionar com a natureza, levando os alunos a refletirem sobre sua ação sobre o meio ambiente, reflorestamento, com plantio de árvores, descarte do lixo e resíduo, realizando limpeza na comunidade e oficinas de reaproveitamento; importância da água com limpeza nas margens dos rios e visitas à estação de tratamento, como também realiza plantio de hortas, árvores frutíferas, reuniões com palestras para alunos e comunidade, dentre outros (Ed. Amb.).

Encontramos em Rodrigues (1998) uma abordagem sobre o educador quando compreende a importância social do seu trabalho, bem como a dimensão transformadora da sua ação levando em consideração a questão social, cultural, coletiva e política, com essa compreensão inevitavelmente percebe-se o seu crescimento profissional. Reitera ainda que esse comprometimento não ocorre rapidamente, é como se fosse um ato de amor que deve ser renovado diariamente no seu compromisso em educar.

Com relação à compreensão dos professores sobre os objetivos do Programa Despertar e sua implementação na prática docente os Educadores Ambientais destacam:

- O Programa Despertar vem alertar a todos sobre a importância da conservação dos recursos naturais e da biodiversidade procurando meios de melhorar os problemas ambientais que enfrentamos com a ajuda da escola, envolvendo a comunidade local por meio do diálogo e cooperação;
- Desenvolver ações que venham a melhorar a qualidade de vida do homem do campo, formando uma consciência ecológica, a fim de alavancar mudanças comportamentais relacionadas ao meio ambiente, à saúde ao trabalho e consumo;
- Esse programa veio positivamente conscientizando e modificando o meio ambiente dos alunos e comunidade;
- Formar uma nova mentalidade nas crianças e jovens das escolas públicas no espaço rural;
- Formar cidadãos capazes de valorizar e preservar o ambiente em que vivem;
- Habilitar educadores para desenvolver ações estratégicas sobre os temas transversais, com atividades pedagógicas significativas.

Os professores demonstram compreender os objetivos do programa enquanto proposta de educação ambiental, pois falam com segurança a respeito do mesmo. Este aspecto mostra que o Programa Despertar traz como intenção primordial interferir ativamente na realidade introduzindo princípios e orientações do programa, mas também preparando os Educadores Ambientais para desenvolver ações que correspondam as orientações pretendidas. Essa característica marca a singularidade do Despertar que tenta por em ação princípios para a educação ambiental ensejados em orientações legais aprovadas nas instâncias regulatórias federais e estaduais.

Acrescenta-se ainda, que esta singularidade pode ser percebida na continuidade dos processos formativos ativos do Programa Despertar. Uma das dificuldades para efetivar orientações no campo educacional nas práticas pedagógicas é a inexistência de ações

concretas junto aos sujeitos que desenvolvem as experiências educativas nas escolas. Por exemplo, aprovação de uma legislação não garante efetivamente a mudança da realidade pedagógica e, além disso, temos experiências que mostram que ações formativas descontínuas no âmbito das políticas públicas não têm garantido uma alteração significativa na rotina desses sujeitos na realidade. Com o Programa Despertar, observamos que a formação do professor bem como as ações desenvolvidas nas escolas com os alunos propiciam um ambiente de experiências contínuas na realidade escolar que em nosso entendimento, interferem nas práticas culturais, sociais e pedagógicas na escola. Formando conforme afirma Geertz (2008), uma teia de relações humanas em favor das questões ambientais.

Nossas afirmações acima são consubstanciadas nas falas dos educadores ambientais que quando questionados sobre a importância dos temas abordados sobre meio ambiente nos encontros de formação, sobre a forma de defender o meio ambiente e sua percepção quanto à apropriação desses conhecimentos expressam que:

- Com certeza. Os encontros de formação têm contribuído de maneira muito significativa. Consigo perceber essa apropriação através da necessidade de entender que tudo isso faz parte da minha história e as mudanças de atitude, de conceito que antes parecia não ter muita importância, hoje percebo que são através de pequenas atitudes que podemos começar a ser uma pessoa melhor e respeitar mais o meio ambiente que dependo para sobreviver;
- Sim. Através de atitudes simples como, não jogar lixo em qualquer lugar, às vezes tenho que fazer uma faxina na bolsa, pois prefiro guardar as embalagens na bolsa do que jogar no chão. Conscientizo meus alunos e os que convivem comigo sobre a importância de preservar o meio ambiente;
- Com certeza. É um assunto que conhecemos de muito tempo, mas com os encontros fortalece muito mais a importância de cuidar do meio ambiente com carinho e com pequenas atitudes podemos contribuir para amenizar os problemas ambientais.

Os encontros de formação, segundo as percepções apresentadas pelos professores, revelam que se constituem momentos importantes para uma reflexão no sentido de uma tomada de consciência, como também os estimula a uma mudança de hábitos ou pelo menos, a necessidade de um esforço para realizar pequenas ações em prol da defesa do meio ambiente.

Segundo os Educadores Ambientais algumas práticas pedagógicas realizadas na escola em educação ambiental contribuíram para introduzir novas atitudes em sala de aula e no seu cotidiano, destacamos algumas práticas e atitudes como:

[...] Evito o desperdício em todos os sentidos, procuro obter apenas o necessário, procuro estar atenta às minhas atitudes para não cometer erros ao meio ambiente, procuro conscientizar meus alunos da mesma forma. Sempre regando e limpando, cuidando da horta, utilizo alimentos na merenda escolar. Essa prática motivou os alunos e seus familiares a valorizar e utilizar da própria plantação na alimentação, tornado-a mais saudável (Ed. Amb.).

Destacaram, também, que a partir da inserção das práticas de educação ambiental na escola, os alunos modificaram hábitos e comportamentos:

Passaram a respeitar e mudaram suas atitudes com o meio ambiente; ter cuidado com a fauna e a flora, não desperdiçar água; evitam jogar lixo de forma desordenada. Os alunos passaram a ter mais cuidado com o ambiente escolar, valorizar as árvores, diminuíram a prática de matar os pássaros, aprenderam a cultivar hortas; eles mudaram bastante, tem mais consciência sobre os problemas ambientais, principalmente em relação ao rio que faz parte da comunidade. Durante a realização do projeto, os alunos alertaram a família sobre a importância de não jogar lixo no rio (Ed. Amb.).

Esse deve ser o objetivo fundamental da educação ambiental na escola, propiciar ações que levem os alunos a refletir sobre seu modo de relacionar com a natureza. Os saberes ambientais disseminados na educação devem proporcionar uma mudança de hábitos de modo que as transformações pessoais aconteçam e por conseguinte uma mudança com o outro e com o meio ambiente. Segundo Moraes (1997), vivenciamos na atualidade uma crise de dimensões planetárias, que requer uma mudança profunda na forma de nos relacionarmos com os distintos organismos que habitam o planeta, exigindo mudanças no nosso estilo de vida, criando um ambiente saudável, evitando problemas para as gerações futuras.

Questionamos os Educadores Ambientais sobre a disseminação do discurso ambiental no sentido de contribuir para mudanças sociais e culturais, como parte de interesse do nosso estudo sobre as práticas culturais, sociais e práticas pedagógicas:

- Para que as mudanças realmente aconteçam é necessário que haja uma sensibilização e mudança no comportamento das pessoas.
- Faço parte dessa mudança, tentando colocar em prática o que acho necessário para tornar o meio ambiente mais sustentável;
- Sim, muitos mudaram sua forma de pensar e agir, favorecendo a todos;
- Sim, é necessário que cada um faça sua parte, só assim teremos um mundo menos poluído, menos destruído;
- Sim, na minha maneira de pensar, agir sobre a teoria e a prática, pois o agir faz toda diferença e pensar de maneira que eu fazendo a minha parte, vou estar contribuindo com o meio ambiente, não podemos esperar pelo outro e sim cada um pensar na sua atitude.

Percebemos nas respostas dos professores que os mesmos já conseguem assimilar a ideia de que os hábitos e comportamentos adquiridos na cultura influenciam a forma de como agimos no meio em que vivemos. Desse modo, o comportamento humano está relacionado às teias de significados traçados durante o seu convívio e estão ligados ao conjunto de sistemas existentes, como a religião, a arte, à escrita, à comunicação, aos hábitos sociais e ao próprio homem, ser complexo cuja particularidade é permeada de significados (GEERTZ, 2008). O fato de se reconhecerem como integrantes do espaço ambiental, de assumir um compromisso em defender o meio ambiente já apontam uma possível mudança de comportamento, isso não significa uma alteração na sua totalidade, pois como afirmamos em nossos estudos mudar hábitos requer um esforço em abandonar os hábitos adquiridos na sua trajetória de vida.

Por fim, os professores destacaram a importância do Programa Despertar na escola, bem como sua contribuição para o desenvolvimento de ações em educação ambiental.

- Foi uma ótima experiência trabalhar com o Programa Despertar, trouxe muitos benefícios, um olhar com mais carinho ao meio ambiente, pois é o meio em que vivemos, e devemos cuidar. Os alunos estão agindo de forma consciente sempre questionando o que “pode” e o que não “pode”. Vejo que estão preocupados com o meio ambiente.
- O Programa Despertar é riquíssimo quando se sabe utilizá-lo conscientemente. Um programa como este deve ter continuidade e ser expandido.
- O Programa Despertar foi fundamental e contribuiu muito para que os alunos e professores mudassem a maneira de agir e pensar em relação às questões ambientais.
- O Programa Despertar é de fundamental importância, as contribuições são muito significativas e o trabalho do coordenador é exemplar.
- Foi de grande importância, transformou as ações dos alunos em relação ao meio ambiente, contribuindo assim para a conservação do meio ambiente escolar.

Vale ressaltar que a discussão em torno das questões ambientais na educação é recente se iniciou a partir dos PCNs. Anterior a esse momento, essas apropriações não tinham significado no campo educacional ou pelo menos não eram perceptíveis. No momento em que esse discurso se inicia na educação e são apropriados e interiorizados pelos sujeitos, percebemos uma possibilidade de alterações no modo de defender as questões ambientais, como também na sua prática pedagógica, vislumbrando uma possibilidade de mudança social. Esse novo olhar sobre o meio ambiente, apontado pelos educadores, revela que houve uma mudança no cotidiano do professor, alterando a sua forma de relação com o meio ambiente, mobilizando alunos e comunidade para um possível convívio com a natureza. Segundo afirma Cunha (2001, p. 36):

A realidade da vida cotidiana também inclui uma participação coletiva. O existir na vida cotidiana é estar continuamente em interação e comunicação com os outros e os significados próprios são partilhados com os significados das outras pessoas, que vivem também o cotidiano. A expressão do cotidiano do professor é determinante e determinada pela conjuntura social e cultural onde se desenvolve.

Desse modo, percebemos a importância do Programa Despertar, por ser um programa que propicia ao educador o conhecimento sobre as questões ambientais através dos processos contínuos de formação e materiais didáticos, contribui para que as práticas pedagógicas em educação ambiental se consolidem na educação, alterando o modo de viver de todos os envolvidos no processo educativo.

## **8 Descrição do questionário dos discentes**

Aplicados o questionário com alunos do Ensino Fundamental do 4º e 5º ano, das escolas Cônego Pitton e João Gonçalves Figueredo, no total de 42 questionários, retornando 40, na tentativa de perceber o entendimento dos discentes (DISCs) com relação aos saberes ambientais apreendidos durante as atividades pedagógicas realizadas pelos professores, as mudanças de comportamento que ocorreram com o contato com esses novos saberes, o conhecimento em torno do Programa Despertar, bem como seus objetivos. Ao fazer isso, conseguimos relatar ações desenvolvidas pelo programa na perspectiva dos sujeitos envolvidos, neste caso os discentes das escolas atendidas pelo Despertar. O conjunto de descrições que seguem, mostra que o despertar se apresenta como um dos modelos de atuação em educação ambiental que tem a finalidade de consolidar uma rede de relações entre sujeitos no desenvolvimento de práticas culturais, sociais e pedagógicas em favor do meio ambiente, confirmando mais uma vez a afirmação de Geertz (2008), reiterada anteriormente de que o sujeito em suas ações vai tecendo um conjunto de significados que constitui o sentido estabelecido pelas práticas culturais em práticas sociais e também pedagógicas.

Um das formas de notar isso se refere quanto à percepção dos alunos em relação ao conceito de meio ambiente e como o mesmo se relaciona com a natureza. Eis algumas respostas:

- Meio ambiente é o conjunto de forças e condições que cercam e influenciam os seres vivos e as coisas em geral. A minha relação é preservar os recursos naturais, respeitar os espaços dos animais, etc.



- Meio ambiente abrange tudo que nos cerca. Minha relação com o meio ambiente é a melhor, evito tirar as folhas do caderno, para evitar que uma árvore seja cortada, e muitas outras coisas para ajudar a preservar o meio ambiente.
- O meio ambiente é nossa casa, nossa vida, o nosso meio em que vivemos. Abrange todos os aspectos que afetam o comportamento de um ser vivo. Ajudo a preservar o meio ambiente, como não matar os animais, não poluir os rios, não cortar as árvores, não jogar lixo na rua.
- Influências naturais que cercam os seres vivos. A minha relação é muito boa, não joga lixo na rua nem no meio ambiente.
- Eu entendo que não pode jogar lixo no chão e não sujar ruas, jogar lixo no lixo e cuidar da natureza em geral.
- Entendo que nós temos que preservar o meio ambiente e cuidar bem dele;
- Temos que cuidar das árvores e dos animais, não jogar lixo no chão e não realizar queimadas.
- Evito jogar lixo a céu aberto, separo cada um em seu lugar e reciclar. Eu preservo o meio ambiente, colocando o lixo no lugar certo (DISCs).

Segundo os discentes, os temas mais discutidos na escola em educação ambiental são: O lixo orgânico serve para fazer adubo, trabalho e consumo, água, resíduos sólidos, clima e solo, biodiversidade, comunidades sustentáveis, educar para a convivência ambiental, hábitos ecológicos. A abordagem dos temas partindo da contextualização e de modo interdisciplinar também é confirmada na fala dos discentes envolvidos com o programa. Outras atividades mencionadas sobre as vivências em educação ambiental também fazem parte da contextualização referidas pelos discentes, dentre elas: Passeios ecológicos, limpeza nos rios, plantio de hortas, plantio de árvores cartazes, oficinas de arte, visita a estação de tratamento da água.

Destacaram também as mudanças de comportamento que em nosso entendimento se trata da indicação de uma mudança de *habitus*, conforme os estudos de Bourdieu que acontece no processo que o mesmo denomina interiorização da exterioridade e exteriorização da interioridade, transformações que ocorreram no seu dia a dia após trabalhar com atividades voltadas para educação ambiental e que de certo modo irão refletir nas suas ações futuras diante do meio ambiente, tal como segue: Aprendi a ter educação, respeitar as pessoas e não jogar lixo no chão. Economizo energia, água, não demoro no banho, fecho a torneira enquanto escovo os dentes. Não joga lixo nas ruas, quando vejo alguém jogando lixo nos rios, falo para não jogar, pois a gente vai precisar depois.

Quanto ao conhecimento sobre o Programa Despertar e suas finalidades as respostas foram:

- O Programa Despertar nos incentiva mais e mais a viver em um ambiente saudável, sem poluição e sem queimadas;
- Informar as pessoas para não poluir e cuidar do nosso planeta;
- É um ótimo programa, porque nele a gente aprende muitas coisas importantes sobre o meio ambiente;
- Nos ensina a preservar o mundo em que vivemos;
- O Programa Despertar foi bom na vida de todas as pessoas, principalmente na vida das crianças que aprendem muitas coisas boas;
- Trabalha a importância do meio ambiente na escola;
- É um trabalho realizado nas escolas, onde procura despertar nos alunos e professores a consciência sobre como preservar o nosso ambiente escolar e comunidade;
- É um programa que vem ajudando as escolas e comunidade a preservar e conservar o meio ambiente. Sua finalidade é conscientizar alunos, professores e comunidade de como cuidar do meio ambiente.
- É um programa que vem sendo realizado na escola com a coordenação do professor Rafael, onde procura conscientizar alunos, professores e comunidade sobre a importância em preservar o meio ambiente;
- O Programa Despertar é um ótimo programa, porque aprendemos muitas coisas legais e importantes.

Na descrição acima quanto ao Programa Despertar nota-se que os discentes identificam que o resultado dessas ações fazem parte da mobilização que o programa cria no ambiente escolar, integrando a necessidade de proteção do meio ambiente, aprendizagem dos saberes necessários à compreensão dos problemas ambientais e envolvimento dos sujeitos em ações de proteção ao meio ambiente.

## **9 Descrição do questionário da comunidade**

Parte do nosso trabalho dissertativo se preocupa em perceber a apropriação dos saberes ambientais pelos envolvidos no Programa Despertar. Entendemos que a escola no momento em que elabora suas propostas pedagógicas deve levar em consideração a participação da comunidade, visto que a escola é a extensão da sociedade, ou seja, espaço de representação social, onde as experiências vivenciadas na cultura e nas relações sociais se repercutem também na escola como espaço onde as relações interpessoais se estabelecem.

A participação da comunidade no desenvolvimento das ações pedagógicas no ambiente escolar é imprescindível, em se tratando das discussões sobre as questões ambientais este envolvimento exerce um papel fundamental, pois também de certo modo são responsáveis pelas transformações ocorridas no espaço onde vivem.

Neste tópico, realizamos a descrição dos dados obtidos através das respostas dos questionários para os moradores que são pais de alunos da Escola Municipal Cônego Pitthon, localizada na comunidade de Morrinhos e na escola municipal João Gonçalves

Figueredo, na comunidade do Bezerra no município de Poções, foram enviados 20 questionários, devolvidos 18. Através das respostas obtidas será possível analisar a aproximação entre o discurso sobre educação ambiental realizado nas escolas através do Programa Despertar e a apropriação desses saberes na comunidade, mas especificamente as contribuições desses conhecimentos para uma mudança no modo de se relacionar com o meio ambiente onde estão inseridos. Entendemos que a escola ao realizar estas ações com a comunidade através do Programa Despertar, consegue consolidar relações que faz da prática pedagógica uma experiência que vai além das ações do interior da escola, configurando-se também como uma prática social.

Essa percepção se constatou a partir das respostas ao questionário aplicado à comunidade. No que se refere à aquisição do conhecimento sobre meio ambiente ou educação ambiental e os meios pelos quais a informação foi adquirida, os entrevistados responderam que: os conhecimentos sobre meio ambiente, principalmente através da escola onde os filhos estudam, mas também televisão, livros, outros: “[...] Sim, através da escola onde minha filha estuda, pelo Projeto Despertar e também pelos meios de comunicação” (rádio e TV ).

A segunda pergunta questiona sobre os principais problemas ambientais enfrentados na comunidade e as ações realizadas pela prefeitura ou secretarias para resolução dos problemas. Os pais destacaram como sendo:

Poluição, queimadas, desmatamento, uso exagerado de agrotóxicos, excesso de lixo, ausência da coleta de lixo, poluição dos rios, falta de saneamento básico. A maioria dos moradores disse que não houve ação para resolução dos problemas, exceto o Centro de Endemias que realizou uma ação de combate ao lixo.

Na terceira pergunta, ao questionarmos a participação dos pais em ações de educação ambiental e qual a instituição promotora realizou ações para resolver os problemas da comunidade, apenas uma respondeu que não participou, porém afirma que aconteceram várias ações na comunidade, realizadas pela escola como visita a estação de tratamento da água e outra ação realizada com a associação para recolhimento dos frascos de agrotóxicos. Os demais afirmam ter participado de ações como: Palestras sobre preservação das nascentes e sobre o desmatamento, organizadas pela professora. Plantio de árvores, que a levou a cuidar do quintal da sua casa e economizar água. Coleta de lixo nas margens do rio e das ruas, quem promoveu foi a escola.

A questão 3 foi elaborada na tentativa de perceber se outras instituições realizam ações voltadas para educação ambiental na comunidade, percebe-se que pelas respostas dos pais, predominaram as ações realizadas pela escola. Uma das indicações do programa referenciada nos documentos analisados se refere à mobilização das instituições públicas para a realização das ações, entendendo que alguns problemas vivenciados na comunidade como, falta de água, coleta de lixo ou resíduos, saneamento básico são ações que carecem de políticas públicas institucionais. Cabe neste aspecto reforçar a ideia de que as ações pedagógicas nas escolas oferecem conhecimentos científicos que visam à formação dos sujeitos para o exercício da cidadania, que requer um entendimento dos problemas e uma preparação para sua resolução. Entretanto, os problemas serão resolvidos na sua totalidade, quando houver um envolvimento e ação dos governantes e entidades responsáveis por elaborar políticas públicas voltadas para atender as especificidades da comunidade. A abordagem sobre as práticas sociais podem ser reforçadas nessa análise.

Constata-se que os sujeitos que receberam as orientações individuais ou coletivas sobre as questões ambientais, se apropriaram e se esforçam para mudar atitudes e comportamentos, com isso, tendem a buscar a garantia de que no plano social essas práticas devem ter continuidade, levando assim os grupos a forçar o poder público e outras instituições a resolver os problemas e realizar ações como água encanada, esgotos dentre outros serviços, esse tipo de ação segundo Rodrigues (1998), progride da iniciativa individual para uma ação coletiva, o que compreende uma ação social.

A quarta pergunta tem a intenção de identificar as ações realizadas pela escola com a participação dos pais. Foram analisadas aqui apenas as respostas diferentes das mencionadas na questão anterior. A escola realiza com a participação da comunidade, plantio de hortas, mutirão para limpeza da escola, oficinas de reaproveitamento de garrafas pet e outros resíduos, passeios ecológicos com visitas às comunidades.

Quanto ao conhecimento sobre o Programa Despertar e as melhorias na comunidade a partir das ações realizadas com o programa, afirmaram que:

- É um serviço de aprendizagem rural, onde os alunos aprendem a cuidar do meio ambiente em que vivem, cuidar da natureza, dos animais, lidar com a plantação, cuidar do rio. Afirma ter participado por duas vezes de uma atividade de limpeza no rio que abastece o município e cidades vizinhas, realizada pela escola.
- É um projeto voltado para a educação e proteção ambiental com a finalidade de orientar alunos e comunidade. Participei de uma ação que visava conscientizar a comunidade sobre a importância do meio ambiente realizada pelos alunos e professores.

- É um programa que nos ensina a ter mais conhecimentos sobre o meio ambiente. Participei de um mutirão para o plantio de árvores. Os alunos aprenderam a respeitar a natureza.
- O Programa Despertar é um meio que ajuda como cuidar do meio ambiente, não jogando lixo no chão, nos rios, lagos, não poluir o ar, não desmatar. Participei do plantio de árvores e hortaliças. Tudo isso ajuda no aprendizado dos alunos.

Com relação ao conhecimento sobre o Programa Despertar pela comunidade, percebemos na primeira resposta que o significado da instituição SENAR se confunde com o entendimento do Programa despertar por conta dos demais programas e cursos da (FPR), oferecidos às comunidades rurais, sendo o SENAR a mesma instituição que oferece a Programa Despertar. No entanto, segundo os relatos descritos, existe uma mobilização da comunidade para conhecer sobre o programa e seus objetivos.

Percebe-se pelas descrições realizadas que a escola consegue envolver a comunidade nas ações pedagógicas, onde os mesmos recebem orientações sobre as questões ambientais, conhecem e refletem sobre os principais problemas enfrentados na comunidade. Reportando às abordagens teóricas, encontramos em Dias (2004), uma definição sobre educação ambiental que afirma ser um processo permanente no qual os indivíduos e a comunidade tomam consciência do seu meio ambiente e adquirem conhecimentos, valores, habilidades, experiências e determinação que os tornem aptos a agir e resolver problemas ambientais, presentes e futuros. Ainda segundo o mesmo autor o enfoque orientado para a resolução dos problemas ambientais concretos na comunidade possui as seguintes características: Enfoque interdisciplinar, participação da comunidade, caráter permanente, orientado para o futuro.

## **10 Observação da prática pedagógica do professor**

Na tentativa de conhecer na prática como ocorre a realização das atividades em educação ambiental, foram realizadas observações da efetivação de intervenções pedagógicas conduzidas pelos educadores ambientais nas escolas vinculadas ao Programa. Este momento permitiu o confronto entre a fala dos educadores nas respostas ao questionário com a prática pedagógica realizada na escola. Através da observação foi possível analisar a postura do educador ambiental e a relação entre o discurso e a prática, percebendo como as apropriações discursivas dos momentos de formação são conduzidos na prática do professor, influenciando de certo modo uma compreensão das questões ambientais com os que estão envolvidos no processo educativo, neste caso, os alunos. Por

três momentos foram realizadas observações nas escolas, das práticas realizadas pelos professores sendo estas: trabalho de grupo, oficinas de reaproveitamento, visita à barragem que abastece o município de Poções e cidades vizinhas, assim como visita ao local onde funcionava a mina de amianto.

Outro momento relevante para análise foi uma atividade que a escola organizou, que se constitui uma ação extra-classe, proposta pedagógica do Programa Despertar intitulada como “Dia de campo” a atividade seria uma visita ao local onde foi instalada uma empresa de extração do minério conhecida como mina de São Félix de amianto. Segundo o mediador da atividade, a empresa X se instalou no município na década de 1930, sendo fechada na década de 1960, sendo degradados 700 hectares. Segundo informações do mediador, não houve nesse período preocupação com as condições de vida dos trabalhadores e habitantes que moravam nas proximidades e nenhuma medida foi tomada no sentido de reduzir os prejuízos causados pela mineração e evitar a contaminação da água.

Vale ressaltar que no período que compreende a instalação da mineradora bem como do encerramento não existia a Resolução 237 do CONAMA, Lei 237, de 19 de dezembro de 1997, que dispõe sobre o Licenciamento Ambiental, nem estudos sobre os perigos ou riscos do Amianto. Para efetivação desta resolução são adotadas as seguintes definições no Artigo 1º:

I – Licenciamento Ambiental: procedimento administrativo pelo qual o órgão ambiental competente licencia a localização, instalação, ampliação e a operação de empreendimentos e atividades utilizadoras de recursos ambientais, consideradas efetiva ou potencialmente poluidoras ou daquelas que, sob qualquer forma, possam causar degradação ambiental, considerando as disposições legais e regulamentares e as normas técnicas aplicáveis ao caso.

II – Licença Ambiental: ato administrativo pelo qual o órgão ambiental competente, estabelece as condições, restrições e medidas de controle ambiental que deverão ser obedecidas pelo empreendedor, pessoa física ou jurídica, para localizar, instalar, ampliar e operar empreendimentos ou atividades utilizadoras dos recursos ambientais consideradas efetiva ou potencialmente poluidoras ou aquelas que, sob qualquer forma, possam causar degradação ambiental.

III – Estudos Ambientais: são todos e quaisquer estudos relativos aos aspectos ambientais relacionados à localização, instalação, operação e ampliação de uma atividade ou empreendimento, apresentado como subsídio para a análise da licença requerida, tais como: relatório ambiental, plano e projeto de controle ambiental, relatório ambiental preliminar, diagnóstico ambiental, plano de manejo, plano de recuperação de área degradada e análise preliminar de risco.

IV – Impacto Ambiental Regional: é todo e qualquer impacto ambiental que afete diretamente (área de influência direta do projeto), no todo ou em parte, o território de dois ou mais Estados (BRASIL, 1997, p. 01).

O asbesto ou amianto é uma fibra mineral natural extraída das rochas, amplamente utilizada na indústria, principalmente na fabricação de telhas, caixas d'água, guarnições de freios, dentre outros. Participaram da atividade alunos, professores, coordenadores e pais de alunos e o mediador um morador do município, convidado pela escola, por conhecer os fatos e os problemas que seriam abordados durante a atividade. As principais temáticas abordadas foram: Fatos Históricos (Instalação da empresa X na região; Problemas de saúde dos trabalhadores (asbestose, mesotelioma, placas pleurais); Negligência da empresa X quanto às condições de trabalho dos operários; reflexão sobre os impactos causados ao meio ambiente.

No primeiro momento os alunos do Ensino Fundamental II, 6º ao 9º ano do Pólo Educacional Abílio Santos ouviram uma palestra sobre o contexto histórico da implantação da mineradora no município, as explicações mais teóricas em torno das temáticas mencionadas. As imagens a seguir mostram esses momentos.

**Figura 9 - Alunos em atividade dia de campo**



Fonte: Joselita Almeida (2013)

Durante a realização da atividade, existia uma preocupação dos professores com relação ao comportamento dos alunos, fato que despertou minha atenção, pareciam bem disciplinados por se tratar de uma atividade, com turmas de séries e idade diferenciadas, que atentamente ouviam a palestra sempre fazendo perguntas ao mediador. Outro aspecto importante foi quanto à forma de se relacionar no espaço natural, tanto alunos como



professores cuidadosos com os resíduos que eram produzidos durante o percurso, para não jogá-los na natureza.

No segundo momento uma visita ao local onde funcionava a mineradora que extraía o amianto, os alunos tiveram a oportunidade de conhecer e refletir sobre os principais impactos causados pela empresa no município, sendo alertados de que quando uma empresa se instala em determinado espaço, a população precisa estar atenta aos danos ambientais que possivelmente irá ocasionar. Os alunos demonstraram tristeza e espanto quando descobriram tamanha destruição. Até o momento nenhuma ação para restauração das áreas degradadas foi realizada. Vejamos através das imagens a degradação ambiental causada neste local:

**Figura 10 - Impactos ambientais - Mina do Amianto de São Félix**



Fonte: Joselita Almeida (2013)

A atividade Dia de Campo, assim como é conhecida no Programa Despertar, contempla as finalidades da Educação Ambiental no sentido de promover a compreensão da existência e da importância da interdependência econômica, social política e ecológica,



Dias (2004). Percebemos nessa atividade a influência dos processos de formação do professor sobre a interdisciplinaridade e contextualização, pois temas como degradação ambiental, economia, política, ética, dentre outros foram suscitados durante a realização da ação. Reafirmamos o que apresentamos no referencial teórico que a prática da educação ambiental na escola seria o meio mais indicado para resgatar os valores, as atitudes de respeito e solidariedade à vida, às pessoas, à diversidade cultural e biológica. Os problemas ambientais vivenciados na comunidade, nos diferentes contextos propiciam aos alunos a condição de refletir os problemas do presente com vistas a buscar soluções para os problemas futuros. Desse modo sobre este pensamento retomamos a afirmação de Loureiro (2008, p. 18-19)

Toda a concepção de educação ambiental que tem por princípio que a dinâmica 'natural' está descolada da social e que há uma 'natureza' idealmente perfeita, fora do movimento da vida (que deve ser ensinada por aqueles que a compreenderam e copiada pelos demais), nega a vinculação educação-cidadania-participação e desconsidera a sustentabilidade como uma construção permanente e decorrente das mediações (sociais e ecológicas) que nos constituem. Em processos educativos participativos não há uma única educação Ambiental, mas relações possíveis em determinados contextos, ou seja, territórios organizados culturalmente com uma história social a ser conhecida (no que tange ao passado) e transformada (no presente para criar-se o futuro).

Segundo Dias (2004), não se pode compreender uma questão ambiental sem levar em conta as dimensões políticas, econômicas e sociais, se analisarmos as questões ambientais apenas do ponto de vista ecológico, estaremos praticando um reducionismo perigoso, onde não aparecem as mazelas sociais como, concentração de renda, injustiça social, desemprego, dentre outras. Ao refletir sobre a negligência da empresa X quando da instalação da mineradora, são notáveis que todas estas questões são evidentes, daí a importância dessa atividade para se repensar o modelo de desenvolvimento econômico que visa a exploração dos recursos da natureza e do próprio homem.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR/BA) assumiu o compromisso com as questões sociais, com a missão de desenvolver ações da promoção social (PS), com o Programa Despertar, um programa que vem contribuindo para a inserção da educação ambiental nas escolas do campo em parceria com as prefeituras em 52 municípios baianos. A instituição vem contribuindo com a formação de professores ajudando a ampliar os conhecimentos em torno das questões ambientais e principalmente no desenvolvimento de propostas pedagógicas através da pedagogia por projetos com respaldo nos PCNs, voltados para os temas transversais Meio Ambiente, Ética, Cidadania, Saúde e Trabalho e consumo, dentre outros.

Ao realizar ações voltadas para a educação ambiental nas escolas do campo, o SENAR contribui com a formação de crianças, jovens e adolescentes, bem como pais e comunidade, ampliando a informação dos mesmos, permitindo conhecer, refletir e buscar soluções sustentáveis para os problemas ambientais vivenciados na comunidade de forma solidária e coletiva, visando uma mudança de comportamento tanto na vida pessoal como profissional, na promoção de uma possível transformação da comunidade.

O presente trabalho de dissertação teve papel fundamental na tentativa de compreender como o discurso sobre as questões ambientais emergiu no campo educacional. A origem do debate teve início a partir do século XX, quando os graves problemas ambientais começam a surgir ocasionados após o crescente desenvolvimento econômico e uso desenfreado dos recursos naturais. Problemas como o uso de agrotóxicos, queimadas, desmatamento dentre outros, inquietaram pessoas, nos mais distintos lugares, que dispostos a refletir sobre os problemas ambientais, organizaram movimentos sociais, ONGs que posteriormente ocasionou a emergência e uma discussão que envolvesse governos, empresas e outras instituições através das conferências internacionais. No Brasil a exigência por Leis que abordassem a questão ambiental também se tornou realidade. Assim, foram criadas Leis, Decretos, Instituições, diretrizes e programas a fim de acelerar o debate sobre meio ambiente, na educação informal e formal.

Outro aspecto bem interessante abordado neste trabalho se refere à influência da cultura, no desenvolvimento das práticas pedagógicas, entendendo como Geertz (2008), que a cultura precisa ser interpretada, pois o comportamento das pessoas está relacionado às experiências vivenciadas na cultura que participa, o que influencia o seu modo de ser, pensar e agir, ou seja, no comportamento humano, como uma teia traçada pelo próprio homem. Ao pensar em elaborar as práticas pedagógicas na escola o educador será influenciado pelos saberes já adquiridos na sua relação com o grupo em que participa, porém ao se relacionar em sociedade tende a adquirir novos hábitos que vão moldar o seu convívio em sociedade, as práticas sociais. A prática educativa quando bem elaborada, seria então o mecanismo pelo qual o indivíduo teria a condição de se apropriar de novos saberes que o propicie a adquirir novos hábitos e comportamentos, permitindo a transformação do sujeito e sua relação com a natureza.

Diante da realidade atual em torno das questões ambientais é necessário estabelecer novas formas de conduta nas pessoas e na sociedade. Segundo Dias (2004) trata-se de uma questão de responsabilidade individual e coletiva. Ao final do dia, ao deitarmos, devemos ter feito alguma coisa em prol da melhoria e manutenção da qualidade ambiental.

Diante o exposto, o presente trabalho de dissertação tem uma contribuição que consideramos relevante no sentido de estarmos analisando um programa de educação ambiental que parece ainda ser um exemplo diferenciado em termos de práticas pedagógicas na educação ambiental. Sabemos de todo o histórico do debate que introduziu a educação ambiental nas preocupações pedagógicas contemporâneas e mais ainda da institucionalização dos discursos ambientalistas mediante orientações e legislações na educação para que as escolas e os sistemas educacionais em geral possam rever suas práticas. No entanto, o Programa Despertar tem se tornado um modelo formativo, não somente por incentivar ou sensibilizar as escolas e os educadores para que possam ter uma visão da educação que contemple as preocupações ambientais, mas também por se aventurar a construir práticas pedagógicas numa sociedade que ainda apresenta dificuldades em inserir em seu cotidiano a reflexão ambiental.

A vida cotidiana é a objetivação dos valores e conhecimentos do sujeito dentro de uma circunstância. É através dela que se faz concreta a prática pedagógica, no caso do professor. É tentar descobrir como ele vive e percebe as regras do jogo escolar, que idéias vivencia na sua prática e verbaliza no seu discurso e que relações com os alunos e com a sociedade em que vive (CUNHA, 2001, p. 35).

O Programa Despertar está fazendo isso junto com as escolas, ao mobilizar as escolas rurais a começarem a introduzir um trabalho ativo de mudança da realidade a partir de sua própria ação como educador e como sujeito na sociedade.

Além disso, este trabalho tem mostrado que a realização de um programa de educação ambiental se faz na intermediação entre as questões ambientais e educacionais, ou seja, a construção de uma prática de educação ambiental envolve a apropriação de uma metodologia específica no campo educacional, tal como podemos visualizar com a intenção no Programa Despertar de mobilizar os conceitos e pressupostos da discussão sobre o meio ambiente com a Pedagogia de Projetos. Esta opção só tem sentido no Programa Despertar se a pedagogia de projetos é vista como uma metodologia que possa se articular com uma perspectiva interdisciplinar pela qual serão intermediados os temas sobre o meio ambiente que resultem em práticas efetivas de mudança nas atitudes dos sujeitos. Como parte importante da nossa análise, mostramos a aproximação destas concepções que envolvem a relação entre as ciências ambientais e as ciências educacionais.

Vale dizer que algumas significações encontradas nas percepções dos educadores ambientais já sinalizam para a indicação da influência formativa do programa na forma de pensar e falar destes sujeitos. Ao realizar a observação das práticas pedagógicas desenvolvidas pelos educadores nas escolas, percebemos que houve uma mudança significativa quanto às percepções sobre as questões ambientais e no desenvolvimento das ações em educação ambiental.

Convém afirmar com base no que observamos e descrevemos nos relatos dos professores, alunos e comunidade que após a implantação do Programa Despertar, as práticas pedagógicas realizadas na escola em educação ambiental, contribuíram para a realização de atividades contextualizadas na comunidade, através de atividades significativas como, passeios ecológicos, limpeza do rio, plantio de árvores, plantio de hortas, cuidados com a água, atividades que despertaram a comunidade para uma mudança na sua forma de relacionar com o meio ambiente, o seu convívio na comunidade e uma mudança pessoal que visa transformação social.

No nosso entender a apropriação do discurso sobre educação ambiental modificou a forma de conduzir as propostas pedagógicas sobre os saberes ambientais, tornando a aprendizagem significativa, voltadas para a realidade vivenciadas na comunidade. O domínio da educação ambiental no campo educacional sinaliza a reivindicação pelos

envolvidos no processo educativo por um uso adequado dos recursos naturais e a defesa do meio ambiente. Percebe-se ainda uma busca por uma consciência crítica com relação ao uso que se faz dos recursos naturais de forma racional, que nos parece indicar uma busca por traçar um novo caminho que leve os indivíduos a uma relação harmoniosa com a natureza, embora conforme já mencionamos anteriormente, não se constitui uma tarefa fácil.

Embora a abordagem sobre educação ambiental não se restrinja ao Programa Despertar, concluímos que a forma de como o programa orienta essas práticas pedagógicas de modo significativo facilitou a compreensão e aquisição de novos saberes necessários para efetivar a proposta nas escolas do campo. Reiterando nossas afirmações anteriores, as legislações, decretos, resoluções, dentre outros documentos, sem uma compreensão quanto aos seus objetivos, não tem contribuído de modo significativo para efetivar as práticas pedagógica em educação ambiental na educação básica.

As análises realizadas sobre “os significados pedagógicos da educação ambiental no contexto do Programa Despertar”, teve como pretensão analisar como as práticas de educação ambiental tem se desenvolvido nas escolas que atuam com o Programa Despertar, não apenas para ratificar sua supremacia, mas contribuir para a ampliação dos conhecimentos quanto às possibilidades de uma efetivação desses discursos e o desenvolvimento das práticas pedagógicas no ambiente educativo, fato que parece ainda distante de tornar efetiva no currículo e no cotidiano escolar e na sociedade.

Desse modo, reiteramos a necessidade de uma nova atitude de respeito, solidariedade, ética, e, sobretudo um possível convívio harmônico entre o homem e a natureza, reafirmando o pensamento de Leonardo Boff (2001, p. 9), “e, ao final, teremos descoberto mil razões para viver mais e melhor, todos juntos, como uma grande família, na mesma Aldeia Comum, generosa e bela, o planeta Terra”.

## REFERÊNCIAS

AIRES, J. A. Integração curricular e interdisciplinaridade: sinônimos? **Educ. Real**. Porto Alegre, v. 36, n.1, p. 215-230, jan./abr. 2011.

BAHIA. **Lei 12056/11**. Política Estadual de Educação Ambiental. Salvador/Bahia: Governo do Estado da Bahia; Secretaria do meio Ambiente, 2012.

\_\_\_\_\_. Secretaria do Meio Ambiente. **Programa de educação ambiental do Estado da Bahia**: PEABA. Salvador: EGBA, 2013. 168 p. Il.

BATISTA, A. B. Reflexões sobre o conceito antropológico de cultura. **Revista Saber Eletrônico**, ano 1, v. 1, nov./jun. 2010. ISSN 2176-5588 102.

BATISTA, J. É. A. **Educação ambiental nas escolas do campo do município de Poções, Sudoeste da Bahia**. 2012. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional e Urbano) - UNIFACS, Laureate Internacional Universities, Salvador, 2012.

BELLONI, I. **Metodologia de avaliação em políticas públicas**: uma experiência em educação profissional. São Paulo: Cortez, 2000. v. 75.

BOFF, L. **Casamento entre o céu e a terra**: contos dos povos indígenas do Brasil. Rio de Janeiro: Salamandra, 2001.

BRASIL. **Lei 6.938**, de 31/08/1981, dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente. 1981.

\_\_\_\_\_. **Leis nos 9.131**, de 24 de novembro de 1995.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 9.394**, de 20 de dezembro de 1996, dispões sobre as Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB).

\_\_\_\_\_. CONAMA. **Resolução de nº 237**, de 19 de dezembro de 1997, dispõe sobre o Licenciamento Ambiental. Disponível em:  
<[http://www.cati.sp.gov.br/Cati/\\_servicos/dcaa/legislacao\\_ambiental](http://www.cati.sp.gov.br/Cati/_servicos/dcaa/legislacao_ambiental)>. Acesso em: mar. 2014.

\_\_\_\_\_. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais**: apresentações dos temas transversais 3º e 4º ciclos do ensino fundamental. Brasília: MEC/SEF, 1998.

\_\_\_\_\_. **Constituição da República Federativa do Brasil**: texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, alterações emendas Constitucionais nº 1/92 a 40/3003 e pelas emendas Constitucionais de Revisão nº 1 a 6/94. Brasília; Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 2003.

\_\_\_\_\_. Serviço Nacional de Aprendizagem Rural. **Atividades da promoção social**. Coordenação Carla Barroso da Costa. 3. ed. atual. Brasília: SENAR, 2005.

\_\_\_\_\_. **Lei Federal 11.274** de 06 de fevereiro de 2006.

\_\_\_\_\_. SECAD/MEC. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade **Educação Ambiental: aprendizes de sustentabilidade**. Brasília, DF: SECAD/MEC, mar. 2007.

\_\_\_\_\_. **lei no 9.394**, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. 5. ed. Brasília: Câmara dos Deputados; Coordenação Edições Câmara, 2010.

\_\_\_\_\_. MEC/CNE/ CEP. **Resolução nº 1**, Estabelece Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos; publicado no DOU de 30 de maio de 2012. Disponível em: <<http://arquivo.campanhaeducacao.org.br/semana>>. Acesso em: nov. 2012a.

\_\_\_\_\_. MEC/CNE/CEP. **Resolução nº 2**, estabelece Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Ambiental; publicado no DOU de 15 de junho de 2012. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/index>>. Acesso em: nov. 2012b.

CARSON, R. **Primavera silenciosa**. Tradução Raul de Polillo. 2. ed. São Paulo. Melhoramentos, 1969.

CARVALHO, I. C. de M. **Em direção ao mundo da vida: interdisciplinaridade e educação ambiental**. Conceitos para se fazer educação ambiental. Brasília: Instituto de Pesquisas Ecológicas, 1998. 101f.nil. (Cadernos de Educação Ambiental, 2).

CESTARI, L. A. S. Individualidade e formação humana: argumentos em favor da educação como um campo próprio de saber. **Educação**, Porto Alegre, v. 35, n. 2, p. 217-224, maio/ago. 2012.

CHARLOT, B. **Da relação com o saber: elementos para uma teoria**. Tradução Bruno Magne. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 2000.

CUNHA, M. I. da. **O bom professor e sua prática**. 12. ed. Campinas, São Paulo: Papirus, 2001.

DECLARAÇÃO DE ESTOLCOMO. **Declaração sobre meio ambiente humano**. Estocolmo, jun. 1972. Disponível em: <<http://www.educacaoambiental.pro.br/victor/unidades/Declara AmbienteHumano>>. Acesso em: 14 maio 2012.

DEMO, P. **A nova LDB: ranços e avanços**. 7. ed. São Paulo: Papirus, 1997.

DIAS, G. F. Os quinze anos da educação ambiental no Brasil: um depoimento. **Em Aberto**, Brasília, v. 10, n. 49, jan./mar. 1991.

DIAS, G. F. **Educação ambiental: princípios e práticas**. 9. ed. São Paulo: Gaia, 2004.

- FERNANDES, C. M. Pedagogia de projetos: um repensar na prática pedagógica docente por meio dos projetos de trabalho na escola. **Diálogos Educ. R**, Campo Grande, MS, v. 2, n. 1, p. 43-50, maio 2011.
- FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. 25. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.
- GADOTTI, M. **Qualidade na educação**: uma nova abordagem. São Paulo: Livraria Instituto Paulo Freire, 2010. (Série Cadernos de Formação).
- GANDIN, D. **Escola e transformação social**. 5. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.
- GEERTZ, C. **A interpretação das culturas**. Tradução The interpretation of cultores. Rio de Janeiro: LTC, 2008.
- GERHARD, A. C.; ROCHA FILHO, J. B. da. A fragmentação dos saberes na educação científica escolar na percepção de professores de uma escola de ensino médio. **Investigações em Ensino de Ciências**, v. 17, n. 1, p. 125-145, 2012.
- GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2008.
- GOMES, A. M. de A.; ALBUQUERQUE, C. M. de; CATRIB, A. M. F.; SILVA, R. M. da; NATIONS, M. K.; ALBUQUERQUE, M. F. de. Os saberes e o fazer pedagógico: uma integração entre teoria e prática. **Educar**, Curitiba: UFPR, n. 28, p. 231-246, 2006.
- GUATTARI, F. **As três ecologias**. Tradução Maria Cristina F. Bittencourt. 11. ed. Campinas, SP: Papirus, 1990.
- HERNÁNDEZ, F. **Transgressão e mudança na educação**: os projetos de trabalho. ArtMed, 1998.
- JACOBI, P. Movimento ambientalista no Brasil. Representação social e complexidade da articulação de práticas coletivas. In: RIBEIRO, W. (Org.). **Publicado em patrimônio ambiental**. EDUSP, 2003.
- LARAIA, R. de B. **Cultura**: um conceito antropológico. 14. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.
- LOUREIRO, C. F. B. Educação ambiental no Brasil. **Um salto para o futuro**. Boletim 01, ano XVIII, mar. 2008.
- LÜDKE, M.; ANDRÉ, M. E. D. A. **Pesquisa em educação**: abordagens qualitativas. São Paulo: EPU, 1986.
- MARCONI, M. de A.; LAKATOS, E. M. **Técnicas de pesquisa**: planejamento e execução de pesquisas, elaboração, análise e interpretação de dados. 4. ed. São Paulo: Atlas, 1999.
- MINAYO, M. C. de S. Interdisciplinaridade: funcionalidade ou utopia? **Saúde e Sociedade**, v. 3, n. 2, p. 42-64, 1994.



MORAES, M. C. **O paradigma educacional emergente**. 10. ed. São Paulo: Papirus, 1997.

MOREIRA, D. A. **O método fenomenológico na pesquisa**. São Paulo: Pioneira Thomson, 2002.

MORIN, E. **Repensar a reforma, reformar o pensamento**. 8. ed. Tradução Eloá Jacobina. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

OLIVEIRA, E. S.; GONZAGA, A. M.; OLIVEIRA, E. S. de. A pedagogia de projetos como processo de aprendizagem de conceitos para a educação científica de docentes e discentes. In: ENCONTRO NACIONAL DE DIDÁTICA E PRÁTICAS DE ENSINO; 2012. **Livro 3**. UNICAMP. Campinas. Junqueira & Marin, 2012.

PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação. Superintendência de Educação. Departamento da Diversidade. Coordenação de Desafios Educacionais Contemporâneos. Cadernos Temáticos da Diversidade. **Educação Ambiental**. Curitiba, PR: SEED, 2008. 112 p.

PENIN, S. T. de S. **A aula, espaço de conhecimento lugar de cultura**. 4. ed. Campinas. Papirus, 1994.

PRADO, M. **Pedagogia de projetos**. Programa Salto para o Futuro, set. 2003. (Série “Pedagogia de Projetos e Integração de Mídias”, Boletim 2003). Disponível em: <<http://www.tvebrasil.com.br/salto>>. Acesso em: ago. 2004.

RODRIGUES, N. **Da mistificação da escola à escola necessária**. 8. ed. São Paulo: Cortez, 1998.

SAMPAIO, A. A. S.; ANDERY, M. A. P. A. Comportamento social, produção agregada e prática cultural: uma análise comportamental de fenômenos sociais. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, v. 26, n. 1, p. 183-192, jan./mar. 2010.

SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM RURAL (SENAR). **Despertar um referencial em construção**. Programa despertar. Bahia: SENAR, 2009a.

SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM RURAL (SENAR). **Manual conhecendo o programa despertar**. Bahia: SENAR, 2009b.

SETTON, M. da G. J. A teoria do habitus em Pierre Bourdieu: uma leitura contemporânea. **Revista Brasileira de Educação**, n. 20, maio/jun./jul./ago. 2002.

SILVA, E. L. da; MENEZES, E. M. **Metodologia da pesquisa e elaboração de dissertação**. 3. ed. rev. atual. Florianópolis: Laboratório de ensino a distância da UFSC, 2001. 121p.

SILVA, M. A. de S. A utilização do conceito de *habitus* em Pierre Bourdieu para a compreensão da formação docente. **Revista Extra-Classe**. v. 2, n. 1, ago. 2008.

SILVA, P. P. de L. e; GUERRA, A. J. T.; MOUSINHO, P.; BUENO, C.; ALMEIDA, F. G. de; MALHEIROS, T.; SOUZA JR, Á. B. de. **Dicionário brasileiro de ciências ambientais**. Rio de Janeiro: Thex, 1999.

TEROSSI, M. J. Pedagogia de projetos: uma alternativa viável para a educação Ambiental? **Educação: Teoria e Prática**, v. 21, n. 37, jul./set. 2011.

THIESEN, J. da S. A interdisciplinaridade como um movimento de articulação no processo ensino-aprendizagem. **PerCursos**, Florianópolis, v. 8, n. 1, p. 87-102, jan./jun. 2007.

THOMPSON, J. B. **Ideologia e cultura moderna**. 8. ed. Petrópolis: Vozes, 2009.

VASCONCELOS, E. C. A. **Educação ambiental**: aspectos legais. Disponível em: <[http://www.aptasig.com.br/artigos/Artigo\\_02.pdf](http://www.aptasig.com.br/artigos/Artigo_02.pdf)>. Acesso em: 25 fev. 2011.

VIEIRA, J. de A. Aprendizagem por projetos na educação superior: posições, tendências e possibilidades. **Educação Cultura, Linguagem e Arte**, Travessias. 1982. Disponível em: <[revista.unioeste.br/index.php/travessias/article/download/3115/2453](http://revista.unioeste.br/index.php/travessias/article/download/3115/2453)>. Acesso em: 25 fev. 2011.

WACQUANT, L. Esclarecer o *habitus*. **Educação & Linguagem**; ano 10, n. 16, p. 63-71, jul./dez. 2007.

ZIMRING, F. **Carl Rogers**. Tradução e Organização Marcos Antônio Lorieri. Recife: MEC; Fundação Joaquim Nabuco; Massangana; FNDE, 2010.

## **APÊNDICES**

## APÊNDICE A - Questionário de avaliação dos encontros de formação



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO SUDOESTE DA BAHIA – UESB**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS AMBIENTAIS – PPGCA**  
**Mestrado**

### Termo de Permissão

Eu, \_\_\_\_\_, permito que as informações prestadas por mim, sejam utilizadas para fins estritamente acadêmicos, a fim de atender ao desenvolvimento de uma pesquisa do Mestrado da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia UESB.

### Questionário de Avaliação dos encontros de Formação

**1 - Conhecimentos sobre elaboração de projetos antes de participar da formação.**

---

---

---

---

---

**2 - Visão anterior sobre Meio ambiente, o que mudou após as informações recebidas no processo de formação.**

---

---

---

---

3 - Entendimento do educador quanto aos objetivos do programa Despertar.

---

---

---

---

---

---

4 - Contribuições do programa na formação do educador ambiental. O que acrescentou à sua formação quanto aos conhecimentos sobre meio ambiente e elaboração de projetos em educação ambiental.

---

---

---

---

---

---

Assinatura: \_\_\_\_\_

## APÊNDICE B - Roteiro de observação



### UNIVERSIDADE ESTADUAL DO SUDOESTE DA BAHIA – UESB PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS AMBIENTAIS – PPGCA

#### Roteiro de Observação

#### Termo de Permissão

Eu, \_\_\_\_\_, diretor (a) da escola  
\_\_\_\_\_ permito que  
a pesquisadora Joselita Pereira de Almeida Borges realize observação das aulas do  
Programa Despertar e que as informações obtidas sejam utilizadas para fins estritamente  
acadêmicos, a fim de atender ao desenvolvimento de uma pesquisa do Mestrado da  
Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia UESB.

Professor (a) \_\_\_\_\_

Série que leciona: \_\_\_\_\_

Formação: \_\_\_\_\_

Quanto tempo atua no Programa Despertar? \_\_\_\_\_

1 - Identificação das temáticas abordadas na aula

---

---

2 - Perceber se as temáticas abordadas seguem a proposta do tema do programa e dos  
projetos elaborados nos momentos de formação.

---

---

3 - Relação do discurso do professor à sua prática docente.

---

---

---

---

4 - Percepção da apropriação dos saberes ambientais pelo professor

---

---

---

---

---

5 - Incorporação das ideias ambientais pelos alunos.

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

Assinatura do professor: \_\_\_\_\_

## APÊNDICE C - Questionário para docentes das Escolas do Campo



### UNIVERSIDADE ESTADUAL DO SUDOESTE DA BAHIA – UESB PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS AMBIENTAIS – PPGCA Mestrado

#### Termo de Permissão

Eu, \_\_\_\_\_, permito que as informações prestadas por mim, ao responder a este questionário, sejam utilizadas para fins estritamente acadêmicos, a fim de atender ao desenvolvimento de uma pesquisa do Mestrado da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia UESB.

#### Questionário para docentes das Escolas do Campo.

1) Quais são os problemas ambientais mais graves enfrentados pela escola e comunidade?

---

---

---

---

2) Relate uma ou mais experiências pedagógicas realizadas na escola em Educação Ambiental que modificaram sua prática pedagógica.

---

---

---

---

---



3) O que é a pedagogia por projeto e como você compreende a sua implementação na prática docente? Exemplifique como você elabora e executa essa metodologia de ensino.

---

---

---

---

---

4) Expresse a sua compreensão com relação aos objetivos do Programa Despertar.

---

---

---

---

---

---

5) As temáticas abordadas sobre Meio Ambiente nos encontros de formação, mudaram sua forma de defender as questões ambientais? Como você consegue perceber a apropriação desses conhecimentos?

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

6) Na sua opinião os discursos difundidos nas ciências ambientais, contribuem para uma mudança social e cultural? Você se vê como parte dessa mudança?

---

---

7) Quais são as práticas ambientais desenvolvidas por você na sua prática pedagógica e no seu cotidiano?

---

---

---

---

8) Essas práticas levaram você a introduzir novas atitudes em sala de aula e no seu cotidiano? Quais?

---

---

---

---

---

9) Após a implantação de Práticas de Educação Ambiental nas escolas do campo, quais os hábitos e comportamentos que mudaram em seus alunos?

---

---

---

---

---

10) Destaque a importância do Programa Despertar na escola e as contribuições do mesmo para o desenvolvimento de ações em Educação Ambiental na escola.

---

---

---

---

---

Assinatura: \_\_\_\_\_

**APÊNDICE D - Questionário para alunos do 4º e 5º ano do Ensino Fundamental das Escolas do Campo**



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO SUDOESTE DA BAHIA – UESB  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS AMBIENTAIS – PPGCA**

**MESTRADO**

**Questionário para alunos do 4º e 5º ano do Ensino Fundamental das Escolas do Campo.**

1) O que você entende por meio ambiente? Como é sua relação com o meio ambiente?

---

---

---

2) Quais são os temas discutidos na escola em Educação Ambiental?

---

---

3) Quais as ações de Educação Ambiental que você já praticou na escola?

---

---

---

4) Destaque quais as atitudes e comportamentos que você mudou no seu dia a dia após trabalhar com a Educação Ambiental na escola?

---

---

5) Essas mudanças de atitudes se repercutem na sua casa e na sociedade?

---

---

6) Fale sobre o Programa Despertar e sua finalidade.

---

---

---

## APÊNDICE E - Questionário para moradores das comunidades



### UNIVERSIDADE ESTADUAL DO SUDOESTE DA BAHIA – UESB PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS AMBIENTAIS – PPGCA

#### MESTRADO

##### Termo de Permissão

Eu, \_\_\_\_\_, permito que as informações prestadas por mim, ao responder a este questionário, sejam utilizadas para fins estritamente acadêmicos, a fim de atender ao desenvolvimento de uma pesquisa do Mestrado da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia UESB.

##### Questionário para moradores das comunidades

1) Você já ouviu falar de meio ambiente ou Educação Ambiental? Qual foi o meio que possibilitou o acesso a essas informações?

---

---

---

2) Quais os problema ambientais da sua comunidade? Já houve alguma ação da Prefeitura, Secretarias ou outras Instituições para resolver o problema apresentado acima? Qual foi a ação?

---

---

3) Você já participou de alguma ação de Educação Ambiental ou Meio Ambiente? Qual foi a ação e quem promoveu?

---

---

---

4) Quais as ações de Educação Ambiental foram implantadas pela escola, você já teve conhecimento ou participou?

---

---

---

5) O que você sabe sobre o Programa Despertar? Em sua opinião, aconteceram melhorias na comunidade a partir das ações do programa? Cite alguns exemplos.

---

---

---

---

Assinatura: \_\_\_\_\_